

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÓBIO BALDUINO DA SILVA

**COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA:**  
REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA  
NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (1965-1979).

Uberlândia  
2012

JÓBIO BALDUINO DA SILVA

**COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA:**  
REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA  
NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (1965-1979).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, sob a orientação do professor doutor Sauloéber Társo de Souza.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Uberlândia  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

S586c Silva, Jóbio Balduino da, 1973-  
2012 Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba : reflexões sobre a história da  
educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979)  
/ Jóbio Balduino da Silva. - 2012.

127 f. : il.

Orientador: Sauloéber Társio de Souza  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação - Ituiutaba (MG) – 1965-1979 - Teses.  
3. Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba - História - Teses. 4. Ensino  
profissional – Teses. 5. Educação e estado – Teses. I. Souza, Sauloéber  
Társio de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

JÓBIO BALDUINO DA SILVA

**COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA:**  
REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA  
NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (1965-1979).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

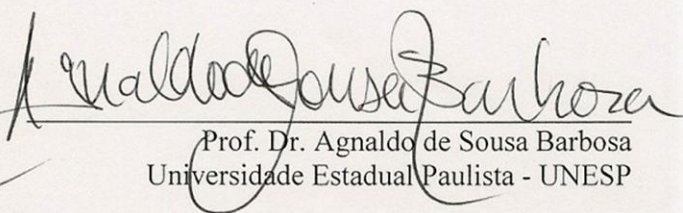
Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Uberlândia, 9 de abril de 2012.

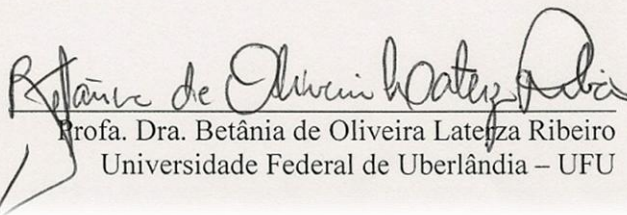
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa  
Universidade Estadual Paulista - UNESP



Prof. Dra. Betânia de Oliveira Lateza Ribeiro  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Aos meus pais, irmãos,  
esposa e amada filha, pela  
compreensão e incentivo nos  
momentos difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Tantos me ajudaram que se torna difícil a tarefa de relacionar aqueles que no decorrer desses últimos dois anos ou, mesmo antes, contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho, tentarei, agradecer a maioria deles:

A Deus pela oportunidade de continuar neste mundo com saúde e assim alcançar não só este objetivo, mas também os que se desenvolveram paralelamente e outros que ainda estão por vir.

A minha família, meus pais Giovaldo e Terezinha, aos meus irmãos Gionaldo e Janda, minha esposa Alciana, e minha filha Maria do Carmo, pelas dificuldades que passamos juntos e pelos muitos momentos de ausência deste filho, esposo e pai.

Ao professor Sauloéber Társio de Souza, meu orientador, de quem sempre recebi muito estímulo e atenção nos momentos de dúvida.

À professora Betânia Oliveira Laterza Ribeiro, pessoa de uma alegria contagiante que, junto com meu orientador, iniciou-me na pesquisa da História das Instituições de Escolares.

Aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação da FACIP, estudantes e pesquisadores, cujos trabalhos de pesquisa no campo da História da Educação no município de Ituiutaba muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa que me propus desenvolver.

Aos técnicos da FAGED/UFU, em especial o secretário James, pela atenção dispensada a mim e a todos, sem distinção.

Aos professores (as) do programa pelas contribuições e conhecimento transmitido.

Aos meus amigos, Waldir dos Santos Teixeira e Francisco de Assis da Paz, que muito me ajudaram no remanejamento de escalas e horários para que eu pudesse frequentar o curso.

Ao diretor da Faculdade Triângulo Mineiro, Wesley Amaral do Prado, pelo apoio e incentivo no decorrer do curso.

A minha companheira inseparável de viagens e das aulas do Mestrado, Simone Beatriz Neves Pacheco, e à professora Lúcia Helena Ferreira Lopes, duas amigas a quem devo muito.

À professora Ivete Costa Barbosa, pelas correções, sugestões e palavras de incentivo.

Ao diretor da Escola Estadual Professora Maria de Barros, Cícero Aparecido Coimbra, e a ex-diretora Lícia Maria Carvalho Mendes Barbosa, pela abertura incondicional dos arquivos da escola. A todos os funcionários da escola.

Às pessoas de Cícero Barros Júnior, ex-diretor do Colégio Comercial, Natal dos Santos Soares, ex-aluno, e ao ex-aluno e ex-professor Iderlindo Joaquim Luzia, por compartilhar comigo suas lembranças que muito contribuíram para elucidar fatos não descritos nas fontes documentais.

Enfim, a todos o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de investigação a história do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, atual Escola Estadual professora Maria de Barros, delimitado pelo ano de criação do colégio, 1965, até o ano 1979, quando o “Comercial” absorveu os alunos do Educandário Espírita Ituiutabano e possibilitou a extinção daquele estabelecimento de ensino sem prejuízos à comunidade. Paralelo ao estudo historiográfico sobre o Colégio Comercial, nosso objetivo, fazemos reflexões sobre as origens da história da Educação Profissional no Pontal do Triângulo Mineiro, não antes de descrever, em notas, as origens da educação profissional no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Em nossas pesquisas partimos do contexto macro para o local discutindo o cenário político, econômico e social do país e do município de Ituiutaba, a partir do golpe civil-militar que destituiu o presidente do país. Nossa intenção é de contribuir com as pesquisas sobre a história da educação brasileira, em especial as da educação profissional e das instituições escolares que oferecem esse tipo de ensino, objeto de poucas pesquisas na área. Para tanto, buscamos nos procedimentos metodológicos fontes bibliográficas, documentais, iconográficas e depoimentos de personagens do ambiente escolar pesquisado, que puderam, no desenvolvimento do trabalho, colaborar para que pudéssemos identificar a importância do colégio “Comercial” para a cidade de Ituiutaba. No município não havia a oferta de ensino profissional público e gratuito e muito menos do ensino superior. Os jovens da elite urbana e rural eram enviados para cursar o ensino superior nos grandes centros, já aos demais, a grande maioria da sociedade, restava o ensino local, em escolas privadas, realidade que mudou a partir de meados da década de 1950, quando foram criadas várias escolas estaduais no município. Nesse cenário o Colégio Comercial teve relevante papel social, pois tinha em suas classes alunos de origem humilde, pobres, com a esperança de encontrar no ensino técnico o caminho para a garantia da realização profissional e ascensão social, muitas vezes não concretizada.

**Palavras-chave:** educação profissional; ditadura militar; história da educação; Ituiutaba-MG.



## ABSTRACT

This work has as object of research the history of the Official Commercial College of Ituiutaba, current State School Teacher Maria de Barros, defined by year of establishment of the college, 1965, until the year of 1979 when the "Commercial" absorbed the students of the Spiritist Primary School of Ituiutaba and enabled the extinction of that educational establishment without detriment to the community. Parallel to the historiographic study of the Commercial College, our goal, we reflect on the origins of the history of professional education in the Pontal do Triângulo Mineiro, not before describing, in notes, the origins of professional education in Brazil and in Minas Gerais. In our research we start from the macro to the local discussing the political, economic and social scenery of the country and of the city of Ituiutaba, from the civil-military coup that ousted the country's president. Our intention is to contribute to research of Brazil's education history, especially vocational education and educational institutions that offer this type of education, the subject of little research in the area. For this purpose we seek in the methodological procedures bibliographical sources, documentary, and iconographic testimonies of characters of the searched school environment, which could, in the development of this work, collaborate to identify the importance of the "Commercial" College for the city of Ituiutaba. In the city there was not the provision of free public vocational education and let alone in higher education. The youth of urban and rural elite were sent to pursue higher education in large urban centers, while for the others, the vast majority of society, was left the local education, in private school, a reality that has changed since the mid-1950s, when were created several public schools in the city. In this scenery the Commercial College had important social role, because in had in its classes students from poor backgrounds, poor, with the hope of finding the way in technical education for the guarantee of professional achievement and social mobility, often not realized.

**Keywords:** professional education, military dictatorship, history of education; Ituiutaba-MG.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Igreja Matriz da cidade de Ituiutaba – década de 1930. Após o incêndio foi erguida no mesmo local a nova Matriz, de uma só torre, (Avenida Sete) existente até os dias atuais. O terreno visto em primeiro plano é atualmente uma praça, cortada por uma avenida (Avenida Nove), em que estão situadas as sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da cidade. Observa-se na foto esparsas e poucas residências em volta da Matriz. Hoje, o local é considerado o centro comercial e administrativo da cidade. .... 59
- Figura 2 – Vista aérea de Ituiutaba no ano de 1926. Nota-se, na figura, características de urbanização incipiente, contudo com grandes casarões que se destacam em meio à vasta vegetação. .... 61
- Figura 3 – Vista de Ituiutaba no ano de 1960. Foto tirada do topo da torre da Igreja Matriz de onde se pode ver, em primeiro plano, a praça recém-construída e sem arborização onde está situada a Prefeitura Municipal (prédio à esquerda), e Câmara Municipal (prédio à direita) e, após os dois, a praça do Fórum. Em segundo plano, nota-se edifícios residenciais, um pronto e outro por acabar. A imagem ilustra o desenvolvimento urbano que caracterizou a cidade nesse período. .... 68
- Figura 4 – Matéria publicada no Jornal Cidade de Ituiutaba, Ituiutaba. 13 jan. 1966. Ano I. N. 4. .... 70
- Figura 5 – Prédio antigo da Escola Rotary – situado na Rua 36 entre as Avenidas 5 e 5-A. Imagem da inauguração da escola em 1956 ..... 71
- Figura 6 – Fachada do prédio da antiga Escola Rotary – na imagem, a escola apresenta visíveis sinais de desgaste, falta de manutenção e abandono – foto do início da década de 1970. O prédio foi demolido após a transferência da escola e em seu lugar foi construído um prédio comercial ..... 72
- Figura 7 – Participação dos alunos do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba no desfile de 16 de setembro de 1967. Nota-se o grande público presente na parada e a peculiar mascote do colégio, um cifrão que carregava no braço direito o Caduceu, símbolo dos Contabilistas e no esquerdo uma roda dentada, que representa o trabalho, e faz parte da simbologia da economia. A mascote também utilizava o capacete com asas do Deus Mercúrio, da mitologia romana, que é associado às relações comerciais e à venda. .... 82
- Figura 8 – Logomarca da Escola Estadual Professora Maria de Barros, um triângulo, rodeado pelo nome da escola e com a mascote apelidada de “Zé Cifrão” no centro ..... 83
- Figura 9 – Gráfico da evolução na quantidade de alunos matriculados nos dois cursos do Colégio Comercial. .... 93

- Figura 10 – Vista frontal do prédio do Educandário Espírita Ituiutabano – situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, 2940, bairro Independência – foto do início da década de 1960. Atualmente o bairro onde está situada a escola é considerado como nobre, mas, à época, era um bairro afastado do centro, sem infraestrutura e cercado de chácaras. A imagem revela que o prédio do Educandário – extinto em 1979 e absorvido pela Escola Estadual de Ituiutaba, “o Comercial” – tinha boa estrutura física, amplas salas de aula, auditório e pátio de convivência com quadra de esportes. Todavia, a imagem demonstra pouco desenvolvimento em volta do moderno prédio. O prédio era cercado com arame farpado e o acesso à escola era feito através de portões de madeira. Não havia calçada e nem pavimentação ..... 95
- Figura 11 – Prédio do Educandário Espírita Ituiutabano – Vista lateral da escola no cruzamento da Rua 24 com Avenida Cláudio Manoel da Costa, bairro Independência – foto do início da década de 1960. A imagem mostra o isolamento do local onde funcionava a escola, a inexistência de calçamento e pavimentação. A Rua que se vê é a 24 que, a época, se assemelhava a uma estrada rural, traçada pelo mato e de terra batida ..... 96
- Figura 12 – Fórmula de cálculo das médias, por disciplina, para promoção do aluno de série em que: MF é a média final; MAT é a Média das Arguições e Trabalhos que será multiplicada por dois (peso), e EF o resultado do exame final, que tem peso um e portando não se altera o produto. .... 104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas de Ensino Profissional no Brasil (1907-1912).....	35
Tabela 2 – Cursos comerciais existentes em Minas Gerais, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa: 1964-1966. ....	55
Tabela 3 – <i>Agricultura</i> – A produção agrícola no município, tabela comparativa das safras de 1955 e 1967.....	66
Tabela 4 – Relação de gestor e professores e nomeados: 1966–1979.....	77
Tabela 5 – Quantidade de matrículas no curso de Ginásial de Comércio: 1966–1979 .....	84
Tabela 6 – Quantidade de matrículas canceladas no curso Ginásial de Comércio: 1966–1979 .....	87
Tabela 7 – Quantidade de alunos desistentes do curso Ginásial de Comércio: 1966–1979.....	88
Tabela 8 – Quantidade de alunos reprovados diretamente, na 2ª época e na recuperação do curso Ginásial de Comércio: 1966–1979.....	89
Tabela 9 – Quantidade total de alunos reprovados no curso Ginásial de Comércio, excluídas as matrículas canceladas e alunos evadidos .....	90
Tabela 10 – Quantidade de matrículas no curso de Técnico em Contabilidade: 1966–1979...	92
Tabela 11 – Grade curricular dos cursos Colegiais de Comércio de Ituiutaba: 1969/1970 .....	99

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Descrição das Escolas de Ensino Profissional no Distrito Federal, segundo a dependência Administrativa: 1907–1912 .....	36
Quadro 2 – Descrição da criação das Escolas de Ensino Profissional no Estado de Minas Gerais a partir da Velha República: 1896–1960 .....	52

## LISTA DE SIGLAS

CEFET	–	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIE-E	–	Centro de Integração Empresa-Escola
COLTED	–	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
IFET	–	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	–	Serviço Social do Comércio
SESI	–	Serviço Social da Indústria
USAID	–	<i>United States Agency for International Development</i>

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>20</b>
I.1 Educação profissional no Brasil .....	21
I.2 O Golpe Civil-Militar de 1964 e a educação profissional. ....	40
I.3 Gênese da Educação Profissional em Minas Gerais .....	50
<b>Capítulo II</b>	
<b>COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA .....</b>	<b>56</b>
II.1 A história de Ituiutaba: sua origem, os cursos e as primeiras escolas profissionais.....	57
II.2 A Ituiutaba da década de 1960.....	65
II.3 A gênese do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba.....	70
<b>Capítulo III</b>	
<b>SUJEITOS HISTÓRICOS, CURRÍCULOS E PRÁTICAS AVALIATIVAS. ....</b>	<b>75</b>
III.1 Diretores, professores e alunos. ....	76
III.2 Os currículos dos cursos .....	97
III.3 As práticas avaliativas.....	102
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>109</b>
<b>Referências.....</b>	<b>111</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Nosso tema de investigação se insere no campo da história das instituições escolares e tem como objeto de estudo a gênese e o desenvolvimento do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, o “Comercial de Ituiutaba”, e outras experiências de educação profissional ocorridas no município a partir da década de 1960. Atualmente o colégio está denominado como Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professora Maria de Barros e oferece cursos noturnos para formação de técnicos de nível médio em Informática, Contabilidade, Segurança do Trabalho, Magistério (Normal), e o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) profissionalizante, com os cursos de Administração e Secretariado, resultante de uma parceria com a Fundação Roberto Marinho. Além dos cursos profissionais, a escola oferece à comunidade as modalidades de ensino fundamental, médio e EJA convencional. Devido à extensão do objeto, delimitamos a pesquisa no recorte temporal compreendido entre o ano de 1965 – data da criação do Colégio – até 1979 – ano em que o Comercial se transferiu para o prédio do Educandário Ituiutabano e absorveu seus alunos, possibilitando a extinção do Educandário, sem prejuízos à comunidade escolar, e dando início a uma nova fase na História desta instituição de ensino profissional.

Com a finalidade de refletir sobre a história do Colégio Comercial, procuramos responder qual foi a importância e o papel do colégio na formação dos jovens tijucanos levando em consideração o contexto geral e particular do período de constituição do colégio. Para buscar a resposta, traçamos como objetivos realizar um estudo historiográfico sobre o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba no período delimitando e identificar os propósitos do ensino, tentando compreender o grau de interferências das políticas educacionais promovidas pelos governos militares no processo de criação do Colégio, na estruturação do currículo e nas práticas pedagógicas dos docentes. Também, contribuir para a ampliação das discussões iniciadas com outras pesquisas de instituições escolares no município, cooperando com os estudos relacionados à História da Educação, especificamente com as instituições escolares do Triângulo Mineiro.

Na investigação do contexto geral ao particular, partimos do pressuposto de que o ensino profissional teve suas origens ligadas às atividades manuais e, por conta da discriminação e desvalorização desse tipo de trabalho, no período clássico exercido por escravos, e com o passar do tempo acabou sendo marginalizado em relação às atividades intelectuais. Tal fator, quando trazido para a formação educacional dos indivíduos, deu



origem no país a um sistema dual de ensino. Essa dualidade reforçou a oposição entre a elite<sup>1</sup> e as massas, sendo escolhido pelo primeiro grupo o ensino científico, com a garantia de continuidade dos estudos em nível superior e, ao segundo, restou o ensino profissional de caráter terminal. De tal modo, procuramos validar a hipótese de que o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba pairou entre dois extremos, pois foi criado e coexistiu com outras escolas de ensino primário e médio do município; tinha caráter de ensino terminal; recebia alunos pobres<sup>2</sup>, em geral, mas não era destinado só a eles.

O período inicial da pesquisa abrange o primeiro ano do golpe civil-militar que destituiu pela força o presidente da República e instalou no país um governo ditatorial, duro e repressivo com as pessoas e grupos tidos como subversivos e opositores ao regime. Nesse momento, a relação educação e trabalho teve uma conotação peculiar. Germano<sup>3</sup> afirma que durante o governo militar, o Estado teve uma visão utilitarista, imediatamente interessada na educação escolar sob forte inspiração da “teoria do Capital humano.” Gentili define:

A teoria do capital humano desempenhou um papel central na certificação e legitimação “científica” de que a escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva. Mediante a transmissão, difusão e socialização dos conhecimentos e saberes, a escola, afirmavam os teóricos deste campo, contribui para formar o capital humano que, como um poderoso fator produtivo, permite um aumento tendencial das rendas individuais e, consequentemente, o crescimento econômico das sociedades.<sup>4</sup>

Quanto ao conceito de “capital humano” e sua relação com a educação, Paiva remete a outro conceito, “economia da educação” que, segundo a autora,

<sup>1</sup> O sociólogo Giovanni Busino faz referência a elite como a “minoridade que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.” Cf. BUSINO, Giovanni. *Elites et élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 4.

<sup>2</sup> “A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.” Cf. BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 15 Nº 42. São Paulo: ANPOCS. 2000. p. 124. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

<sup>3</sup> GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil. (1964-1985)*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

<sup>4</sup> GENTILI, Pablo. Três teses sobre relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis [orgs.]. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados. 2002. p. 53.

ganhou importância em conexão com o peso adquirido pela educação como fator de desenvolvimento, este transformado no tema central do período. A educação passou a ser vista, simultaneamente, como o motor das “etapas do crescimento econômico” e do atendimento aos planos de desenvolvimento socialista.<sup>5</sup>

O governo ditatorial almejava o desenvolvimento da economia por meio da rápida industrialização do país. Naquele contexto “a educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro.”<sup>6</sup> Nessa perspectiva, a industrialização do país requeria mão-de-obra treinada ou no mínimo especializada e dessa forma a formação profissional era de suma importância, na ótica do Governo, para o rápido desenvolvimento do Brasil.

Em nível local, com o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba não foi diferente. Sua gênese é vista com essa finalidade, de propiciar a formação de jovens para o mercado de trabalho, proporcionando-lhes a expectativa de ascensão social por meio da educação para o trabalho. Destaca-se que o município de Ituiutaba era considerado, na década de 1960, um polo regional de comércio e indústria de beneficiamento, tendo o arroz como principal atividade econômica e, portanto, nessa condição, com proeminente necessidade de mão-de-obra.

Na pesquisa se verificou que o colégio teve papel importante na educação profissional dos jovens da cidade e região. Afinal, até então, exceto pelo Colégio Comercial de Ituiutaba, anexo ao Educandário Ituiutabano, não havia outros estabelecimentos de ensino gratuitos com a oferta de cursos profissionalizantes. A implantação de colégios e escolas estaduais em Ituiutaba só se deu em maior número após a década de 1950, até então não havia muitas oportunidades de estudo senão via escolas particulares. O ensino profissional era oferecido em colégios confessionais, como o Colégio Santa Teresa, fundado pela Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas e com a finalidade de formar moças no magistério (curso Normal) em sua maioria, da elite urbana e rural da época. O Colégio São José também ofereceu o ensino técnico particular, na forma de ginásio Comercial e Técnico em Contabilidade e era, também, tido como colégio para os filhos da elite. Por fim, uma escola laica, o Instituto “Marden”, ofereceu no seu Colégio “Barão de Mauá” o curso ginásial e colegial de Comércio até o ano de 1970.

<sup>5</sup> PAIVA, Vanilda. Sobre o Conceito de “Capital Humano”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.113, pp. 185-191, jul. 2001.

<sup>6</sup> FRIGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9ed. São Paulo: Cortez. 2010. p. 51.

No trabalho ficou evidente que, naquela época, a finalidade do ensino profissional era o de atender a demanda por capital humano visando o *progresso* local. Os cursos profissionais, exceto o Normal do Santa Teresa, eram noturnos<sup>7</sup> e atendiam, portanto, aquela parcela de alunos que não podia estudar durante o dia, ou seja, os jovens trabalhadores. Ressalta-se, também, que a demanda por educação profissional não era só da população de Ituiutaba, mas também de outros municípios e Distritos adjacentes e integrantes desta microrregião, sendo eles: Capinópolis, Ipiacu, Gurinhatã, Santa Vitória, Cachoeira Dourada e Monte Alegre de Minas.

Portanto, acreditamos que a pesquisa se justifica pela importância da escola para o município e pela escassa produção científica em torno da história das instituições escolares de ensino técnico no Pontal do Triângulo. Nos últimos anos, foram concluídas pesquisas e publicados trabalhos referentes ao Colégio São José, Instituto Marden, Colégio Santa Tereza, Educandário Espírita Ituiutabano<sup>8</sup> e, por último, uma pesquisa sobre o ensino primário noturno da Escola Municipal Machado de Assis. Todas foram instituições de ensino do município que antes e no decorrer na década de 1960 ofereciam cursos profissionalizantes e, com exceção da Escola Municipal Machado de Assis, eram privadas. Ressalva-se nesse grupo o Educandário Espírita Ituiutabano que era mantido pela iniciativa privada, mas sem a cobrança de mensalidades. Portanto, na época, era restrito o acesso de grande parte da população a essas escolas. Nos trabalhos mencionados não se privilegiou a pesquisa relacionada especificamente ao ensino técnico profissional, em especial os cursos de Comércio, um dos focos de discussão deste estudo.

Além disso, como já dito nos objetivos da pesquisa, buscamos também contribuir com a ampliação das discussões historiográficas sobre as instituições escolares no município, incrementando os estudos relacionados à história das escolas do Triângulo Mineiro.

Quanto à importância da pesquisa nessa área do conhecimento, Nosella e Buffa destacam o desenvolvimento da pesquisa histórico educativa, dividindo-a em três períodos, no primeiro a grande característica foi o foco na relação educação e sociedade, e teve início na década de 1950. O segundo foi marcado pela criação e expansão dos programas de pós-graduação durante os governos militares e o último e mais acentuado é caracterizado pela

---

<sup>7</sup> Mais informações sobre as especificidades do ensino noturno, dificuldades enfrentadas, evasão escolar, reprovações, e a necessidade desse tipo de alunado em ingressar no mercado de trabalho, podem ser encontradas no estudo compreensivo da realidade da escola e do ensino noturno realizado pela professora Betânia Laterza. Cf. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Ensino Noturno a travessia para a esperança*. São Paulo: Global, 1995.

<sup>8</sup> SOUZA, Sauloéber Társo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Orgs.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares de Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: Edufu, 2009.

consolidação dos programas de pós-graduação, com início na década de 1990.<sup>9</sup> A seguir, Magalhães apresenta a relevância de se pesquisar as instituições de ensino:

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar.<sup>10</sup>

Ainda sobre a pesquisa com instituições escolares, Gatti Júnior descreve sobre a mudança na concepção dos pesquisadores acerca da importância da pesquisa da História da Educação, que passa a ser focado nas singularidades regionais, ou seja, partindo do estudo do local para o geral, quando descreve que:

Há um duplo movimento que tem beneficiado esse processo de inovação paradigmático e conseqüentemente temático no âmbito da História da Educação. De um lado o afluxo de pesquisadores qualificados (entre os quais estão muitos historiadores) para as diversas regiões brasileiras, que não estavam interessados em desenvolver pesquisas ancoradas nos grandes centros, mas sim, estudos voltados para a temática regional. Por outro lado, estes mesmos pesquisadores - historiadores ou não - estavam sob o impacto das novas tendências da pesquisa histórica, nas quais as especificidades e singularidades regionais, ou mesmo, locais, passaram a ser consideradas como importantes objetos de estudo e, mais, são pesquisadores que promovem suas investigações sobre o passado apropriando-se de um corte eminentemente histórico, abandonando, deste modo, as imposições advindas, primeiro, do campo filosófico, em que prevalecia a concepção de que o pensamento educacional se sobrepunha à própria realidade da educação e, em segundo, do campo sociológico, já caracterizado [...].<sup>11</sup>

Não há dúvidas quanto à importância da pesquisa e análise da história das instituições escolares como expressão de um contexto mais amplo. Certos da nossa responsabilidade com realização da pesquisa do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, no Capítulo I, realizamos o desenvolvimento metodológico que se constitui primeiramente da realização de um estudo bibliográfico referente à temática da história da educação profissionalizante, por meio da leitura e análise de livros e textos científicos, partindo do contexto nacional para o regional. Em seguida, já no Capítulo II, adentramos ao nosso objeto – a instituição escolar aqui estudada, analisando os dados encontrados em seu acervo, organizando, catalogando e

<sup>9</sup> NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-358, jul./dez. 2005. pp. 351-352.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Justino. A História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JR., Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP, Autores Associados. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 98.

<sup>11</sup> GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. *Cadernos de História da Educação*, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002. p. 29.

refletindo sobre as fontes que, em sua maioria, é composta de documentação impressa, tais como leis, ofícios, livros de atas de matrícula e resultados finais, livros de posse de diretores e professores, estatutos, regimentos e relatórios diversos do período aqui em questão. Além dessas fontes, há, também, um acervo de fontes iconográficas e jornais da época que permitem a visualização do processo de criação e implantação do Comercial. Por fim, apresentamos, no Capítulo III, os resultados das reflexões do decorrer da pesquisa, agregando depoimentos que possam, em complementação às demais fontes, ajudar no processo de compreensão do colégio em análise, a partir do acesso à memória de testemunhas daquela época.

## CAPÍTULO I

### NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Do Contexto Macro ao Regional

*O Brasil precisa [...], em suma, de técnicos que devem ser o tipo intermediário entre o sábio que faz livros, úteis sem dúvida, e o operário rude, que entra com a força muscular.*

*Fidelis Reis*<sup>12</sup>

Como meio de colaborar com entendimento das origens do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, nosso objeto de pesquisa, buscamos, neste capítulo, descrever, de forma breve e objetiva, as origens da educação profissional no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Ambas as discussões partiram do ambiente macro, tiveram início no período do “Brasil Colônia” e estendem-se até os dias atuais, dando ênfase às origens da educação profissional no Estado de Minas Gerais no período do Brasil República. Destacamos que, no decorrer dos tópicos, sempre que pertinente, fizemos algumas ponderações e apontamentos com relação à educação/ensino para a formação do trabalhador. Distinguimos suas minúcias e discutimos o legado cultural deixado pela separação de classes imposta também na formação intelectual do indivíduo, ou seja, pensar a educação profissional passa necessariamente pela criação do sistema dual de ensino. Apontamos as origens da dualidade na formação que, por suas origens históricas, separam em lados opostos aqueles que pensam e decidem daqueles que executam, valorizando o primeiro em detrimento do segundo, dando causa e perpetuando no tempo a discriminação do ensino profissional e consequentemente do trabalhador.

---

<sup>12</sup> Fragmento extraído do discurso de Fidelis Reis na Câmara dos Deputados ao apresentar o seu polêmico projeto de obrigatoriedade do ensino profissional. Cf. FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 1. 1961. p. 195.

## I. 1 Educação profissional no Brasil

No Brasil colonial, o ensino profissional teve início, mesmo que de forma modesta e pouco descrita pela historiografia, com a instrução oferecida pelos missionários franciscanos, aportados nesta terra antes dos jesuítas,

esses frades já usavam a técnica de percorrer as aldeias indígenas em missões volantes, unindo a catequese à instrução [...] esses franciscanos constituíram recolhimentos que funcionavam em regime de internatos, como verdadeiras escolas que ensinavam, além da doutrina, a lavrar a terra e outros pequenos ofícios.<sup>13</sup>

Além dos franciscanos, outras congregações religiosas também vieram ao Brasil (beneditinos, carmelitas, capuchinhos), todavia se estabeleceram de forma esparsa e não contavam com o apoio da metrópole. A ajuda e proteção oficial, tanto do rei de Portugal quanto das autoridades locais, foi oferecida aos jesuítas, enviados à colônia diretamente por ordem do rei Português. Esses padres ficaram responsáveis pela catequização dos povos e, por meio do ensino e da doutrinação, tinham a responsabilidade de transformar a cultura da população local, adaptando-a aos interesses da Igreja e do Estado português. No ensino profissional, pode-se dizer que os jesuítas, por falta de artesãos no país,

nos primeiros séculos, trouxeram irmãos-artesãos, que faziam parte das missões, os quais são responsáveis por fazer surgir nas oficinas as primeiras escolas de aprendizes, com escravos e índios que auxiliavam na manufatura de artigos como roupas, sapatos, utensílios domésticos. Constituir-se-iam assim os primeiros fundamentos da educação profissional no Brasil, dedicada apenas às classes menos favorecidas.<sup>14</sup>

Quanto ao tipo de ensino profissional ofertado pelos jesuítas é importante descrever a análise que Ribeiro faz do primeiro plano educacional jesuítico elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, ela descreve que o padre teve:

a intenção de catequizar e instruir os indígenas, como determinavam os “Regimentos”; percebe-se, também, a necessidade de incluir os filhos dos colonos, uma vez que, naquele instante, eram os jesuítas os únicos educadores de profissão que contavam com o significativo apoio real na colônia. [...] o plano de estudos propriamente dito foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e

<sup>13</sup> SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores Associados. 2008. p. 40.

<sup>14</sup> DELFHINO, Fátima Beatriz de Benedictis. *A educação profissional: contrapondo entre as políticas educacionais e o contexto produtivo*. São Paulo: Ícone, 2010. p. 28.

uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa. Não tinha, inicialmente, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e o outro à população “branca” exclusivamente.”<sup>15</sup>

Essa finalidade inicial entraria em contradição com os interesses da burguesia comercial portuguesa e a aristocracia rural brasileira, com as necessidades da própria igreja no que se refere às obrigações assumidas decorrentes do apoio financeiro recebido da coroa – e dos burgueses – e principalmente devido à tendência de uniformização do ensino ao modelo europeu. Com base nessa última necessidade, foi divulgado e difundido pela congregação jesuítica a *Ratio Studiorum* (1599), o plano educacional que padronizava o ensino em todas as escolas jesuíticas.

O plano de estudo de Nóbrega previa o aprendizado de português, doutrina cristã, ler e escrever, canto e música como opcionais, a gramática latina e o aprendizado profissional e agrícola; na *Ratio* a estrutura do aprendizado foi transformada nos cursos de humanidades, filosofia e teologia que findavam com, conforme o interesse do aluno, viagens à Europa. Logo, nesse novo contexto criado a *Ratio*, ocorreram dois planos de ensino e o distanciamento entre eles: “o plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real [...]. [em que os] *instruídos* serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados.”<sup>16</sup> Portanto, deixa-se de lado a intenção inicial do ensino igualitário, valorizando-se especialmente a atividade intelectual, o que dá início a um sistema embrionário de dualidade na educação.

A elite era preparada para o trabalho intelectual, segundo um modelo religioso (católico) e mesmo que muitos de seus membros não se tornassem sacerdotes, com o passar dos anos a educação se tornou, junto com a posse da terra e de escravos, critério importante de classificação social.<sup>17</sup> Portanto, “ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, se tornar padres, tinham de se submeter a tal ensino. Eram os únicos colégios existentes”.<sup>18</sup> Por conta dos poucos colégios e da possibilidade de elevação social, os filhos da elite da aristocracia rural passaram a procurar as escolas jesuíticas que se dedicavam como atividade fim, de acordo com o os planos da *Companhia de Jesus*, preparar alunos para o sacerdócio e também aqueles que iriam buscar diplomas fora do país, geralmente na

<sup>15</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2003. pp. 21-22.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>17</sup> RIBEIRO, 2003, p. 24.

<sup>18</sup> GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 25.



Universidade de Coimbra ou em Montpellier da França, os futuros bacharéis em Belas-Artes, Direito e Medicina.<sup>19</sup> “A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da Elite”<sup>20</sup>

Contudo, após dois séculos, “a identidade de propósitos e interesses entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus, que tinha sustentado a ação dos jesuítas desde os meados do século XVI, desmanchavam-se em meados do século XVIII”.<sup>21</sup> Entre os motivos e interesses, segundo Ghiraldelli Jr:

A companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil quando o Marquês de Pombal, então ministro de Estado em Portugal, empreendeu uma série de reformas a fim de adaptar aquele país e suas colônias ao mundo moderno, tanto do ponto de vista econômico quanto político e cultural. Neste último campo, sua tarefa foi a de levar adiante, em termos concretos, ideias mais ou menos próximas às do Iluminismo.<sup>22</sup>

O mesmo autor, em nota, define a corrente de pensamento Iluminista europeia e as particularidades do Iluminismo Português, como se vê:

O Iluminismo, ou, mais exatamente, a Ilustração, correspondente ao período do pensamento europeu caracterizado pela ênfase na experiência e na razão, pela desconfiança em relação à religião e às autoridades tradicionais, e pela emergência gradual do ideal das sociedades liberais, seculares e democráticas. Apesar de ser difícil encontrar doutrinas positivas comuns a todos os pensadores dos séculos XVII e XVIII que foram englobados sob o conceito do Iluminismo, é provável dizer que este movimento esteve associado a uma concepção materialista dos seres humanos, a um otimismo quanto ao seu progresso por meio da educação e a uma perspectiva, em geral, utilitarista da sociedade e da ética. [...] Em Portugal, no entanto, o iluminismo, apesar de atingir duramente a Companhia de Jesus, não se efetivou no sentido de uma liberação geral das obras dos muitos escritores do período, sendo que vários autores, mesmo os do século XVII, foram censurados na Universidade.<sup>23</sup>

Portanto, por essas e outras divergências, os jesuítas foram expulsos do Brasil, gerando uma ruptura na educação e o início de um novo período, o *Pombalismo*, descrito mais especificamente logo à frente.

Após essas manifestações iniciais, básicas e precárias de um ensino profissional particularmente rural e rudimentar, no Brasil Colônia, a aprendizagem dos ofícios e mais tarde a formação das profissões seriam drasticamente prejudicados pela política adotada por

<sup>19</sup> DELFHINO, 2010, p. 28.

<sup>20</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 35.

<sup>21</sup> HILSDORF, Maria Lucia Spedo, *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003. p. 15.

<sup>22</sup> GHIRALDELLI JR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. 2ed. Barueri, SP: Malone, 2009. p. 3.

<sup>23</sup> Ibidem, pp. 3-4.

Portugal em relação a sua colônia. O modelo econômico agroexportador, primeiro da cultura da cana-de-açúcar, depois a do café e, entre as duas, a exploração mineral, atendia os interesses daquele país de se manter como entreposto comercial e não como polo de industrialização. Nesse ponto, Portugal, preeminente na expansão marítima, divergiu de outros países europeus que promoviam a industrialização de suas colônias, e manteve o Brasil como produtor de matéria prima barata, graças, principalmente, à mão-de-obra escrava. Este tipo de mão-de-obra foi mantido, mesmo contra os interesses de outros países, em todo o período colonial e até o fim do império. Aliada à desqualificação dos trabalhos manuais herdada de outras civilizações,<sup>24</sup> essa política, sustentada por quase quatro séculos, deu origem à discriminação com determinadas atividades e trabalhos manuais antes exercidos por escravos, e a regulamentação de profissões, consideradas de maior relevância, foram centralizadas nas corporações de ofício. Cunha, pesquisador da educação profissional descreve as origens das corporações de ofício brasileiras e suas relações:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como *coisa sua*. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou “bandeiras”) não tiveram no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social.<sup>25</sup>

Enquanto nos países europeus as Corporações de ofício declinavam em razão das novas relações de trabalho impostas pela revolução industrial, os ideais liberais<sup>26</sup>, “[...] justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses

<sup>24</sup> No Brasil as corporações se estabeleciam de forma distinta das existentes em outros tempos, como as de Roma na Idade Média, corporações mistas, que agregavam patrões, empregados e escravos. Neste país, a “educação colonial e trabalho servil, eram tidos na conta de coisas de menor valor, em outras palavras, discriminados.” Cf. CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil Colônia. In.: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_099.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_099.html)>. Acesso em: abril de 2011.

<sup>25</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2005. p. 16

<sup>26</sup> Os autores defendem na apresentação da obra organizada por eles que não há um conceito comum quando se fala em Liberalismo, entre algumas alternativas, descrevem, por exemplo, pode ser tomado como uma doutrina política que propõe um Estado como associação de indivíduos independentes visando facilitar os projetos ou a felicidade de seus membros. [...] ou, como quer certa crítica marxista, o liberalismo é o aspecto doutrinário do capitalismo. Cf. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (orgs). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2007.

individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção.”<sup>27</sup> Nascimento<sup>28</sup> afirma que, no Brasil, por conta da discriminação com as atividades manuais, “e outras razões as então “corporações” ou “irmandades de ofícios”, que tão bem se desenvolveram e prosperaram em outros países, não conseguiram o mesmo sucesso no Brasil”. Pois, nas corporações de ofício do Brasil não eram aceitos os escravos ou aqueles que exercessem atividades típicas ou associadas ao trabalho escravo, as regras eram rígidas. Também não se formavam corporações ligadas às atividades exercidas por escravos ou tidas como manuais. As corporações de ofícios se fechavam em torno de normas que não poderiam ser infringidas sob pena de expulsão, conforme descreve Cunha quando relata o caso da Irmandade São José:

Com esse propósito, o compromisso em 1752, da Irmandade de São José (de pedreiros e carpinteiros) do Rio de Janeiro, além de proibir sua entrada, dizia: Todo irmão em que se notar raça de mulato, mouro ou judeu, será expulso sem remissão alguma. O mesmo se estenderá de suas mulheres tendo qualquer das sobreditas faltas.<sup>29</sup>

As corporações brasileiras se manteriam assim por muitos anos, com juízes de ofícios e exames práticos com altos custos para obtenção do grau de mestre. A aprendizagem de determinado ofício ficava restrita às corporações e se dava pela transmissão de conhecimentos, seja pela palavra ou observação. A respeito desse tipo de aprendizagem, Castanho dá uma interessante descrição do ensino nas corporações:

As corporações tinham uma hierarquia, que funcionava também como uma espécie de “currículo” da verdadeira “escola de artífices” em que se constituía: na base dessa hierarquia estavam os aprendizes; no topo, os mestres; entre os primeiros, que se formavam sob a orientação dos últimos, e estes, que detinham os direitos corporativos plenos, estavam os oficiais, que executavam a maior parte dos serviços.<sup>30</sup>

Apesar do rigor na inclusão de membros, por diversos interesses, com o passar do tempo as corporações acabaram por flexibilizar suas regras, sem deixar de discriminar aqueles que tinham a pele distinta da branca. No caso da Irmandade de São José “[...] conduzida pelo “espírito de benevolência”, estipulava uma esmola especial para que o oficial mulato fosse aceito como irmão e, assim pudesse ser examinado e abrir uma loja [...].<sup>31</sup> Todavia, enquanto

<sup>27</sup> LIBANÊO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 21ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 21.

<sup>28</sup> NASCIMENTO, Osvaldo Viera do. *Cem anos de ensino profissional no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2007. p. 64.

<sup>29</sup> CUNHA, 2006. p. 17.

<sup>30</sup> CASTANHO, 2006. pp. 6-7.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 19.

o valor de um irmão branco era de 2\$000 o valor a ser pago pelo exame do mulato era 860% a mais, ou seja, 19\$200.

A expulsão dos jesuítas de nada influenciou a formação profissional do trabalhador, até mesmo porque ela existiu de forma incipiente, pois era pouco necessária numa colônia tipicamente rural. Condição que seria mantida até a chegada da família real ao país, pois a metrópole com intuito de manter a dependência e o pacto colonial havia restringido com suas medidas de controle, o desenvolvimento de muitas profissões no Brasil, impedindo a industrialização e o ensino, mesmo aquele prático, por transferência de experiência e conhecimento. Isso se deu no início, em meados do século XVIII, quando foram fechadas por Ordem Régias várias indústrias, tipografias, fundições e oficinas de ourives. Com exceção e por interesse foram mantidas as indústrias de fazenda de algodão, destinadas à confecção das vestimentas dos escravos.<sup>32</sup> Portanto, com essas medidas e pela discriminação contra aqueles que exerciam os trabalhos manuais, vistos na época como degradantes e divisores de classes, o ensino e a formação profissional acabou confinado, até que fossem extintas em 1824, as corporações de ofícios, todas permeadas de regras e obstáculos ao exercício das profissões liberais.

Retomemos agora a discussão em torno do período em que os historiadores denominaram de *Pombalismo*. Considerada uma ruptura na educação e uma nova fase, tanto da metrópole quanto no Brasil. Antecede esse período a ineficácia de Portugal na acumulação de capital oriundo da expansão e exploração das colônias que tinha o intuito de industrializar o país e engrená-lo no sistema capitalista. Contudo, como já dito, Portugal se mantivera com entreposto comercial e não promoveu a industrialização interna, tornando-se, pelo contrário, consumidor de produtos industrializados produzidos pelas manufaturas inglesas e consequentemente transferidor de capital oriundo das colônias àquele país. Dessa forma, o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto ministro de D. José I, orienta-se no sentido de recuperar a economia, frente à Inglaterra e outros países, através do fortalecimento do poder real e de modernizar a cultura portuguesa.<sup>33</sup>

Sem a intenção de descrever as reformas gerais impostas por Pombal nas mais diversas áreas e as controversas sobre sua pessoa, cabe-nos aqui discutir que, no campo da

---

<sup>32</sup> SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 207.

<sup>33</sup> RIBEIRO, 2003, pp. 29-30.

educação e política, o marquês foi o principal mentor da expulsão dos jesuítas, conforme descreve António Pedro Vicente:

A propósito da preponderância que os jesuítas adquiriram na colónia do Brasil ultrapassando uma acção religiosa para se imiscuírem nos meandros da política social, Pombal iniciou uma luta tenaz, em etapas sucessivas e bem calculadas, que culminaram com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, de França e de Espanha, sendo mais tarde abolida, pelo Breve Papal *Dominus Redemptor*. Um sector importante da Igreja vê, assim, gorada qualquer veleidade de oposição à administração pombalina.[sic]<sup>34</sup>

Após a expulsão, determinada por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o marquês “agiu com rigor na reforma do ensino [...] instituiu naquele mesmo ano a educação leiga, com responsabilidade total do Estado.”<sup>35</sup> Aranha afirma ainda que Portugal foi o pioneiro na estatização do ensino. Inicialmente,

Pombal instituiu as aulas régias (“régias”, porque pertenciam ao rei, ao Estado e não à Igreja). Começou estruturando os chamados *Estudos Menores*, que correspondiam ao ensino fundamental e médio (primeiras letras e ensino de humanidades). Em 1772 foi iniciada a segunda fase, com a reforma dos Estudos Maiores, quando se reestrutura a Universidade de Coimbra.<sup>36</sup>

Com a intenção de reerguer o reino, o marquês tratou de enfatizar a importância do comércio para desenvolvê-lo e colocá-lo a frente dos outros países. Abriu caminho com suas medidas para que fossem colocados no mesmo nível social os aristocratas e os comerciantes, em virtude, principalmente, do poder adquirido com a acumulação de capitais dos burgueses com o mercado e os investimentos. Simpatizante da atividade comercial, Pombal cria aulas elementares para meninos que continham, além da ortografia e da gramática, a aritmética aplicada aos negócios, com o estudo de moedas, pesos, medidas e frações. Cria também a Aula de Comércio em 1759 para formar o “perfeito negociante”. A Aula ensinava línguas modernas, escrituração comercial, caligrafia e contabilidade.<sup>37</sup>

A respeito das “Aulas de Commercio”, Saviani<sup>38</sup> aponta que as aulas tinham como objetivo preparar os que dedicavam ao comércio, instruindo-os no método italiano de

<sup>34</sup> VINCENTE, António Pedro. Marquês de Pombal: um governante controverso. In: *Revista Camões*. Portugal. n° 15/16. 2003. p. 19-20. Disponível em <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=913&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=913&Itemid=69)> Acesso em maio 2011.

<sup>35</sup> ARANHA, 2006, p. 175.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> HILSDORF, 2003, p. 21.

<sup>38</sup> SAVIANI, 2008, pp. 104-108.

contabilidade<sup>39</sup>. As “Aulas de Commercio” foram articuladas com a “Junta de Commércio” e ficaram restritas ao povo lusitano, não chegando a ser implantadas na colônia no período *pombalino*. No Brasil se estendeu, de forma isolada e precária, as aulas régias de primeira letras, latim, grego e filosofia, entre outras. Na aprendizagem das profissões nada havia mudado, estando, ainda, restrito às corporações de ofícios, tal como na metrópole e em outros países, e sem a intervenção do Estado Português.

O cenário se manteve até 1808 quando a família real portuguesa, afugentada de sua metrópole pela ameaça de conquista napoleônica, fugiu para o Brasil e aqui se estabeleceu.

Esse fato alterou significativamente a realidade da Colônia, e merecem destaque, entre outras medidas, a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional; a fundação da imprensa régia; a criação de espaços culturais e de aulas de estudos superiores; e a nomeação de professores para diversas cadeiras [...] No campo das escolas superiores destaca-se a criação de academias e aulas, principalmente no Rio de Janeiro: Academia Real de Marinha (1808), Aula de Economia Política (1808), Escola de Anatomia e Cirurgia (1809), Aula de Comércio (1809), Academia Real Militar (1810) e Aula de Botânica (1812). Na Bahia é implantada a Escola de Cirurgia (1808) e em Pernambuco um curso de matemática (1814). As belas-artes também são incentivadas, merecendo referência o decreto de 1816 que cria a Escola Real de Ciências, artes e ofícios, com o duplo objetivo de formar artistas e artífices para atividades industriais.<sup>40</sup>

A chegada da família real, passando este país a ser sede do império Português, fez com que fossem revistos, ou melhor, retirados os obstáculos que impediam o desenvolvimento industrial do país. Contudo, o cenário era mais preocupante, a centralização do controle das profissões nas mãos das corporações de ofícios; a manutenção da exploração escravocrata, já abolida em outros países; e a cultura adquirida ao longo de três séculos de discriminação e desprezo por profissões e trabalhos manuais fizeram com que o Brasil se mantivesse como um país tipicamente rural; sem mão-de-obra preparada ou interessada no trabalho manufatureiro. “A solução encontrada na época foi a aprendizagem compulsória, que consistia em ensinar ofícios às crianças e aos jovens que, na sociedade, não tivessem outra opção, como era o caso dos órfãos e desvalidos [...]”<sup>41</sup>, internados em entidades filantrópicas, arsenais e academias militares onde prestavam trabalhos na condição de artífices.

<sup>39</sup> O método italiano, método de Veneza ou simplesmente método de partidas dobradas, foi publicado pelo *Frei Luca Pacioli* em 1494 por meio do livro *Summa Arithmetica*. O livro é dedicado à matemática, contendo em um de seus capítulos, Título IX do Tratado XI, intitulado “*De Computis et scripulis*” é descrito o método e a forma de usá-lo. *Pacioli* foi um grande matemático do Século XV, estudioso, aprimorou as técnicas de escrituração e o ensino de Contabilidade por meio da exemplificação prática da matemática. O método se solidificou no decorrer dos séculos XVI e XVII e pela sua praticidade foi difundindo por todo o ocidente.

<sup>40</sup> VEIGA, Cyntia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007. pp. 140-141.

<sup>41</sup> SANTOS, 2007, p. 207.

Sob o pretexto de filantropia no sentido de abrigar os desfavorecidos, em geral mestiços e índios livres, no tempo de D. João VI, “[...] difundiu-se a prática de acolher e utilizar os serviços de meninos escravos ou pobres [...]”<sup>42</sup> nos estabelecimentos militares. “Já dona Maria I tinha criado no Brasil, em alvará régio de 1764, as companhias de Aprendizes Marinheiros [...] os garotos apreendiam ofícios (marceneiro, ferreiro, tanoeiro, etc.) e costumavam receber a instrução elementar.”<sup>43</sup> Em 1819, criou-se o Seminário de Órfãos num antigo convento da Bahia, pertencido aos Jesuítas e assim, daquele ponto em diante, “[...] por mais de um século, todos os asilos de órfãos, ou crianças abandonadas, passariam a dar instrução de base manual aos seus abrigados.”<sup>44</sup> Fonseca demarca a criação do Seminário de Órfãos da Bahia como:

[...] um marco de incontestável importância. A própria filosofia daquele ramo de ensino foi grandemente influenciada pelo acontecimento e passou, daí por diante, a encarar o ensino profissional como devendo ser ministrado aos abandonados, aos infelizes, aos desamparados. Para o ensino de ofícios, com raras exceções, já não vai mais falar em “todos os rapazes de boa educação que quiserem nele entrar”, mas “nos desfavorecidos pela fortuna”, “nos deserdados da sorte”.<sup>45</sup>

Quanto ao ensino secundário, segundo Manfredi, naquela época, era ministrado em poucos estabelecimentos, entre eles o São José e São Joaquim, no Rio de Janeiro, sendo este último o que deu origem ao Colégio Dom Pedro II, criado em 1837. Com o passar dos anos, o ensino secundário foi se desenvolvendo, por ampliação e diferenciação, mas sempre voltado para o acesso ao ensino superior. As iniciativas de educação profissional durante o Império se manifestavam em ações isoladas, ora de associações civis (filantrópicas ou religiosas), ora do Estado, das províncias, ou em conjunto, mediante a transferência de recursos financeiros por parte do Estado. De maneira geral, a preparação para os ofícios manufatureiros era realizada nas academias militares, em entidades filantrópicas e nos liceus de arte e ofícios.<sup>46</sup>

A independência do Brasil, seguida da promulgação da 1ª Constituição do país daria novos rumos, não num primeiro momento, mas no futuro da educação profissional. Como abaixo se lê, na nova Constituição foram abolidas as corporações de ofícios (Inciso XXV), incentivados os trabalhos de qualquer gênero (XXIV) e foi prevista a garantia, não concretizada, da instrução primária e a gratuita a todos o cidadãos (XXXII).

<sup>42</sup> VEIGA, 2007, p. 142.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 1. 1961. p. 104.

<sup>45</sup> FONSECA, 1961, loc. cit.

<sup>46</sup> MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 75.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. [...] XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos. XXV. Ficam abolidas as Corporações de Officios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres. [...] XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. [sic]<sup>47</sup>

Em complemento à constituição, em 1834, foi promulgado o Ato Adicional que confiou às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública e os estabelecimentos de ensino. Todavia, estavam excluídos do Ato as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, e quaisquer outros estabelecimentos que fossem criados por lei geral. O Ato propiciou que fosse, de certa forma e com as exceções, descentralizado o ensino e a responsabilidade sobre ele, delegando às províncias certa autonomia para a criação e manutenção de estabelecimentos, em sua maioria de ensino primário e secundário, ficando com o poder central o controle dos estudos superiores.

No período imperial, além da continuidade da marginalização com o ensino profissional ocorre uma nova incidência: a dualidade no ensino secundário. Nota-se que tal incidência passou a existir a partir do momento em que foi renegado aos egressos do ensino técnico o acesso ao ensino superior, dando-lhes uma formação de caráter terminal. Colaborava para o desinteresse pelo ensino profissional o fator de que a grande maioria daqueles que conseguiam estudar procuravam o caminho que dava acesso às profissões liberais, como médico, advogado e engenheiro, e não ao ensino técnico.

Em meados do século XIX, em razão do aumento da produção manufatureira, Cunha descreve que surgiram sociedades civis com a mesma finalidade das filantrópicas, ou seja, destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar ensino de artes e ofícios em virtude do aumento da produção manufatureira. As entidades eram mantidas com doações de sócios ou benfeitores, entre eles burocratas do Estado que acabavam por conseguir se beneficiar de dotações governamentais.<sup>48</sup> Ainda, segundo Cunha, “as mais importantes sociedades desse tipo foram as que criaram e mantiveram liceus de arte e ofícios. O primeiro deles surgiu no Rio de Janeiro em 1858.”<sup>49</sup> Santos descreve que os cursos do Rio de Janeiro eram gratuitos e abertos também aos filhos dos não sócios, exceto aos escravos, “mostrando com isso que,

<sup>47</sup> BRAZIL, Constituição política do império do. 25 de março de 1824. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em maio de 2011.

<sup>48</sup> CUNHA, Luis Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. n° 14. mai/jun/jul/ago. 2000. pp. 91-92.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 92.



apesar da nova estruturação das instituições de formação da força de trabalho que havia sido implantada em meados do século XIX, ainda permanecia a discriminação contra a mão-de-obra escrava, praticada durante o período colonial.”<sup>50</sup> O liceu de Artes e Ofícios de São Paulo só foi fundado em 1873, e, em seu primeiro ano de fundação, já contava com a oferta do ensino primário gratuito e com aulas noturnas. As sociedades civis e o ensino de ofícios dos Liceus, no período do Império, tinham por ideologia:

a) imprimir motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetissem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação.<sup>51</sup>

Com o advento da República, segundo Hilsdorf, ocorre um período de transformações até 1920, sendo apontadas como principais: o fim da monarquia; a remodelação das relações de trabalho, partindo do trabalho escravo para o livre e assalariado; o crescimento da prestação de serviços e das pequenas indústrias; a presença forte de capital estrangeiro; o industrialismo cosmopolita, com exemplos nas ações de Rui Barbosa e a de Benjamin Constant no Ministério da Educação que promoveram, já nos anos de 1890-91, iniciativas econômicas e educacionais de interesse dos industriais; e a intensa circulação de novas tendências de pensamento, em especial o positivismo, que teve ampla aceitação na sociedade brasileira.<sup>52</sup> A respeito do positivismo e sua aceitação nesse período de transição, destaca-se que:

Foi dos positivistas que partiu a primeira manifestação havida no regime republicano com respeito à formação da força de trabalho, particularmente no tocante à aprendizagem dos ofícios manufatureiros. Logo após a proclamação da república, ainda em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao “cidadão ministro da guerra” Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Ele continha todo o plano, calcado no positivismo de Augusto Comte, para “incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República”, como modelo a ser seguido por todos os empregadores. Propunha medidas como o estabelecimento do salário mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde, a regulamentação de ofícios, e outras.<sup>53</sup>

<sup>50</sup> SANTOS, 2007, p. 210.

<sup>51</sup> CUNHA, 2000, p. 92.

<sup>52</sup> HILSDORF, 2003, pp. 57-59.

<sup>53</sup> CUNHA, 2000, p. 92.

Na França e Inglaterra as ideias pedagógicas do positivismo, de acordo com Cambi, estavam voltadas, de um lado para uma elaboração da pedagogia como ciência e do outro para uma “redefinição dos *curricula* formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como o conhecimento típico e central do mundo moderno baseado na indústria e como um feixe de disciplinas altamente formativas, tanto no plano intelectual como no do caráter.”<sup>54</sup> Nessa linha, de acordo com Delphino<sup>55</sup>, discuti-se no Senado em 1906 o montante dos recursos do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para implantação das escolas técnicas e profissionais nos Estados.

Em 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7566, de 23/09//1909 instala 23 escolas primárias de Aprendizes Artífices, com o objetivo de formar operários e contramestres, nas capitais dos Estados. Verifica-se nas considerações descritas no Decreto à recorrente discriminação com as atividades manuais, a quem se destina tal aprendizado – no caso os desafortunados –, e a política assistencialista intrínseca no texto:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar codações uteis à Nação [*sic*] [...] <sup>56</sup>

No que se refere às escolas primárias de Aprendizes e Artífices terem sido criadas para suprimir a “escola do vício e do crime”, ressaltamos que essas escolas não foram as primeiras a oferecer o ensino de atividades manuais como “solução” para as questões e problemas sociais como as crianças de rua, tidas então como mazelas na nova e assustadora sociedade urbana que emergia. Alguns anos antes, em 1902, é criada a Escola Correccional “Quinze de Novembro.”<sup>57</sup> O regulamento da escola tinha como fim, segundo o decreto de sua criação:

Art. 1º. A Escola Correccional Quinze de Novembro tem por fim dar educação physica, profissional e moral aos menores abandonados e recolhidos aos estabelecimentos por ordem das autoridades competentes, nos termos do art. 7º da lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902. Art. 2º. Compreendem-se como abandonados os menores de 14 annos, maiores de

<sup>54</sup> CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP. 1999. p. 467.

<sup>55</sup> DELPHINO, 2010, pp. 28-29.

<sup>56</sup> BRASIL. República Federativa. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

<sup>57</sup> BRASIL, Decreto N. 4.780 de 2 de março de 1903. *Aprova o regulamento para a Escola correccional “Quinze de Novembro”*. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf) >. Acesso em 12 Jun. 2011.

9, que, por serem orphãos, ou por negligencia, ou vicios, ou enfermidades, ou falta de recursos dos paes, tutores, parentes, ao pessoas, em cujo poder, guarda ou companhia vivam, ou por outras causas, forem entregues ás autoridade judiciais ou policiaes, ou forem encontrados habitualmente sós na via publica, entregue a si mesmos e desamparados de qualquer assistencia natural.[sic]<sup>58</sup>

A Lei n. 947 de 29 de dezembro de 1902 mencionada na citação acima teve como finalidade a reforma o serviço policial do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, e deu outras providências, entre elas o tratamento às crianças encontradas em condições de abandono e vadiagem, sendo elas colocadas em nível de igualdade, pela Lei, aos indivíduos acusados dos mais diversos crimes entregues à autoridade policial, excetuando-se, somente, a nosso ver, pela condição e local de internação, conforme se segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado: [...] IV - Criar uma ou mais colonias correccionaes para rehabilitação, pelo trabalho e instrucção, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados no Districto Federal, comprehendidos nessas classes os definidos no Codigo Penal e no decreto n. 145, de 12 de julho de 1802. [...] Art. 7º - Além dos individuos de que trata o n. IV do art.1º, serão recolhidos ás colonias correccionaes: I - os menores de 14 annos, maiores de 9, inculcados criminalmente que forem julgados como tendo agido sem discernimento, nos termos dos arts. 30 e 49 do Codigo Penal. II - Os menores abandonados de 14 annos, maiores de 9 que, por serem orphãos ou por negligencia ou vicios, ou enfermidades dos paes, tutores, parentes ou pessoa em cujo poder, guarda ou companhia, vivam, ou por outras causas, forem encontrados habitualmente sós na via publica, entregues a si mesmos e privados de educação. Art.8º - Os menores abandonados serão remetidos administrativamente pelos pretores ou juizes de orphãos. §1º. Essa remessa será precedida de um processo administrativo sobre o comportamento e os habitos do menor, o character, a moralidade, a situação e os meios de vida do pae, tutor, parente ou pessoa sob cujo poder ou guarda se ache, ou em cuja companhia viva, o que se será compelido a dar necessarias informações. §2º. Os menores assim recolhidos á colonia permanecerão nesta até a idade de 17 annos completos, salvo decisão em contrario do respectivo juiz. [...] <sup>59</sup> [sic]

Verifica-se, na Lei N. 947/1902, o antagonismo representado pela desejada reinclusão social motivada pela exclusão e confinamento em espaços destinados à instrução e ao trabalho

<sup>58</sup> BRASIL, Decreto N. 4.780 de 2 de março de 1903. *Aprova o regulamento para a Escola correccional “Quinze de Novembro”*. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf) >. Acesso em 12 Jun. 2011.

<sup>59</sup> BRASIL. Lei N. 947 de 29 de dezembro de 1902. *Reforma o Serviço Policial no Distrito Federal*. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-republicacao-107075-pl.html> > Acesso em 12 Jun. 2011.

coercitivo. A criança, naquele contexto de aumento da população, expansão urbana e aglutinação populacional,

[...] representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Descobrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente e deve ser afastada do caminho que conduz a criminalidade das “escolas do crime”, dos ambientes viciosos, sobretudo as ruas e as casas de detenção.<sup>60</sup>

A solução para tirá-las das ruas ou casas de detenção foi, também, detê-las em espaços como a Escola Correccional “Quinze de Novembro” que tinham o intuito de reabilitá-las por meio da aprendizagem de trabalhos manuais.<sup>61</sup>

Com relação ao aumento da população mencionado e sua aglutinação nos centros urbanos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisados por Valle e Barbosa<sup>62</sup>, no início do século XX, ocorreu um aumento significativo na população brasileira, com um patamar elevado nos dois primeiros decênios, (uma taxa de 2,91% ao ano) decaindo nas duas décadas seguintes para um nível que se revelou o mais baixo de todo o século (1,49% anual). A partir dos anos 1940, no entanto, o ritmo de crescimento populacional rapidamente volta a intensificar até atingir o pico histórico de 2,99% ao ano entre 1950 e 1960, entrando, nas décadas seguintes ocorre uma trajetória descendente. Na análise do fenômeno, especialmente nas décadas de 1910-20, os autores descrevem que cerca de 10% do crescimento populacional do período se deu em virtude da migração externa, iniciada na década de 1890 com a abolição da escravidão e a busca de mão-de-obra agrícola recrutada em outros países.

Diante desse cenário e ainda pela euforia em torno das reformas na Educação no início da República, evidenciada com a criação de escolas profissionais e dos primeiros grupos escolares, realizamos um levantamento da quantidade de escolas de ensino profissionais existentes no país, tomando como base os dados dos Anuários Estatísticos do Brasil (AEB), editados entre 1916 e 1926, na parte que trata do ensino profissional, com dados dos anos de 1907 a 1912, ou seja, antes e depois do Decreto de criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, conforme se vê na Tabela 1:

<sup>60</sup> RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU, 1997. p. 28.

<sup>61</sup> Tal prática de submeter reclusos a atividades manuais persiste até os dias de hoje. Estabelecimentos penais e de internação de menores infratores veem nas atividades manuais com madeira, papel, tinta, cola e outros produtos utilizados no trabalho artesanal, a solução para reinclusão do encarcerado no mercado de trabalho fora das grades e muros. Uma utopia.

<sup>62</sup> VALLE, Nelson do; BARBOSA, Maria Ligia O. População e estatísticas vitais. In: *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 3. DVD-ROM.

**Tabela 1:** Escolas de Ensino Profissional no Brasil (1907-1912)

Anos	Escolas															
	Discriminadas segundo a sua administração			Discriminadas segundo a natureza do ensino								Discriminadas segundo o sexo dos alunos			Total	
	Públicas			Particu- lares	Sacerdotal	Pedagógico	Artístico liberal	Artístico Industrial	Agrônômico	Náutico	Comercial	Para o sexo Masculino	Para o sexo Feminino	Mistas		
	Federais	Estaduais	Municipais													% de Aumento <sup>(1)</sup>
1907	8	38	10	100	32	44	17	42	4	3	-	14	77	29	50	156
1908	9	39	13	162	42	47	24	60	22	3	78,57	25	120	39	64	223
1909	9	41	12	177	42	47	25	62	35	3	78,57	25	136	39	64	239
1910	26	43	13	197	47	46	27	83	43	2	121,42	31	171	45	63	279
1911	30	50	14	202	49	54	28	86	44	2	135,71	33	177	48	71	296
1912	31	52	14	202	50	58	29	89	33	2	171,42	38	174	55	70	299

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos Anuários Estatísticos do Brasil (1916-1927). Diretoria Geral de Estatística. pp. 1014-1034.

<sup>(1)</sup> em relação ao valor inicial de quatorze escolas de ensino comercial.

Dos dados da Tabela 1 podemos fazer uma análise e algumas considerações. No ano de 1907, estavam instaladas no Brasil 56 escolas públicas (oficiais), entre federais, estaduais e municipais e cem particulares, uma diferença de 44% menos escolas públicas que privadas. Em 1912, esse percentual aumenta para 51,98%, mostrando uma tendência, mesmo com o crescimento no número de escolas públicas, de elevação na oferta do ensino privado. No ensino oficial, no mesmo período (1907-1912), as escolas criadas por Nilo Peçanha contribuíram com o aumento de 287,5% na oferta do ensino profissional federal. No âmbito Estadual, o aumento foi menos significativo, de 36,8%; e no municipal de 40%, um índice que parece expressivo, mas não é se considerarmos que estamos trabalhando com dados de todo o país. Outra análise pode ser feita no que se refere à natureza dos cursos: o ensino sacerdotal teve um crescimento de 56,3%; o pedagógico 31,8%; o artístico liberal de 70,6%; o artístico industrial 112%; o agrônômico 1.000% (1907-1911)<sup>63</sup> e no seguinte um decréscimo

<sup>63</sup> Nesse período, em 1909, Nilo Peçanha reestruturou e incorporou ao Ministério da Agricultura atividades ligadas a indústria e comércio. Na estrutura, ficou denominado de “Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio” (MAIC), (Decreto 7.501, 1909). Foi nomeado Antonio Candido Rodrigues para ocupar o cargo de ministro. Em seu plano geral, o novo ministro estabeleceu em “linhas geraes, a organização do novo ministerio deve obedecer ao intuito de atender ao **ensino agrícola** e a divulgação e propagação dos melhores processos culturais e de exploração das industrias agricolas, por meio dos **institutos de ensino**, das estações agronomicas, dos campos de experiencias e de demonstração, situados nas regiões adequadas do territorio nacional.[sic] [grifos nosso]. Cf. DECRETO N. 7. 501 - de 12 de agosto de 1909. *Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio*. Rio de Janeiro, 1909.

de 25% (1911-1912), sendo reduzidas de 44 para 33 escolas desse tipo de curso; o náutico um decréscimo de 33%; e, por fim, o comercial cresceu 171%.

O Quadro 1 a seguir descreve as escolas existentes no Distrito Federal, no início do século XX, entre elas as correccionais e asilos, divididas por tipos de ensino e dependência administrativa:

TIPOS DE ENSINO	ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL (RJ)		
	SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
	Público Federal	Público Municipal	Particular
<b>Artístico liberal</b>	Escola Nacional de Bellas Artes Instituto Nacional de Musica	-	Collegio da Immaculada Conceição Conservatório Livre de Musica Escola de Musica Escola Livre de Musica Gymnasio de Musica Lyceo Litterario Portuguez
<b>Artístico industrial</b>	Escola Correccional Quinze de Novembro Escola Pratica de Aprendizizes das Officinas do Engenho de Dentro Instituto Benjamin Constant Instituto dos Surdos-Mudos	Casa de São José Instituto Profissionall Feminino Instituto Profissionall Masculino	Asylo do Benifeitor Gonçalves de Araujo Lyceo de Artes e Officios
<b>Náutico</b>	Cursos de Machinistas e Pilotos da Marinha Mercante	-	Lyceo Litterario Portuguez
<b>Comercial</b>	-	-	Academia de Commercio Associação Christan de Moços Escola Remington Instituto Commercial Lyceo Litteratio Portuguez

**Quadro 1** – Descrição das Escolas de Ensino Profissional no Distrito Federal, segundo a dependência Administrativa – 1907-1912.

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir da análise do Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. pp. 622-632.

disponível

<[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7501&tipo\\_norma=DEC&data=19090812&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7501&tipo_norma=DEC&data=19090812&link=s)>

Acesso em: 5 dez. 2011. Entendermos ser essa medida e a procura pelo desenvolvimento, então agrícola, o propulsor da expansão dos cursos agrônômicos.

em:

O quadro acima evidencia, de forma agrupada, as escolas de ensino profissional existentes no Distrito Federal (RJ) no período de 1907-1912. Nos tipos de ensino, pode-se verificar uma predominância de escolas particulares, exceto pelo ensino Artístico Industrial. No caso do ensino Comercial não há, nesse período, segundo os dados dos Anuários, nenhuma escola oficial, federal ou municipal dedicada aos cursos dessa área, somente as particulares. Apesar de ser uma cidade litorânea, o quadro também demonstra a pequena quantidade de escolas, somente duas, do ensino náutico, uma oficial e outra privada, dedicadas a este tipo de ensino. A redução na oferta desse tipo de ensino também foi evidenciada nos dados da Tabela 1.

Cronologicamente, em 1927, depois de cinco anos de trâmite, é aprovada a *Lei Fidelis Reis*, que prevê o oferecimento obrigatório de ensino profissional no país. No futuro, sob o mesmo pretexto do desenvolvimento industrial e econômico, a citada lei serviria como base para a criação da Lei 5692/71, que instituiria o ensino profissional compulsório.

O ensino profissional seria citado em diversas outras Leis e também na *Reforma Francisco Campos* (Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931) que dispôs sobre a organização do ensino técnico-profissional e normal, com ênfase no ensino primário. Depois, pela primeira vez, foi tratada na carta magna do país, a Constituição de Getúlio Vargas, em 1937, traz referências ao ensino técnico, profissional e industrial. No entanto, no texto, mantêm-se a característica discriminatória do ensino profissional destinado às classes menos favorecidas da população (Art. 129). No mesmo artigo, o governo transfere parte da responsabilidade deste tipo de ensino para sindicatos e indústrias:

Art. 129 [...] O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.<sup>64</sup>

A partir do ano de 1942 foram promulgados sob o poder do Estado Novo, em que o poder Executivo exercia também as funções legislativas, Decretos-lei intitulados Leis Orgânicas de Ensino. Em conjunto, esses decretos ficaram conhecidos como *Reforma*

<sup>64</sup> BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do. 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm>> Acesso em maio de 2011.

*Capanema*. No período de quatro anos foram promulgados os seguintes: Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 – cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal; Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e, por fim, o Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – que trata da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Pelas novas Leis Orgânicas, o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio e é dividido em dois ciclos, um básico e o outro técnico; o ingresso nas escolas passa a depender de exame de admissão. Nesse contexto, de acordo com Delphino, a educação brasileira passou a ter o seguinte formato:

Ensino Primário - comum a todos os educandos, não compreendia o ensino de ofícios. Ensino Médio dividido em 2 etapas, 1º e 2º Ciclos divididos em 5 segmentos; secundário (propedêutico ao ensino superior) normal, industrial, comercial e agrícola. O primeiro ciclo dos ramos profissionais destinava-se a formar trabalhadores manuais oriundos das classes menos favorecidas (Constituição de 37). Ensino Superior.<sup>65</sup>

É importante ressaltar que pelas Leis Orgânicas os cursos dos ramos profissionais não autorizavam o acesso ao ensino superior, apenas o ensino secundário dava acesso irrestrito a qualquer carreira superior, sendo necessária ao concluinte do ensino profissional a submissão ao exame de admissão o curso propedêutico, caso tivesse o intuito de cursar o ensino superior, o que geralmente não acontecia. A respeito das reformas, Saviani descreve:

No ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social.<sup>66</sup>

Essa dicotomia no ensino, com discriminação e marginalização de um lado, foi sendo alterada por meio de leis específicas até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

<sup>65</sup> DELPHINO, 2010, p. 9.

<sup>66</sup> SAVIANI, 2008, p. 269.



(LDB) de 1961, que proporcionou a equivalência plena dos ensinos a partir do ano de 1962, quando entrou em vigor. Todavia, conforme descreve Santos (*apud* Kuenzer),

A equivalência estabelecida pela Lei 4.024/61, entretanto, não conseguiu superar a dualidade, tendo em vista a permanência de suas redes de ensino no sistema educacional brasileiro, sendo que o ensino secundário continuou mantendo o privilégio de ser reconhecido socialmente. Isso fica comprovado quando tomamos por base o quantitativo de matrículas levantado pelas estatísticas da época, ao constataremos que: dos 1.129.421 alunos matriculados no segundo ciclo, a grande concentração era nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; 50% das matrículas correspondiam ao secundário: 45% aos ramos normal e comercial e apenas 5% aos ramos industrial e agrícola.<sup>67</sup>

Apesar da dualidade e marginalização do ensino profissional, Romanelli<sup>68</sup>, com base em dados estatísticos do ano de 1967 do MEC-INEP, destaca que havia um maior interesse por determinados ramos de ensino técnico, em especial o ensino comercial e normal, tais cursos atraíam, no 2º ciclo, por conferirem um título profissional de nível médio, ‘técnico de contabilidade e o magistério formador do professor/a, respectivamente’. O ensino Comercial atraía, em São Paulo, segundo a origem social, 45,7% de classe inferior, 24,8% de classe média e 14,9% da classe superior. Já no ensino Normal, a distribuição era mais equilibrada, com 20,2% da classe inferior, 30,6% da média e 25,8% da superior. Romanelli descreve que essas:

[...] “distorções” na estrutura dualista existiram e continuam existindo. É assim, por exemplo, que o 2.º ciclo do ensino comercial abrigava e abriga uma população bastante diversificada, enquanto o ensino normal de 2.º ciclo, portanto profissional, acabou por transformar-se na escola da população feminina de classe média e superior.<sup>69</sup>

Nascimento também descreve a marginalização em relação ao ensino profissional, todavia relata que nas décadas de 1960 e 1970:

Os únicos cursos profissionais do nível médio de ensino que ainda gozavam de algum prestígio naquela época eram os do magistério das Escolas Normais, que formavam as professoras para o ensino primário, os cursos do Colégio Militar, que conduziam a Escola Militar de Formação de Oficiais e eram basicamente destinados a filhos de militares, além de alguns cursos técnicos de contabilidade.<sup>70</sup>

<sup>67</sup> SANTOS, 2007, p. 219, *apud* KUENZER, Acácia. *O ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

<sup>68</sup> ROMANELLI, 2006, p. 106.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>70</sup> NASCIMENTO, 2006, p. 230.

Os dados apontados por Romanelli e a citação de Nascimento indicam que havia, de certa forma, uma elitização dos dois cursos citados ou, talvez, uma maior discriminação com os outros cursos técnicos, como o Agrícola, ligado à lida no campo, por exemplo, que despertava o interesse de apenas 2,4% da classe superior, 3,5% da classe média e também 3,5% da classe de renda inferior. Acreditamos que, neste caso específico, o desinteresse pela atividade agrícola foi motivado pela transição que ocorria no país e em sua economia, que passava do modelo agrário-comercial dependente para o modelo nacional desenvolvimentista-industrializado.

As discussões apresentadas até aqui demonstram, historicamente, a predominância da dualidade no ensino secundário e conseqüentemente a marginalização do ensino técnico. Todavia, demonstram também que havia cursos profissionais como o Normal e o Técnico em Contabilidade que despertavam o interesse não só das classes populares, mas também das classes média e alta. Nos próximos capítulos, buscaremos evidenciar essa conclusão, demonstrando nossa hipótese de que o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, apesar de fazer parte de um sistema dual de ensino, não passou por processo acentuado de discriminação e/ou marginalização dos seus cursos, em função do elevado interesse pelos cursos voltados para as atividades comerciais à época, e também pela falta de outros cursos na cidade, recebendo em suas salas não somente a parcela mais pobre da sociedade, mas também alunos de outras classes sociais.

## **I. 2 O Golpe Civil-Militar de 1964 e a educação profissional.**

Partimos da premissa central de que a educação profissional atende a dupla função de formar o trabalhador – dando-lhe em muitos casos apenas uma profissão – restringindo-lhe os horizontes educacionais, mas ao mesmo tempo, atende aos propósitos do capitalismo gerando mão-de-obra para um mercado de trabalho em processo de crescente industrialização. A partir dessa perspectiva, apresentamos breves reflexões sobre o contexto histórico do país nos anos de 1960, buscando relacioná-lo às questões locais, levando em consideração o contexto socioeconômico e cultural do município de Ituiutaba no mesmo período.

Embora tenha como objetivo focalizar o período em que se inaugura a ditadura civil-militar de 1964, precede o golpe um cenário político e socioeconômico que se arrastou desde a década de 1930 e colaborou para a instalação desse regime no Brasil.

[...] o que se convencionou em chamar Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem oligárquica. Foram esses movimentos que, em seu conjunto e pelos objetivos afins que possuíam, iriam caracterizar a Revolução Brasileira, cuja meta maior tem sido a implantação do capitalismo no Brasil.<sup>71</sup>

No ano de 1961, teve início no Brasil um período de crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros, e pela posse de seu vice, João Goulart (*Jango*), que assumiu a presidência num clima tenso, promovendo a abertura às organizações sociais: estudantes, movimentos populares e trabalhadores ganharam espaço no cenário político. No país, essas mudanças contrariaram as classes conservadoras e fora dele, no auge da guerra fria, os Estados Unidos da América (EUA) temiam que o fantasma do comunismo pudesse contaminar outros países além de Cuba, entre eles o Brasil. Além desses fatores, partidos como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) – que antes apoiavam a aliança entre JK e Jango – se opunham ao presidente e o acusavam de estar planejando um golpe esquerdista e de ser o responsável pelos problemas que o país enfrentava.

Variam muito as razões apontadas para explicar o golpe de 1964 [...] analistas destacam sobretudo a crise econômica, combinada com excessos populistas e retóricos do governo João Goulart, visto pelos adversários como instrumento de “comunização” do país, corrupção, ameaça a democracia e à disciplina e hierarquia das Forças Armadas.<sup>72</sup>

Alheio ao cenário prospectivo que se formava, em 13 de março, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde prometeu mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. O comício foi tido pelos conservadores como uma clara ameaça aos ideais do grupo e, em resposta, uma semana depois, organizaram um protesto intitulado a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* que reuniu milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade de São Paulo. Nesse quadro de crise política e insatisfação pública, tem-se o desfecho para o governo de João Goulart, conforme relata Romanelli.

Os velhos interesses latifundiários e a burguesia industrial temiam a política de massas. João Goulart não obtivera o apoio das forças armadas. As bases populares de seu Governo não eram sólidas, devido ao nível cultural, ao grau de interesses e ao nível real de consciência política do povo. Tampouco as

<sup>71</sup> ROMANELLI, 2006, p. 47.

<sup>72</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp. 42-43.

esquerdas estavam contentes com sua atuação dúbia. Sua tomada de posição pró-esquerda, à última hora, não conseguiu salva-lo do 31 de março de 1964. A própria esquerda foi surpreendida pela rápida reação dos militares.<sup>73</sup>

E assim, naquele dia, tropas das forças armadas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas e deram início ao golpe, dois dias depois tomaram o poder.

[...] A burguesia comemorou a deposição do Presidente João Goulart com uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, um acontecimento cujos organizadores aguardavam com ansiedade a mais de uma semana. Na hora marcada para o início da marcha, a Avenida Rio Branco continha um mar de faixas contra o comunismo, carregadas por uma multidão calculada em oitenta mil pessoas.<sup>74</sup>

Ainda não se sabia, mas era o início do fim do Estado democrático e o início de uma nova era na política brasileira. Manifestações políticas foram proibidas e perdem espaço os que buscavam melhoria de vida, operários, camponeses e estudantes. O forte autoritarismo se segue inserindo a repressão e a censura em todos os setores sociais.

Brasileiros perderam o poder de participação e crítica, e a ditadura se impôs violenta. Uma sucessão de presidentes fortaleceu o Executivo enquanto fragilizava o Legislativo. Diversas medidas de exceção acentuaram o caráter autoritário do governo: Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, prisões políticas, inquéritos policiais militares, proibição do direito de greve, cassação de direitos políticos, exílio, etc.<sup>75</sup>

O regime é marcado por uma sucessão de governantes militares e de Atos Institucionais (AI) cada vez mais duros. Conforme define Couto:

Um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do poder Legislativo, limitação do Judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo.<sup>76</sup>

Ribeiro<sup>77</sup> faz importantes considerações acerca do golpe militar e sua relação com a educação, descreve o terror causado pelas prisões e perseguições e os interesses políticos e econômicos intrínsecos aos atos dos governos militares que se seguem e que impõem, pela força, um Estado com a tarefa concreta de eliminar os obstáculos à expansão do capitalismo internacional. Na educação, a autora considera, ainda, os efeitos dessa medida sobre os

<sup>73</sup> ROMANELLI, 2006, p. 53.

<sup>74</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpes de classe*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>75</sup> ARANHA, 2006, p. 314.

<sup>76</sup> COUTO, 1999, p. 41.

<sup>77</sup> RIBEIRO, 2003.

recursos financeiros necessários à organização escolar e sobre a orientação teórica seguida e expressa nas leis que vão sendo aprovadas até 1971. Pois, não diferente de outros setores essenciais ao país, a educação também sofreu com o centralismo do poder militar e “não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política”<sup>78</sup>. Assim, as reformas educacionais foram realizadas procurando atender aos interesses da elite e a demanda por capital humano para o trabalho que envolvia, entre outros, aspectos políticos, econômicos e pedagógicos.

Entre as reformas que foram sendo aprovadas, uma das primeiras foi a expansão da rede de ensino profissional com a criação de novos cursos nos anos seguintes ao golpe. A expansão no número de vagas e criação de escolas técnicas e científicas acabou por fazer surgir um novo problema, a articulação entre a escola média e a superior, no que tange a incapacidade do sistema educacional superior em absorver os egressos do ensino médio.

A tensão originou-se do fato de que estes [alunos] quando concluíam o ensino médio e eram aprovados nos exames vestibulares (eliminatórios e não classificatórios), muitas vezes não eram admitidos (matriculados) nas escolas superiores (faculdades e universidades), por não existirem vagas suficientes. Assim, a comissão, formada pelos educadores Clóvis Salgado (presidente); Raimundo Muniz Aragão; Newton Sucupira; Roberto Figueira Santos; Padre José de Vasconcelos e Valmir Chagas (relator), teve a incumbência de analisar a situação. Em 15 de dezembro, do mesmo ano [1967], a Comissão Especial apresentou e submeteu ao Conselho Federal de Educação para aprovação o seu relatório [...]. De acordo com os termos que deram origem à organização da comissão [...] era esperado que, a partir das premissas constatadas, resultasse uma proposta no sentido de ampliação das vagas disponíveis nas escolas superiores públicas [...]. No entanto, o que se viu na Indicação nº 48 do relatório foi algo bem diferente do esperado, pois propuseram uma ampla e completa reforma da escola média que lhe acentuasse o caráter de terminalidade, o que, no entender da comissão, acabaria por desestimular a continuidade dos estudos através da auto-exclusão natural de muitos não dotados que, de outra forma, continuariam a tumultuar os trabalhos do ensino superior, quer por ter nele ingressado, que por não conseguir concluí-lo.<sup>79</sup>

A insatisfação e manifestações culminaram com a criação de outra comissão para discutir as aspirações dos estudantes. As discussões dessa comissão deram origem à reforma universitária (Lei 5.540/68) que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. A nova lei possibilitou a criação e expansão das Universidades públicas e, no âmbito privado, das Associações e Fundações (faculdades) isoladas, vistas pelo sistema como uma solução do problema. Todavia, a ideia central de

<sup>78</sup> ARANHA, 2006, p. 24.

<sup>79</sup> NASCIMENTO, 2006, pp. 249-251.

seleção ao término do ensino médio daqueles alunos mais capazes para a continuação dos estudos em nível superior foi implicitamente citada na lei, mais especificamente na alínea “a”, do Artigo 17, que trata dos tipos de cursos a serem oferecidos pelas Instituições de ensino superior: “a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular”<sup>80</sup>. Alterava-se assim o modelo de ingresso no ensino superior, passando-o ao modelo do vestibular classificatório existente até os dias de hoje.

Nascimento descreve que, no parecer da mesma comissão, aparecem sugestões quanto aos cursos do ensino médio que, “consideravam [...], além da importância que tinham em si próprios, pois levam os mais capazes à universidade, predispõem os demais ao exercício de ocupações úteis, evitando a marginalização dos que encerram sua escolaridade com o segundo grau.”<sup>81</sup> verifica-se, no parecer da comissão, o caráter terminal, dual e excludente dado ao ensino médio, em particular o profissional, que no entender da comissão deveria ter caráter final de estudos e garantia do exercício de atividade profissional que evitasse a marginalização do indivíduo.

Retomando a discussão sobre a expansão do ensino profissional, no Estado de Minas Gerais, por exemplo, nos anos de 1964 e 1965 existia apenas um curso de Comércio em nível Colegial no Estado, em 1966 foram criados pelo Estado outros dezenove<sup>82</sup>. Na soma geral do país, em 1965 existiam 103 cursos e, em 1966, foram criados mais 41, totalizando 144 cursos<sup>83</sup>, um aumento de 40% no número de cursos no intervalo de um a dois anos. É importante mencionar que, do total de cursos de Comércio criados em todo o Brasil nesse período, 46% dos novos cursos foram criados em Minas Gerais. Os dados indicam o interesse governamental pela educação profissional, em particular o curso de Comércio, e um alinhamento político do Governo de José Magalhães Pinto (UDN) (31/01/1961 a 31/01/1966)

<sup>80</sup> BRASIL. Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75564&norma=102363> > Acesso em: 1 mar. 2012.

<sup>81</sup> NASCIMENTO, 2006, p. 252.

<sup>82</sup> IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967. p. 638.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 639.

com o Governo Militar<sup>84</sup>. O período de expansão do ensino profissional no Estado também englobou o governo de Israel Pinheiro da Silva (PSD) (31/01/1966 a 15/03/1971).<sup>85</sup>

Em consequência das políticas de educação voltadas para o trabalho em organizações empresariais, foi firmado com os EUA, de 1965 a 1968, uma série de convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Entre os convênios, um envolvendo, além dos dois órgãos, foi firmado com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) para a distribuição gratuita de livros didáticos e técnicos a escolas de nível primário, secundário e superior. Para tal tarefa foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)<sup>86</sup> que visava estimular e incentivar a expansão de uma indústria editorial no Brasil. A instituição da COLTED e suas atribuições demonstram a ideologia do Estado para a Educação, nesse caso, com atenção em especial pelo livro didático e seu conteúdo.

Dos acordos financiados pela USAID foram construídos nos Brasil cerca de seiscentos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT)<sup>87</sup>, ou Ginásios Polivalentes, ginásios estes que tinham nas duas primeiras séries atividades ou técnicas ligadas às artes ou à agricultura, escolhidas conforme a região onde o ginásio estava situado. E nas duas últimas séries, sétima e oitava, tinham no currículo disciplinas voltadas para a orientação profissional, assunto que discutiremos logo à frente. “Hoje, a maioria dos GOT, já sem esse nome, está com as salas-ambiente usadas para outras finalidades, os equipamentos deteriorados ou trancados a sete chaves, “postos a salvo” dos alunos”.<sup>88</sup>

As relações entre os dois países se estreitaram ainda mais com a abertura de capital estrangeiro e a adoção do modelo associado-dependente, consequência e reforço da presença de empresas internacionais no país, motivo que se importava também o modelo organizacional que as presidia. A necessidade de preparação de mão-de-obra para essas empresas associada à elevação da produtividade do sistema escolar levou à adoção do modelo

<sup>84</sup> O alinhamento adivinha do envolvimento e apoio do Governador José Magalhães Pinto ao golpe civil-militar de 1964 que destituiu o Presidente João Goulart. Sob o seu comando [Magalhães Pinto] o Estado de Minas Gerais “estava praticamente mobilizado” [...] e no dia 31 de março de 1964 as tropas de Minas Gerais marcharam rumo ao Rio de Janeiro. Cf. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: março-64*. São Paulo: Três. 1975. v. 19. p. 56.

<sup>85</sup> Informações oficiais obtidas na galeria de ex-governadores do site do Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

<sup>86</sup> BRASIL. Decreto 59.355, de 04/10/1966. *Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66*. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, 05/10/1966.

<sup>87</sup> CUNHA; GÓES, 1991, p. 62

<sup>88</sup> Ibidem.

educacional tecnicista<sup>89</sup>, em que o currículo foi estabelecido por especialistas, observando uma sequência lógica. Libâneo descreve que na tendência liberal tecnicista:

A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança do comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes" para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. A pesquisa científica, a tecnologia educacional, a análise experimental do comportamento garantem a objetividades da prática escolar, uma vez que os objetivos institucionais (conteúdos) resultam da aplicação de leis naturais que independem dos que a conhecem ou executam.<sup>90</sup>

Reafirma-se assim, a intenção do novo regime de adotar políticas educacionais voltadas à utilização da escola como um espaço de formação de mão-de-obra para as empresas e industrialização do país. A nosso ver, a educação profissional brasileira estabeleceu, no período militar, um novo capítulo na sua história com a promulgação da Lei 5692/71, que institucionalizou o ensino profissional e substituiu, compulsoriamente, os ramos secundário e propedêutico pela habilitação profissional obrigatória. Hilsdorf<sup>91</sup> compara as reformas educacionais de 1961 e 1971, de um lado a linha liberal em que se pregava a autonomia do indivíduo, a qualidade, a cultura geral e a ênfase nos fins (ideais); do outro a linha tecnicista adotada pelos militares, onde se previa a adaptação à sociedade, a quantidade (em detrimento da qualidade), a cultura profissional e a ênfase nos meios (metodologias do tipo microensino, máquinas de ensinar, enfoque sistêmico, tele-ensino, ensino programado, ensino à distância e outros). Num estudo da Lei 5692/71, do INEP, chegou-se à seguinte conclusão a respeito das políticas de profissionalização anteriores e as da nova Lei:

confrontando-se os pressupostos e os efeitos de sua política de profissionalização com políticas anteriores, evidenciou nova forma de oposição entre as funções propedêutica e profissionalizante. Ambas não mais se contrapõem em termos de humanismo e técnica, como ocorria até ao final dos anos 50. O maior prestígio dos cursos superiores ligados à ciência e à tecnologia mostra que a oposição é, explicitamente, entre as tarefas de decisão e de execução, configurando a forma de divisão do trabalho, característica da grande empresa moderna.<sup>92</sup>

<sup>89</sup> SAVIANI, 2008, pp. 367-369.

<sup>90</sup> LIBÂNEO, 2006. p. 29.

<sup>91</sup> HILSDORF, 2003, p. 125.

<sup>92</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil et al. *A profissionalização do ensino na lei nº 5692/71*: trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, 1982. p. 54.



Na análise dos autores, aparece a evidência de que o problema não estaria somente na formação, mas sim na divisão do trabalho em tarefas de decisão e de execução e, dessa divisão, conseqüentemente, a nosso ver, a valorização das tarefas do primeiro em relação ao segundo. No novo contexto a escola passa a ter um currículo voltado a atender a aptidão do candidato e os interesses do Estado, conforme descreve o Artigo 5º, parágrafos 2º, alíneas a) e b), e 3º, da citada Lei:

[...] § 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados. § 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.[..]<sup>93</sup>

Uma década depois, o estudo do INEP descreve a gênese das ideias e caracteriza o tecnicismo intrínseco na Lei 5692/71, explicitando, ainda, a relação escola, mercado de trabalho e empresa:

O estudo da gênese histórica das ideias que levaram à proposta da Lei 5.692/71, mostrou que ela significou mudança de perspectiva, quanto às relações entre *escola* e *trabalho*. No primeiro momento, contudo, não ficaram muito definidos os contornos dessas relações. Assim elas foram operacionalizadas como relação entre *escola* e *mercado de trabalho* ou como relação entre *escola* e *emprego*. O resultado disso foi a tentativa de dotar a educação do mesmo tipo de racionalidade característica das chamadas organizações modernas. Essa tentativa se configurou, tanto na multiplicação de hierarquias ocupacionais dentro do sistema escolar — supervisores, orientadores educacionais, administradores e inspetores —, como na caracterização da atividade educacional em termos tecnicistas, mais adequados ao universo empresarial.<sup>94</sup>

Quanto “a aptidão específica do estudante” e iniciação para o trabalho foram produzidos e distribuídos nesse período, com apoio do governo (COLTED), livros técnicos, didáticos e cartilhas que tratavam, além da instrução técnica, a sondagem de aptidões; escolha de cursos e profissões; projetos e programas de informação profissional. Giacaglia e Penteado publicaram um livro-texto em 1979 destinado à disciplina Educação para o Trabalho, inserida na parte especial do currículo da sétima e oitava séries do primeiro grau. O livro trata, além de

<sup>93</sup> BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>> Acesso em janeiro de 2011.

<sup>94</sup> CURY, 1982. p. 28.

outros temas, do trabalho e sua importância; opções de escolas e cursos; o ingresso no mundo do trabalho e principalmente da sondagem de interesses, aptidões e habilidades, onde se procurava, entre outras, responder aos alunos de 1º grau e “futuros profissionais” às seguintes questões:

49. O que são testes para mim e para que servem? 50. Alguns testes exigem rapidez. 51. Nem todos sabem desenhar bem. 52. O que fui, o que sou, quem serei. 53. O que os outros acham que sou, como os outros me vêem [sic]. 54. Quais são as minhas habilidades principais? 55. Sou bom em linguagem? 56. Falar bem em público. 57. Minha memória, como vai? 58. Sou responsável? 59. Minhas habilidades para resolver problemas simples. 60. Meus pontos fortes e meus pontos fracos. 61. Aptidões e qualidades. 62. Quais são meus interesses? 63. Quais as qualidades exigidas para se exercerem determinadas profissões?<sup>95</sup>

No mesmo livro, estão inseridos os objetivos gerais do guia curricular do MEC para a disciplina “Educação para o Trabalho” em que, na sétima série, o “aluno deverá perceber o significado do trabalho para o indivíduo e para a sociedade no processo global das atividades produtivas do homem”<sup>96</sup> e, na oitava, “o aluno deverá demonstrar o domínio de informações e o desenvolvimento de habilidades e atitudes exigidas no processo de decisão relativa à continuidade dos estudos e posterior ingresso no mundo do trabalho.”<sup>97</sup> Nota-se nos objetivos, em particular o da oitava série, a ênfase para o ingresso no mercado de trabalho precedido de um processo de decisão com a escolha pela continuidade – ou não – dos estudos.

As autoras publicaram também, no mesmo ano, outro livro direcionado para Programas de Informação Profissional (PIP), com aplicação aos alunos de cursos sistemáticos sobre orientação profissional, com subsídios para orientadores educacionais, psicólogos escolares, pais e demais educadores. Em seus capítulos, discutem-se questões sobre a melhor época para a escolha da profissão; importância da escolha profissional; recursos para conhecimento das profissões; desenvolvimento de atitudes e responsabilidade; valorização do trabalho como meio de realização pessoal e fator de desenvolvimento social; o sistema de educação profissional brasileiro; o ensino de segundo grau; o conhecimento das profissões; e, no fim, um guia nacional CIE-E de cursos e profissões, constando as habilitações de nível médio e suas correlações, ou seja, áreas afins, com o ensino superior.<sup>98</sup>

<sup>95</sup> GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. *Educação para o trabalho: cursos, profissões, sondagem de aptidões, projetos*. São Paulo: Atlas, 1979. pp. 57-69

<sup>96</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>97</sup> GIACAGLIA; PENTEADO, 1979, p. 9.

<sup>98</sup> Cf. GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. *Educação para a escolha profissional: programas de informação profissional*. São Paulo: Atlas, 1979.

Em nossas pesquisas, verificamos que a sondagem de aptidões chegou até o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba e era difundida por meio de livros específicos. Encontramos no arquivo do Colégio Comercial exemplares de um livro distribuído pelo Departamento de Ensino de 1º Grau da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. O livro foi organizado pela equipe de Currículos e Programas de Supervisão pedagógica e trata da “Sondagem de aptidões no currículo de 1º Grau”. O livro contém informações de oportunidades ocupacionais por Delegacia de Ensino,<sup>99</sup> e relaciona as “oportunidades” da Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia, da qual as escolas de Ituiutaba eram subordinadas à época, constando a oferta dos seguintes cursos na cidade:

Curso: APRIMORAMENTO TÉCNICAS DE VENDAS, escolaridade 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, duração: 1 mês, Escola: Associação Comercial; [...] Curso: CABELEIREIRO, escolaridade: 4.<sup>a</sup> série 1.º Grau – 5.<sup>a</sup> série, duração: 1 mês – 5 meses, Escolas: Associação Comercial; [...] DATILÓGRAFO, Escolaridade 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> séries do 1º Grau, duração 1 a 4 meses, Escolas: Associação Comercial; [...] Curso: ENFERMAGEM, escolaridade: 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração: 20 dias. Escola: Hospital São José; [...] Curso: GARÇON, Escolaridade: 5.<sup>a</sup> ou 8.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração: 1 a 3 meses, Escolas: Associação Comercial; [...] Curso: MAQUIAGEM, Escolaridade: 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração: 1 mês, Escolas: Associação Comercial; [...] Curso: PRÁTICA DE ESCRITÓRIO, Escolaridade: 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração: 1 mês, Escolas: Associação Comercial; [...] Curso: TÉCNICA DE VENDA, Escolaridade: 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração: 1 mês, Escolas: Associação Comercial; [...] Curso: VITRINISTA, Escolaridade: 5.<sup>a</sup> série 1.º Grau, Duração 1 mês, Escola: Associação Comercial.<sup>100</sup>

Observa-se que os cursos citados estão no nível mais básico de aperfeiçoamento, eram de curta duração e, exceto o de Enfermagem, que era realizado de forma prática no Hospital São José, os demais eram oferecidos pela Associação Comercial de Ituiutaba. Os cursos exigiam uma formação mínima, em geral a 5.<sup>a</sup> série do 1º Grau, mas nenhum tinha caráter de formação profissional técnica e fornecia titulação ao aluno.

Por fim, após uma análise das medidas adotadas com relação às políticas de educação no período ditatorial, corroboramos com as ideias de Cunha e Góes de que a Lei 5692/1971 foi uma tentativa de institucionalizar e profissionalizar o Ensino Médio, mas que não obtivera êxito pelas metas ambiciosas e os poucos recursos investidos.<sup>101</sup> Paralelo às discussões sobre o modelo de educação, é certo que a entrada do capital estrangeiro oriundo de empréstimos financeiros possibilitou a industrialização de algumas regiões do país e

<sup>99</sup> Cf. MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Sondagem de Interesses e aptidões no currículo de 1º Grau*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação. v. II. 1975.

<sup>100</sup> MINAS GERAIS. 1975, pp. 55-58.

<sup>101</sup> CUNHA; GÓES, 1985.

consequentemente o aumento de empregos, financiou construções e grandes obras: dando início ao período empolgante e momentâneo denominado “milagre econômico”. Contudo, o preço do desenvolvimento foi muito além dos empréstimos contraídos, concentração de renda e muitos outros fatores puseram fim ao período, restava apenas a herança deixada pelo Governo, à famosa dívida externa.

### I. 3 Gênese da Educação Profissional em Minas Gerais

Remonta as origens da educação em Minas Gerais à época do Brasil colônia. A província foi a primeira a tentar o ensino oficial dos ofícios, sua primeira manifestação, segundo Fonseca, foi por meio da Carta Régia de 21 de janeiro de 1812, em que o príncipe regente “manda formar na Capitania de Minas Gerais uma escola de serralheiros, officiaes de lima e espingardeiros para se occuparem de preparar fechos de armas. [sic]”<sup>102</sup> Precedeu a Carta Régia toda uma negociação entre o governante de Minas Gerais, Conde de Palma, e a corte. Oito artífices mineiros, entre eles dois mestres espingardeiros, foram “[...] os primeiros que deixaram a capitania de Minas Gerais para receber ensinamentos profissionais. Iam buscar na corte a técnica daquele trabalho especializado, para depois difundi-la, juntamente com os mestres, entre o pessoal que viesse trabalhar na fábrica.”<sup>103</sup> Apesar dos esforços e negociações para a instalação da escola – e fábrica –, em agosto do mesmo ano, por razões ignoradas, foi comunicado ao Governador de Minas Gerais que não progredisse com o estabelecimento. Outras duas escolas, o Colégio para os índios<sup>104</sup> e os Institutos de Menores Artífices<sup>105</sup> chegaram a ser postas no papel, mas nunca existiram de fato. Foi criado, na cidade de Serro, pela Lei mineira nº 2.543, de 6 de dezembro de 1879, um Liceu de Artes e Ofícios destinado à educação profissional dos menores desvalidos. A lei de criação trazia o seguinte texto:

[...] Art. 2º- o regulamento respectivo será organizado pelo governo sobre as seguintes bases: o curso literário e profissional compreenderá: a) as matérias exigidas no regulamento nº 84 para escolas primárias do 2º grau; b) língua francesa; c) aritmética, geometria, plana e desenho linear; d) música vocal e instrumental; e) uma arte ou ofício à escolha do aluno, dentre os que forem ensinados no estabelecimento. Desde logo serão instaladas as oficinas de alfaiate, sapateiro e marceneiro, podendo ser outras criadas, a proporção que

<sup>102</sup> CARTA RÉGIA de 21 de janeiro de 1812. Cf. FONSECA, 1961, v. 1 p. 11.

<sup>103</sup> FONSECA, 1961, p. 97.

<sup>104</sup> DECRETO de 6 de julho de 1832. Cf. FONSECA, 1961, v. 1.

<sup>105</sup> LEI Nº 2.228, de 14 de junho de 1876. Cf. FONSECA, 1961, v. 1.

se tornarem necessárias, preferindo-se a de ferreiro, e serralheiro, para a qual poderá ser contratado um perfeito mestre nacional ou estrangeiro. As aulas públicas de Latim e Frances já existentes na sede do estabelecimento serão anexadas ao liceu, sendo o estudo do Latim facultativo.<sup>106</sup>

Devido às constantes reduções de verbas destinadas ao Liceu e a outros fatores, o estabelecimento acabou por ter duração efêmera, deixando de existir em 1886. No mesmo ano, foi criado em Ouro Preto a Sociedade Artística Ouro-Pretana que acabou por dar origem a um Liceu de tipografia e encadernação, instalado nas dependências do Palácio do Governo.

Até o advento da República, como já vimos no contexto geral, muito pouco se fez pela educação profissional, em função, sobretudo, da vida rural do país. Todavia, a renovação de ideias, principalmente no campo da industrialização, o que não foi realizado e até reprimido na época do Brasil colônia, tomou nova força com o advento da república. Em Minas Gerais, por exemplo, nas três décadas seguintes do governo republicano, ocorreu um promissor desenvolvimento de estabelecimentos fabris. Tornando-se imperativo o ensino de ofícios para fornecer mão-de-obra para esses estabelecimentos. A criação de estabelecimentos escolares profissionais no estado é demonstrada no quadro abaixo, onde se identifica pelos dados uma predominância das escolas profissionais privadas. O quadro traz muitas outras informações, de forma bem abrangente, a respeito da criação e desenvolvimento dos estabelecimentos educacionais profissionais em solo mineiro:

---

<sup>106</sup> FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 2, 1962. pp. 470-471.

(continua)

ANO	ESTABELECIMENTO	TIPO	ORIGEM	OFÍCIOS	OBSERVAÇÕES
1896	Instituto de Educandos e Artífices – (funcionariam em seis circunscrições no território mineiro).	Público	Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896.	Armador, armeiro, abridor, alfaiate, carpinteiro e muitos outros.	Nunca chegaram a funcionar em virtude do corte de despesas dos governos que se seguiram.
1904	Liceus de Artes e Ofícios de Ouro Preto, Diamantina e Montes Claros.	Privado	Lei 393 de 19 de setembro de 1904.	-	Funcionaram com subvenções do Governo Estadual.
1910	Escola de Aprendiz e Artífices do Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte..	Público	Decreto 7566, de 23/09//1909 de Nilo Peçanha.	Marcenaria, ourivesaria, sapataria, ferraria e carpintaria.	Inicialmente aceitou alunos analfabetos excluídos de outros estabelecimentos educacionais. Em 1941 passou a se chamar Escola Industrial de Belo Horizonte.
	Escola Profissional Feminina em Belo Horizonte.	Privado	-	-	Funcionou com subvenções do Governo Estadual.
1918	Instituto de Ensino Profissional - anexo a Escola de Engenharia de Belo Horizonte.	Privado	-	Mecânicos, Eletricistas e Aprendiz de Ofício.	Funcionou com subvenções do Governo Estadual. E foram extintos os cursos, por falta de verbas, em 1921 e 1939, respectivamente.
1920	Instituição de cursos complementares (Profissionais).	Público		Dois cursos industriais, dois comerciais e dois agrícolas.	Só funcionou em Sete Lagoas.
1921	Curso de Mecânica Prática da escola de Engenharia de Belo Horizonte.	Privado	-	-	-
	Escola doméstica e Profissional em Brasópolis.	Privado	-	-	Funcionou com subvenções do Governo Estadual.
	Escola Profissional Delfim Moreira e m Pouso Alegre.	Privado	-	-	Funcionou com subvenções do Governo Estadual.
1927	Escolas Profissionais em Lafaiete e Moreira, da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea.	Extintas em 1929.
1928	Liceu de Uberaba, ou Instituto Politécnico de Uberaba.	Público	-	Trabalhos com ferro, madeira, artes gráficas, química e cerâmica.	Escola de Fidelis Reis construída e tida como patrono o industrial Henry Ford. Foi um Instituto passageiro.
1937	Introdução ao ensino de ofícios: Escola de Reforma Alfredo Pinto.	Publico	-	Sapataria, alfaiataria, fundição de bronze e marcenaria.	Instituição destinada a menores delinquentes.
	Escola de Preservação Lima Duarte.	Público	-	Alfaiate, sapateiro, tipógrafo, carpinteiro, funileiro e marceneiro.	Instituição destinada a menores delinquentes.
1939	Escolas Profissionais da EFCB em Lafaiete e Sete Lagoas.	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea.	-

(conclusão)

ANO	ESTABELECIMENTO	TIPO	ORIGEM	OFÍCIOS	OBSERVAÇÕES
1941	Escolas Profissionais da EFCB em Santos Dumont, Belo Horizonte e Corinto.	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea.	-
	Escola Profissional Getúlio Vargas em Juiz de Fora	Público Municipal	-	-	Funcionou por 4 anos.
	Escola Profissional da Rede Mineira de Aviação, em Divinópolis.	Privado	-	-	-
1942	Instalação do SENAI em Minas Gerais – Belo Horizonte.	Privado	-	Leitura de desenhos e Torneiro.	O SENAI não possuía instalações próprias. Os cursos começaram a funcionar em salas alugadas da Escola de Engenharia. A sede definitiva só foi inaugurada em 1945.
	Escola Ferroviária em Araguari da Estrada de Ferro de Goiás.	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea	-
1943	Criação do Curso Técnico de Mineração e Metalurgia Federal.	Público	Instituído posterior pelo Decreto-Lei 8.300/1945	-	-
1944	Escola de Aprendizagem em Bicas e em Porto Novo, da Estrada de Ferro de Leopoldina	Privado	-	-	-
1945	Inauguração de escolas SENAI em Belo Horizonte (já existente desde 1942), Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará.	Privado	-	Leitura de desenhos e torneiro.	-
1947	Fundação da Escola Técnica de Química industrial em Ouro Fino.	Público	Decreto 26.316/1949	-	-
1948	Inauguração da escola SENAI em Uberaba.	Privado	-	-	Instalou-se no prédio do Liceu de Uberaba, idealizado e construído por Fidelis Reis.
	Escola Ferroviária, em Ladainha, da Estrada de Ferro Bahia a Minas	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea	-
1950	Inauguração do SENAI em Guataguases e Itajubá.	Privado	-	-	-
	Instituto Técnico Álvaro da Silveira em Belo Horizonte.	Privado	-	Técnico em Agrimensura.	-
1951	Escola Ferroviária, da Rede Mineira de Viação .	Privado	-	Preparo de pessoal para a atividade férrea	-
	Escola Pio XII, em Belo Horizonte.	Privado	-	Corte e Costura.	Funcionava em externato e destinado ao sexo feminino.
1953	Escola Técnica de Juiz de Fora, da Universidade do Trabalho Getúlio Vargas.	Público	-	-	Nunca funcionou.
1957	Curso Técnico - anexo à Escola de Engenharia de Juiz de Fora.	Público	-	Eletrotécnica e máquinas e motores.	-
1959	Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa em Santa Rita do Sapucaí.	Privado	-	Técnico em Eletrônica.	A primeira do país a oferecer tal especialização.

**Quadro 2** – Descrição da criação das Escolas de Ensino Profissional no Estado de Minas Gerais a partir da Velha República – 1896-1960

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor a partir de FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v.2, 1962. pp. 467-497.

Confirma-se, confrontando e analisando os dados que a educação profissional em Minas Gerais, desde o Império, passando pela República, até o fim da década de 1960, teve pouco ou nenhuma participação dos governos constituídos. No período republicano, conforme dados do Quadro acima, 65,6% das escolas instaladas no território Mineiro eram privadas, o percentual restante (34,4%) era de escolas públicas que tiveram duração efêmera ou nem chegaram a existir, como os Institutos de Educandos e Artífices – que, em tese, funcionariam em seis circunscrições no território mineiro – mas nunca foram instalados por falta de recursos e corte de despesas. No que tange à criação e manutenção de escolas, o governo mineiro se restringiu a fornecer subvenções às escolas particulares para que mantivessem os cursos. As escolas públicas instaladas em Minas, em sua maioria, foram criadas por ações do governo federal ou em casos isolados pelo governo municipal. Coube à iniciativa privada, às indústrias, em especial as de estradas de ferro, a criação de escolas profissionais específicas para a preparação da mão-de-obra necessária ao trabalho e desenvolvimento do Estado e do país. Afinal, no início do século XX, Minas Gerais se destacava no cenário nacional, junto com São Paulo, na instalação de Indústrias.

Fonseca descreve que, apesar do descaso do Governo de Minas até então com a educação profissional, a partir da década de 1950, o governo mineiro firmou convênios com o MEC para que o Ministério construísse novos estabelecimentos de ensino industrial no Estado, arcando com custos de construção e de equipamentos. Em contrapartida, o Estado ficaria com o encargo de manutenção da escola. Os convênios resultaram na construção de escolas industriais em Betim, São Sebastião do Paraíso, Diamantina, Curvelo, Além Paraíba, e a Ação Social de Belo Horizonte. Além dessas, foram construídas pelo mesmo convênio as escolas Vocacionais e de Aprendizagem nas cidades de Santos Dumont, Leopoldina e Uberlândia.<sup>107</sup>

Quanto à escola de Uberlândia, Inácio Filho e Sobrinho, numa análise da massificação do ensino naquela cidade, destacam que “a Escola Vocacional de Uberlândia insere-se numa das faces do processo de massificação do ensino, porque além de preparar a mão-de-obra necessária ao setor produtivo, daria solução à massa de desocupados e sem profissão definida, mediante o oferecimento de cursos profissionalizantes.”<sup>108</sup> A citação apresenta uma dada

<sup>107</sup> FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 2, 1962. pp. 492-493.

<sup>108</sup> INÁCIO FILHO, Geraldo; SOBRINHO, Vicente Batista de Moura. A massificação do ensino em Uberlândia: imprensa como fonte e objeto e investigação histórica (1940-1960). *Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*. UFOP. 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1714.htm>> Acesso em: julho de 2011.



versão do senso comum, transmitido por séculos, de que a formação profissional é vista como solução para os problemas da massa de desocupados, uma formação aligeirada e barata, que levaria a inserção rápida ao mercado de trabalho. Assim, se difundiu a ideia que vincula a instrução profissional do pobre com sua empregabilidade, uma crença falsa criando esperanças e sonhos, que nem sempre se concretizavam.

Quanto ao ensino Comercial no Estado de Minas Gerais, na década de 1960, foram criados novos cursos conforme dados da Tabela 2, obtidos no IBGE.<sup>109</sup> Está em destaque o aumento de cursos Ginásial de Comércio no período de 1964-1966 que passou de dois para doze cursos; e do Colegial de Comércio, de um para vinte novos cursos no intervalo de apenas um ano (1965-1966). A tabela original contempla todos os dados do país e se nota, na análise dos dados, que a criação dos cursos de Comércio não teve a mesma proporção nos demais Estados da Federação, tanto que a soma total de novos cursos de Ginásial de Comércio foi de 32 cursos no ano de 1964 para cinquenta em 1966; no Colegial de Comércio os cursos foram de 103 para 144.

**Tabela 2** – Cursos comerciais existentes em Minas Gerais, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa: 1964–1966.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ANOS	CURSOS COMERCIAIS												
		Total geral	Ginásial							Colegial				
			Total	Segundo a dependência administrativa						Total	Segundo a dependência administrativa			
				Público				Parti- cular	Público			Parti- cular		
				Total	Federal	Estadual	Municipal		Total		Federal		Estadual	Municipal
Minas Gerais	1 964	278	130	12	—	2	10	118	148	11	—	1	10	137
	1 965	286	136	15	—	4	11	121	150	13	—	1	12	137
	1 966	302	136	18	1	12	5	118	166	30	—	20	10	136

**Fonte:** Anuário estatístico do Brasil 1967. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

Por fim, vimos nesta seção que o ensino profissional foi concebido desde a colônia baseado na relação trabalho e educação, tido como pejorativo e destinado, com algumas exceções, principalmente com relação ao tipo curso, a parcela pobre da população. Isso tudo se refletiu mesmo nos lugares mais distantes dos grandes centros de poder e indústria, em cidades do interior como Uberlândia, descrita acima, e Ituiutaba, situada no Pontal do Triângulo Mineiro, que veremos minuciosamente no próximo capítulo.

<sup>109</sup> IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

## CAPÍTULO II

### COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA

*A caudal que te banha, volumosa,  
Do Rio Tijuco, constante, seguro,  
Simboliza a incessante e corajosa  
Ação do povo em razão do futuro.*

*Verso do hino de Ituiutaba* <sup>110</sup>

Neste capítulo, buscamos complementar o primeiro, em que descrevemos em notas a gênese da educação profissional no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Agora, mais especificamente chegamos às discussões do nosso objeto de pesquisa: o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba. Antes, contudo, é necessário contextualizar o cenário político, econômico e social da cidade de Ituiutaba na década de 1960. Num dos itens do capítulo anterior discutimos o golpe civil-militar no Brasil e fizemos uma explanação das consequências das políticas educacionais adotadas pelos governos militares que se sucederam, preparadas sob medida para a educação profissional, com o pretexto de desenvolvimento econômico e industrial do país. Agora, saímos do contexto macro, e chegamos até a cidade de Ituiutaba, onde descrevemos um pouco da história do município e de suas primeiras escolas e cursos profissionais, dando ênfase a uma escola em particular, o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, como já dito, nosso objeto de pesquisa e estudo.

---

<sup>110</sup> Letra de Luiz Jefferson Monteiro da Silva e Manoel Tibúrcio Nogueira.

## II. 1 A história de Ituiutaba: sua origem, os cursos e as primeiras Escolas Profissionais.

Da galhada verde e exuberante fugindo o cantar alegre e mavioso do passaredo que despreocupado povoava a extensa região. Como sentinelas ativas pintavam aqui ali valentes caiapós resguardando a terra que era sua e dos seus. Nos ribeiros águas descendo plácidas em direção aos grandes cursos. As flores espargindo virginais perfumes. Tudo, paz. Porém, eis que um dia intrusos carregando valentia e espírito aventureiro devastam o solo virgem. Dominam as sentinelas e, de posse da gleba, aí se fixam para suas aventuras. Derrubam centenárias árvores e sulcam a terra para transformar a área em lavouras e pastagens. Esse trabalho deveras indômito, intensa luta contra imprevistos naturais. Mas o arrojo dos homens destemidos se viu coroado de êxito e com o correr dos anos esta parte territorial do Triângulo Mineiro viera a ser transformada em povoado, depois vila num acerto de bases para aí se erguer esta rica e dinâmica Cidade de Ituiutaba [...]<sup>111</sup>

Neste diálogo, o memorialista Ferreira descreve, com certo ufanismo e vaidade, a paisagem e a origem de Ituiutaba<sup>112</sup>, que no início do século XVIII tinha os índios Caiapós como ocupantes destas terras. Com as incursões, os índios foram expulsos e os invasores se estabeleceram nesta região. Segundo o autor, dentre as várias expedições, em 1807, pode-se destacar a que tomaram parte Januário Luiz da Silva, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves da Silva, José Gonçalves Heleno, Manuel Francisco, Manuel Bernardes e muitos outros, que resultaram no aparecimento de várias povoações na região do Triângulo. Nessa região, compreendida pelos Rios Grande e Paranaíba, as Bandeiras<sup>113</sup>, sempre acompanhadas dos representantes da Igreja Católica – com a clara intenção de expandir seus domínios –, se infiltraram na busca de riquezas e de novas posses.

Artigo publicado na revista Isto é Ituiutaba...<sup>114</sup> descreve a história do município quando, por volta de 1830, chegou a essas terras o Pe. Antônio Dias de Gouveia e adquiriu,

<sup>111</sup> FERREIRA, A. A. *Caminhadas para o amanhã história de Vila Platina, cidade de Ituiutaba e sua Câmara Municipal (anos de 1901 a 1976)*. Uberaba: Vitória, 1980. pp.13-14.

<sup>112</sup> A respeito de Ituiutaba “[...] existem poucas publicações sobre a história da cidade, quatro ou cinco, e no geral tratam da origem do povoado, feitos dos primeiros habitantes, famílias e pessoas “ilustres” que se destacaram ao longo da história. Os textos são construídos, no estilo de crônica ou narrativa, sem rigor científico e os autores são memorialistas que se ocuparam em nos legar algumas informações históricas.” Cf. SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960). 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 1997. Nota 19. p. 25.

<sup>113</sup> No Brasil Colonial, expedição pelo interior do país para capturar indígenas e descobrir novas jazidas minerais. (HOUAISS, 2008). As bandeiras eram iniciativas de particulares, associados ou não, que com recursos próprios buscavam a obtenção de lucros.

<sup>114</sup> ISTO É ITUIUTABA. 1901 setembro 1973. Ituiutaba, 1973. p. 8.

inicialmente, a Sesmaria<sup>115</sup> das Três Barras, nas margens do Rio Tijuco e, posteriormente, muitas outras propriedades. As Sesmarias transformaram-se em fazendas e passaram a ser habitadas. Do sul do Estado de Minas Gerais, vieram Joaquim Antonio de Moraes e seu concunhado José da Silva Ramos. O primeiro estabeleceu-se na Fazenda São Lourenço e o segundo na Fazenda do Carmo. Os fazendeiros, segundo Ferreira, contando com o apoio de famílias da região, providenciaram uma rápida colonização, pois buscavam enriquecer usufruindo dos bens que o solo podia oferecer.<sup>116</sup> Anos depois, os dois, em virtude de vínculos com a Igreja, resolveram doar parte de suas terras para que ali se desenvolvesse o arraial. Na celebração do ato, os doadores manifestaram o interesse de que fosse construída uma Capela e essa deveria ser sob a égide de São José.

Em 1832, surge uma pequena Igreja, sobre ela o memorialista Camilo Chaves relata: “[...] a igrejinha, com a rancharia de capim ao longo do rêgo d’água, derivado da vertente próxima. Não se onerava em torres, nem ostentava artísticas colunas, mas, sob o teto de capim acolhia as preces dos tribulados e lhes vazava nos corações o conforto do céu. [sic]”<sup>117</sup> A primeira missa, segundo o também memorialista Edelweiss Teixeira, foi celebrada no mês de março daquele ano.<sup>118</sup>

No ano seguinte, o primeiro Capelão chega ao lugarejo, Pe. Francisco de Sales Souza Fleury, sendo substituído no mesmo ano pelo Pe. Ângelo Tardio Bruno, novo vigário da localidade. Em volta da Capela, surgem as primeiras moradias, casas toscas espalhadas pelo cerrado, povoação incipiente e ainda sem nome, isto até 1839, quando foi instalado o distrito de “São José do Tijuco” pertencente a Vila de Uberaba.<sup>119</sup>

Com término em 1862, no lugar da antiga Igreja, José Martins Ferreira e José Flausino Ribeiro moradores de São José do Tijuco edificaram a nova Matriz com duas torres que continham as imagens de São José e São Pedro (Figura 1), porém em 1938 ocorreu um grande incêndio que destruiu a igreja. Outra matriz só seria construída anos depois.

<sup>115</sup> Sesmaria foi um instituto jurídico português que normalizava a distribuição de terras destinadas à produção: o Estado, sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função.

<sup>116</sup> Cf. FERREIRA, 1980.

<sup>117</sup> REVISTA ACAICA. Belo Horizonte: *Acaiaca*, 1953. p. 19.

<sup>118</sup> ISTO É ITUIUTABA, 1973, p. 16.

<sup>119</sup> NOVAIS. Aloísio Silva. *História antiga de Ituiutaba*. Ituiutaba. Edição do Autor, 1974. p. 24.



**Figura 1** – Igreja Matriz da cidade de Ituiutaba – década de 1930. Após o incêndio foi erguida no mesmo local a nova Matriz, de uma só torre<sup>120</sup>, (Avenida Sete) existente até os dias atuais. O terreno visto em primeiro plano é atualmente uma praça, cortada por uma avenida (Avenida Nove), em que estão situadas as sedes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da cidade. Observa-se na foto esparsas e poucas residências em volta da Matriz. Hoje, o local é considerado o centro comercial e administrativo da cidade.

**Fonte:** Acervo iconográfico da Fundação Cultural de Ituiutaba.

Com o decorrer dos anos, a fama de lugar extraordinário atravessou suas fronteiras e com isso a localidade passou a ganhar forasteiros, trabalhadores, comerciantes, professores, padres, intelectuais que vinham de perto ver São José do Tijuco.<sup>121</sup> O Arraial foi progredindo e adquirindo novo aspecto, de Vila.

À época, era anseio de seus moradores e da elite urbana e rural, com sua força política, a emancipação do Arraial, desmembrando-o então do município do Prata. A emancipação ocorreu por meio da Lei Estadual de nº 319 assinada em 16 de Setembro de 1901, promulgada

<sup>120</sup> Em artigo sobre a importância, arquitetura e suntuosidade da nova Matriz de Ituiutaba, o Pe. Lino José Correr descreve que a Catedral “[...] nos faz pensar nas grandes construções das catedrais da velha Europa, nas quais, às vezes, um povo inteiro se empenhava, movido pelo fenômeno muito sugestivo, que os italianos muito bem denominaram de “campanilismo”, da palavra “campanile”, que significa torre. Entre cidades; e mesmo entre aldeias, havia a preocupação de erguer a igreja maior com a mais alta torre, que traduzisse o quilate da fé de quem a construía. Cf. ISTO É ITUIUTABA, 1973, p. 72.

<sup>121</sup> FERREIRA, 1980, p. 15.

pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Silvanio Brandão. Pelo Ato Governamental, o Arraial passou a chamar-se Vila Platina. A partir desta data, Vila Platina passou a ser administrada por dirigentes eleitos através do voto. O seu primeiro Agente Executivo foi o coronel Augusto Alves Vilela, o Presidente da Câmara foi o vereador Pio Augusto Goulart Brum.

Em 1910, Vila Platina recebeu sua primeira escola, o Grupo Escolar João Pinheiro<sup>122</sup>, existente até os dias de hoje.

Em 1915, Vila Platina foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Ituiutaba, oriundo da língua tupi-guarani, cujo significado é “I” (rio), “TUIU” (Tijuco), “TABA” (povoação, aldeia, cidade), portando – cidade do rio tijuco.<sup>123</sup> O nome, um neologismo ameríndio, foi escolha do então líder político da região, senador e intelectual Camilo Rodrigues Chaves, um dos envolvidos na emancipação político-administrativa da terra tijucana.<sup>124</sup>

Com o passar dos anos, a cidade foi se consolidando, até a década de 1930 a economia girava em torno da pecuária. A partir de meados da mesma década, tem-se início o ciclo do garimpo de diamantes no Rio Tijuco. A atividade se manteve como predominante na economia do município até o ano de 1945. Mas, tão rapidamente como vieram, os garimpeiros se foram, transferido sua ilusão para outros garimpos. Era o início de um novo ciclo, a agricultura.

---

<sup>122</sup> Cf. FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola João Pinheiro – Ituiutaba (MG)*. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

<sup>123</sup> NOVAIS, 1974, p. 24.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 27.



**Figura 2** – Vista aérea de Ituiutaba no ano de 1926. Nota-se, na figura, características de urbanização incipiente, contudo com grandes casarões que se destacam em meio à vasta vegetação.

**Fonte:** Acervo Iconográfico da Fundação Cultural de Ituiutaba

Na educação, nos anos de 1930, são fundadas duas escolas privadas importantes para o município. Essas não tinham como finalidade inicial a oferta de cursos profissionais, mas acabaram por instalá-los no decorrer dos anos. Ambas atendiam aos anseios da elite urbana e rural da época, que buscavam a educação para os seus filhos sem ter que mandá-los cursar o ensino colegial fora do município, até então inexistente na cidade. A primeira foi o Instituto “Marden”, instituição laica, conforme descreve Moraes.

Em outubro de 1933, Dr. Álvaro (Macedo de Andrade) funda o INSTITUTO “MARDEN” (com o curso primário). A secretária, professora e diretora do internado era sua esposa, inseparável colaboradora dona Alaíde Macedo de Andrade. Em 1934 é iniciado o então curso primário, e em 1935 aconteceu o funcionamento do Curso Normal. Em 1937 a Escola normal é reconhecida pelo Decreto 941 de 29/07/1937, e tem-se aí a primeira turma dos concluintes do referido curso, Em 1942 formou-se a primeira turma do curso Ginásial.<sup>125</sup>

<sup>125</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. *Tudo pela Pátria: a história do Instituto “Marden” (1933-1945)*. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 11.

Moraes descreve que em “correspondência expedida em 16 de abril de 1948, o diretor da escola fez consulta sobre a possibilidade de funcionamento de um curso ginásial noturno, a fim de atender aos interesses dos moços que trabalhavam durante o dia.”<sup>126</sup> E assim, em 1951, o Instituto “Marden”, instala o Colégio Comercial “Barão de Mauá”, que ofereceu o Ginásio Comercial (1º Ciclo) e o Técnico de Contabilidade (2º Ciclo), conforme descreve Chaves.

Prosseguindo sua rota luminosa o “Marden” instala, em 1951, o Colégio Comercial Barão de Mauá e é criado, para favorecer àqueles que não podiam estudar durante o dia, o curso noturno de “Ginásio Comercial e Técnico de Contabilidade”. E já em 1953 se cobre de glórias novamente, com a 1ª Turma de Formandos do Ginásio Comercial, mais 21 obreiros para o progresso da cidade.<sup>127</sup>

Apesar de ser privado e destinado à elite urbana e rural da cidade, o “Marden” criou e manteve os cursos comerciais para aqueles que não podiam estudar durante o dia por conta de não terem outro recurso ou forma de se manter, inclusive na escola, senão pelo trabalho. A citação de Chaves expressa à ideia que se tinha – e ainda se tem – sobre a formação profissional, o autor usa a palavra “obreiros” quando menciona os formandos do ginásio, ou seja, mais operários, trabalhadores, para o progresso da cidade.

O Instituto funcionou até o ano de 1979, quando foi extinto por escolha dos herdeiros do Dr. Álvaro Bandão de Andrade.<sup>128</sup> Acreditamos que a expansão do ensino oficial que teve início nas décadas de 1950 e 1960, com a criação e instalação de escolas e colégios públicos gratuitos na cidade, afetou diretamente o ensino privado, causando a extinção de escolas como o “Marden”.

A segunda escola a ser instalada, na década de 1930, foi o Colégio Santa Tereza<sup>129</sup>, instituição confessional fundada pela Congregação das Irmãs de Missionárias São Carlos Borromeo Scalabrinianas que, ao contrário do Instituto “Marden”, que admitiu desde a sua implantação alunos de ambos os sexos, inclusive no internato, funcionava no regime de internato e externato e somente para moças, formando-as em economia doméstica e artes, nos cursos primário, ginásial e normal. Intimamente relacionado ao gênero e não diferente do

<sup>126</sup> MORAES, 2004, p. 36.

<sup>127</sup> CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba: Edição do Autor, 1984. pp. 61-62.

<sup>128</sup> Cf. MORAES, 2004.

<sup>129</sup> A escola funciona até os dias de hoje, com o mesmo nome. Oferece o ensino infantil, fundamental e médio, sem nenhum curso voltado para o ensino profissional. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. *História e memória educacional: o papel do Colégio Santa Tereza no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro – MG (1939-1942)*. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.



contexto histórico nacional, no curso Normal do Santa Tereza as moças tinham a profissão como missão. As “normalistas” obtinham o título de “professora”, tão cobiçado pelas moças, todavia, muitas delas, ao fim acabavam como esposas, donas de casa.

Quase duas décadas depois, instala-se em 1948 outra escola confessional, o Ginásio São José<sup>130</sup>. O ginásio foi fundado e dirigido pelos padres Estigmatinos e além do ensino ginásial e colegial, ofertou também a educação profissional com os cursos Ginásial de Comércio e Técnico de Contabilidade. Quanto ao ensino Comercial e devido ao exigente exame de admissão a que eram submetidos os candidatos a vagas no Colégio São José, o estabelecimento educacional publicou no Jornal Folha de Ituiutaba, de 9 de julho de 1955, a oferta de um curso de admissão ao Curso Comercial Básico, gratuito:

No Ginásio São José haverá, a partir de 1º de agosto próximo, um curso noturno de Admissão ao C. Básico, inteiramente gratuito, com o fim de preparar candidatos aptos aos exames de admissão de dezembro. Para a inscrição a este curso, atende-se na secretaria do Ginásio das 8 às 11 horas e das 13 às 16 horas, devendo o candidato apresentar o diploma do 4.º ano primário ou certificado equivalente.<sup>131</sup>

O Colégio São José funcionou até o ano de 1980. Atualmente seu prédio está alugado para uma rede particular de ensino. O prédio do Colégio São José possui bela arquitetura e imponência, foi instalado no topo da colina, atrás da Catedral de São José, no fim – ou começo, quem sabe – de uma das principais vias da cidade, a Rua 22. E assim, depois de encerradas as atividades do colégio, não poderíamos deixar de ressaltar a importância do Colégio São José, que figurou no cenário educacional da cidade de Ituiutaba por mais de três décadas, destacando-se como uma das primeiras escolas do município a oferecer o ensino ginásial, colegial e profissional aos jovens tijucanos.

Corroboramos com Souza a evidência de que até o fim da década de 1940 havia a predominância de escolas particulares na cidade e região, essa realidade mudou a partir da década de 1950, quando foram criadas escolas estaduais (oficiais) e grupos escolares sob responsabilidade do poder público estadual.<sup>132</sup>

<sup>130</sup> Cf. PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba-MG (1940-1971)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. 2012.

<sup>131</sup> FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG). 9 de jul. de 1955. Ano XIV. nº 722.

<sup>132</sup> SOUZA, Sauloéber T. “O Universo Escolar nas páginas da imprensa tijucana (Ituiutaba-MG, anos de 1950 e 1960)” In.: *Cadernos de História da Educação*, v. 09, n. 02, julho-dezembro/2010, pp.523-541.

Na mesma década, em 1956, foi criado o Educandário Espírita Ituiutabano<sup>133</sup>, mantido pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI). O Educandário Espírita Ituiutabano era um estabelecimento particular, mantenedor de cursos primários e ginasiais gratuitos e funcionou até o ano de 1979.

Esta escola pairou sobre o público e o privado. E embora o ensino ministrado fosse laico e o Educandário abrigasse alunos de todas as religiões, sua origem era espírita. Obedeceu aos princípios da UMEI, que havia estabelecido em seu estatuto, ter a função de criar escolas, orfanatos, abrigos para idosos e obras sociais filantrópicas outras. Visava sanar a necessidade assistencial em Ituiutaba, sem proselitismo, apenas obedecendo aos preceitos da Doutrina Espírita que professavam.<sup>134</sup>

Com essa função social, de oferecer educação gratuita à parcela pobre da população tijuicana, em 1962, Paulo dos Santos, Diretor do Educandário, protocola, na Diretoria de Ensino Comercial, documento em que requer “ordenar que seja feita a verificação prévia para a instalação no próximo ano de 1963, do Colegial de Comércio, funcionando o estabelecimento, dentro do sistema federal de ensino, adotando o nome de COLÉGIO COMERCIAL DE ITUIUTABA.[sic]”<sup>135</sup> No ano de 1963, foram investidos o Diretor, professor Paulo dos Santos; o Secretário, Eurípedes Gonçalves Pereira; e Professores do Colégio Comercial de Ituiutaba.<sup>136</sup>

Em 1966, segundo relatório da Diretoria de Ensino Comercial que visitou o estabelecimento, 32 alunos já cursavam a 1ª Série do curso Técnico de Contabilidade, sendo 30 do sexo masculino e dois do sexo feminino; na 2ª Série cursavam 19 alunos do sexo masculino e na 3ª Série um total de 15, sendo 12 do sexo masculino e apenas três do sexo

<sup>133</sup> Cf. FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>134</sup> FRATTARI NETO, Nicola José; CARVALHO, Carlos Henrique. *O Professor Paulo dos santos: aulas de moral espírita entre a inovação das práticas e o conservadorismo Social*. Ituiutaba, Minas Gerais (1960-1973).

<sup>135</sup> Requerimento protocolado com o nº 01915, 11 mar. 1963, na Diretoria de Ensino Comercial. Arquivos da 16ª SRE de Ituiutaba.

<sup>136</sup> A denominação do Colégio Comercial de Ituiutaba, anexo ao Educandário Espírita Ituiutabano, foi escolhida antes da criação do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, ocorrida em 1965. Os dois colégios tinham de diferente na denominação apenas o termo “oficial”, que caracterizava a segunda como escola do Estado. Em 1968, pela Lei 4.941/68, Cf. nota 154 deste capítulo, assim como outros colégios do Estado, o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba teve sua designação alterada para Colégio Estadual, seguida do nome da cidade. Todavia, mesmo com a alteração do nome, o Colégio Estadual de Ituiutaba ficou homônimo de outra escola da cidade, a atual Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida (1958), sendo necessário colocar à frente do nome do colégio o termo “Curso Comercial”, entre parênteses, para distinguir as duas. Cf. COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. Ata de reunião do dia 22 de novembro de 1968. 1968. p. 18. A denominação permanentemente se deu em 1980, quando foi designada, por homenagem, como Escola Estadual Professora Maria de Barros.

feminino.<sup>137</sup> No ano de 1967, o Diretor de Ensino Comercial, Lafayette Belfort Garcia, autoriza o funcionamento do curso de Técnico em Contabilidade, reconhecendo os direitos dos alunos regularmente matriculados a partir do ano de 1963.<sup>138</sup> Além do curso de Técnico de Contabilidade, o Educandário também possuía turmas do Ginásio de Comércio, no entanto somente o curso técnico foi autorizado a funcionar, de acordo com relatório de verificação previa, expedido pelo chefe da Seção de Prédios e aparelhamento escolar do MEC.<sup>139</sup>

Toda essa nossa explanação sobre o Educandário Espírita Ituiutabano se faz necessária haja vista que os alunos de tal educandário foram absorvidos, quando da extinção do estabelecimento, pelo Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, então nominado Escola Estadual de Ituiutaba. Essa incorporação, por vezes confunde a memória das pessoas quando se fala na história das duas escolas. Portanto, nos cabe à responsabilidade de realizar os apontamentos necessários e nos momentos oportunos a respeito de ambas, sob pena de causar confusão, ao invés de descortinar a história do nosso objeto de estudo.

## II. 2 A Ituiutaba da década de 1960.

Uma das mais importantes transformações ocorridas na sociedade brasileira durante o Século XX consistiu no processo de urbanização. Ainda rural em 1960, duas décadas mais tarde tornara-se o Brasil um país de população predominantemente urbana. Esse percentual, que era de 31,2 %, em 1940, passou a 67,6 % em 1980, com sensível aumento da velocidade da mudança na década de 1960-1970.<sup>140</sup>

Não diferente do contexto nacional, o município de Ituiutaba passava, na década de 1960, por um processo acelerado de urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico, iniciado em meados da década de 1940, conforme descreve Silva:

Na segunda metade da década de 1940 a região de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro, passou por um período de transformação da economia. Antes baseada na pecuária de bovinos e suínos, começa então descobrir o potencial que representava as grandes extensões de terra massapé para a agricultura. Desenvolveu-se a partir daí a cultura de cereais, com destaque para o arroz e o plantio do algodão.<sup>141</sup>

<sup>137</sup> COLÉGIO COMERCIAL DE ITUIUTABA (Educandário Espírita Ituiutabano). *Relatório de Cadastro Escolar da Diretoria de Ensino Comercial*. 1966. Disponível nos arquivos da 16ª SRE de Ituiutaba.

<sup>138</sup> MEC. Ofício nº 121, 5 abril de 1967. Disponível nos arquivos da 16ª SRE de Ituiutaba.

<sup>139</sup> MEC. Ofício nº 002067, de 30 de setembro de 1969. Disponível nos arquivos da 16ª SRE de Ituiutaba.

<sup>140</sup> IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Estatísticas do século XX*, Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 543 p. 113.

<sup>141</sup> SILVA, 1997. p. 7.

A expansão das lavouras, em especial a cultura do arroz, projetou o município nacionalmente dando a ele o título de “capital do arroz”, conforme relatado por Humberto Guimarães, com dados fornecidos pelo Agente de Estatística, José Luiz de Oliveira, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

A principal atividade do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais férteis do mundo, comparadas segundo Humboldt, Sainte-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhão de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz, o que lhe vale o título de “capital do arroz”. [sic]<sup>142</sup>

Novais descreve ainda que “outras indústrias vieram aos poucos aumentar o ritmo industrial de Ituiutaba, principalmente no que se refere ao setor rizicultura, contando atualmente com mais de 100 máquinas de beneficiar arroz e seus sub-produtos.”<sup>143</sup> Essa afirmativa também pode ser confirmada pela análise e comparação dos dados da Tabela 3, que demonstram um aumento expressivo na produção de arroz, milho e algodão, da década de 1950 para a de 1960, representando um aumento de 433%, 375% e 170% desses produtos, respectivamente.

**Tabela 3 – Agricultura – A produção agrícola no município, tabela comparativa das safras de 1955 e 1967, expressas pelos dados:**

CULTURAS AGRÍCOLAS	Unidade	PRODUÇÃO		Diferença %
		1955	1966/1967	
Arroz	Saco 60 kg	600 000	2 600 000	333,0
Milho	Saco 60 kg	400 000	1 500 000	275,0
Algodão	Arroba	200 000	340 000	70,0
Mandioca	Tonelada	44 000	35 000	(20,5)
Feijão	Saco 60 kg	50 000	40 000	(20,0)
Laranja	Cento	300 000	—	—
Banana	Cacho	200 000	—	—

**Fontes:** Tabela elaborada pelo autor com dados obtidos na Enciclopédia dos municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro. 1959. v. XXV p. 306; e na revista Ituiutaba Ilustrada. 1967. p. 67.

Bessa relata que as grandes safras e colheitas de arroz se mantêm como principal atividade econômica até o ano de 1970, quando, por diversos fatores, ocorre o declínio da

<sup>142</sup> ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XXV volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 306.

<sup>143</sup> NOVAIS, Aloísio Silva. *História antiga de Ituiutaba*. Ituiutaba. Edição do Autor, 1974. p. 33.

cultura e o início de uma outra fase econômica.<sup>144</sup> A população do município, somada a urbana e rural, aproximava a 65.000 pessoas.

A rápida expansão na indústria de transformação e comércio e a população migrante do campo para a cidade, somada aos grupos de nordestinos fugindo da seca em paus-de-arara e buscando melhores condições de vida, trabalho e prosperidade,<sup>145</sup> aumentaram a demanda por serviços públicos. Em Ituiutaba foram construídas novas redes de energia e luz e um novo serviço de abastecimento de água com grande capacidade de captação e tratamento. Na edição comemorativa do sexagésimo sexto aniversário da cidade, a matéria intitulada “*A obra do século*” descreve as obras do serviço de abastecimento de água da cidade:

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) está financiando o grande empreendimento que levará água em abundância aos lares tijucanos. [...] p. 24. Dos mais perfeitos e modernos é o serviço de abastecimento d’água que o Consórcio Nacional de Construções está realizando em nossa cidade, no propósito de dotar Ituiutaba de um dos mais revolucionários serviços de captação e distribuição d’água que se possa conceber. [sic]<sup>146</sup>

A construção do novo sistema foi orientada pela Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública e foi inaugurada no ano de 1970.<sup>147</sup>

Na saúde, a cidade contava com dez estabelecimentos, entre casas de saúde e hospitais, sendo dois deles estabelecimentos oficiais de saúde. Com esses serviços, o município possibilitou à parcela urbana de seus moradores melhores condições de vida e capacidade de expansão para as indústrias. Em 1964, a cidade contava, também, com 788 estabelecimentos comerciais, 619 industriais e nove agências bancárias, entre elas as da Caixa Econômica Federal e Estadual.<sup>148</sup> Na educação “funcionavam no município até àquela data, 31 escolas rurais, 10 grupos escolares, 6 escolas particulares, 4 escolas de curso médio, 3 do curso normal, 2 cursos de contabilidade, 4 Ginásios, 2 escolas de datilografia, 1 escola de pilotagem.”<sup>149</sup>

<sup>144</sup> BESSA, Gessilaine de Almeida et. al. *As pequenas cidades da microrregião de Ituiutaba (MG): análise das estruturas espaciais, econômicas e socioculturais de Ipiacú e Santa Vitória*. FACIP/UFU. Uberlândia, 2008.

<sup>145</sup> Cf. SILVA, 1997, p. 36.

<sup>146</sup> ITUIUTABA ILUSTRADA, 1967, p. 102.

<sup>147</sup> ITUIUTABA EM REVISTA. *Edição comemorativa do sexagésimo nono aniversário de Ituiutaba*. Ituiutaba, 1970, pp. 33-34.

<sup>148</sup> ITUIUTABA, Secretaria de Educação e Cultura de Ituiutaba. *2001 ano do centenário*. Ituiutaba: Egil, 2001. p. 128.

<sup>149</sup> Ibidem.



**Figura 3** – Vista de Ituiutaba no ano de 1960. Foto tirada do topo da torre da Igreja Matriz de onde se pode ver, em primeiro plano, a praça recém-construída e sem arborização onde está situada a Prefeitura Municipal (prédio à esquerda), e Câmara Municipal (prédio à direita) e, após os dois, a Praça do Fórum. Em segundo plano, nota-se edifícios residenciais, um pronto e outro por acabar. A imagem ilustra o desenvolvimento urbano que caracterizou a cidade nesse período.

**Fonte:** Acervo Iconográfico da Fundação Cultural de Ituiutaba.

Na educação profissional, além das escolas já citadas, em 1961, funcionou por quinze dias no Instituto “Marden” o curso de auxiliar de escritório do SENAC.<sup>150</sup> Em dezembro de 1965, foi criado com alvoroço o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, que descreveremos minuciosamente mais a frente. No ano seguinte, foi publicado no Jornal Cidade de Ituiutaba propaganda do Colégio Minas Gerais, noticiando que “funcionará em março deste ano. Matrículas abertas desde 15 deste mês. O melhor Colégio, no ponto mais aprazível da cidade. O melhor corpo docente.”<sup>151</sup> O Colégio Minas Gerais ofereceu na época o Pré-primário, Primário, Admissão, Ginásial, Ginásial de Comércio, Colegial (Científico) e Colegial de

<sup>150</sup> FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 3 jun. 1966.

<sup>151</sup> CIDADE DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 13 jan. 1966. Ano I. N. 4.

Comércio. Ele teve duração efêmera e acabou por ser acampado pela Escola Municipal Machado de Assis<sup>152</sup>.

A década de 1960 ficou marcada na história do país pelo golpe militar que mudou o destino da nação. Todavia, foi um período peculiar caracterizado por grandes mudanças inclusive no campo da educação, quando consideramos os fins prospectivos da expansão que se procura alcançar no país. As políticas de profissionalização do ensino e outras políticas que de maneira geral são temas de polêmica e controversas quando se confrontam opiniões acerca da massificação do ensino, em que se postam de um lado aqueles que defendem a extensão do ensino para as massas e do outro aqueles que defendem um ensino de qualidade com alunos e professores interessados e preparados. Sem entrarmos no mérito da questão quantidade versus qualidade, é certo que não podemos deixar de destacar a importância da expansão da rede de ensino oficial nos anos seguintes ao golpe. Tal medida, a criação de novos cursos, por mais que pareça estranha, sob a ótica de hoje, pelo período e contexto em que aconteceu, sem dúvida nenhuma possibilitou o acesso à educação a uma parcela maior da população, que não somente aquela pertencente à elite, porém, manteve uma rede de ensino dual, ou seja, dividida entre um tipo de escola para uma minoria e outro tipo de escola para a maioria.

---

<sup>152</sup> Cf. CURY, Cláudia Oliveira Cury. *Escola noturna "Machado de Assis"*: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba. 141 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

### II. 3 A gênese do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba

É neste contexto histórico dinâmico, nacional e local, que se insere a origem do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, popularmente chamado de “Comercial”. Essa escola foi criada pela Lei nº 3878 de 20 de dezembro do ano de 1965<sup>153</sup> e teve, no decorrer de sua história, a denominação mudada para Colégio Estadual<sup>154</sup> de Ituiutaba<sup>155</sup> e, por último e até os dias atuais, para Escola Estadual Professora Maria de Barros (Lei 7896, de 18 de dezembro de 1980).

Quando da criação do Colégio foi noticiado no Jornal Cidade de Ituiutaba a importante conquista para o povo de Ituiutaba, em matéria descrita na figura 4:



**Figura 4** – Matéria publicada no Jornal Cidade de Ituiutaba, Ituiutaba. 13 jan. 1966. Ano I. N. 4.

**Fonte:** Acervo de Jornais do arquivo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

O colégio foi criado sem possuir sede própria e nem previsão de construção da mesma. A solução, típica e comum para o período<sup>156</sup>, foi o uso compartilhado de espaço físico com outras escolas. O “Comercial” funcionou no primeiro ano de existência anexado ao Grupo

<sup>153</sup> Cf. anexo A.

<sup>154</sup> O artigo 2º da Lei 4.941/68 descreve que se designará [...] “Colégio Estadual” os estabelecimentos de cursos de segundo ciclo; o *Caput* do artigo descreve que as designações serão de acordo com a normas da lei e que a expressão de “Colégio Estadual” poderá seguir-se de designação específica, de homenagem ou evocação, ou será mencionada a localidade em que se situa o estabelecimento. Cf. MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 4.941, de 12 de setembro de 1968. *Fixa normas para designação de estabelecimentos de ensino médio, mantidos pelo Estado*. 1968.

<sup>155</sup> Cf. anexo B

<sup>156</sup> A falta de prédios próprios para as escolas de Ituiutaba, as precárias condições causadas por falta de estrutura das escolas anexadas a outras (Idelfonso Mascarenhas e Bias Fortes) são relatadas, com base em notícias da imprensa da época, no artigo “O universo escolar representado na imprensa de Ituiutaba-MG (anos 50 e 60). Cf. FRANCO, Isaura Melo, SOUZA, Sauloéber Társo. *O universo escolar representado na imprensa de Ituiutaba-MG (anos 50 e 60)*. 2009. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2009/PDF/IC2009-0080.pdf>>. Acesso em: 21 Jan. 2012.



Escolar Governador Clóvis Salgado<sup>157</sup> e a partir do segundo ano, “como houve um pequeno crescimento no número de alunos, alocou parte deles em salas da Escola Rotary, que era perto.”<sup>158</sup> As duas escolas foram criadas na cidade de Ituiutaba no ano de 1956.<sup>159</sup> A época, a Escola Rotary situava-se na Rua 36, entre as Avenidas 5 e 5-A, no bairro Progresso. Um prédio modesto, precário, como pode ver nas figuras 5 e 6, fotos da fachada do prédio escolar, em dois períodos diferentes. O grupo Escolar Clóvis Salgado situa-se próximo da Escola Rotary, a duas quadras, na Rua 38, entre as Avenidas 7 e 11, no mesmo bairro.



**Figura 5** – Prédio antigo da Escola Rotary – situado na Rua 36 entre as Avenidas 5 e 5-A. Imagem da inauguração da escola em 1956.

**Fonte:** Arquivos da Escola Rotary

<sup>157</sup> Foi coordenado pela pesquisadora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro projeto de extensão com o objetivo de compreender as condições de surgimento do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, nos anos de 1950 a 1960. Projeto vinculado a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Campus Ituiutaba, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

<sup>158</sup> BARROS JÚNIOR, Cícero. Ituiutaba, 27 de fevereiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós. Ex-diretor do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba por dezessete anos ininterruptos.

<sup>159</sup> SOUZA, Sauloéber T. “O Universo Escolar nas páginas da imprensa tujucana (Ituiutaba - MG, anos de 1950 e 1960)” In.: *Cadernos de História da Educação*, v. 09, n. 02, julho-dezembro/2010, p. 528.



**Figura 6** – Fachada do prédio da antiga Escola Rotary – na imagem, a escola apresenta visíveis sinais de desgaste, falta de manutenção e abandono – foto do início da década de 1970. O prédio foi demolido após a transferência da escola e em seu lugar foi construído um prédio comercial.

**Fonte:** Arquivos da Escola Rotary

A estrutura da Escola suscita discussões acerca da importância do espaço escolar no processo de ensino-aprendizagem. Viñao Frago remonta ao *higienismo* para justificar a importância de prédios e espaços bem adaptados às necessidades escolares, salas ventiladas, sanitários, pátios com espaços abertos e a forma do mobiliário, tudo com vistas a se evitar a fadiga escolar e conseguir o máximo de rendimento escolar e físico.<sup>160</sup> As escolas Rotary e Clóvis Salgado eram dedicadas à educação infantil, com salas adaptadas e mobiliário destinado a esse grupo específico. Portanto, com essa estrutura, como atender as necessidades do corpo discente e docente no que tange as necessidades de ensino? Como conviver nesses espaços com públicos tão diferentes? Como compartilhar as salas, mobiliários e sanitários, sem atritos e discussões, mesmo estando separados, por turnos, crianças de jovens e adultos? Responder essas questões não é tão simples quanto parece. É certo que quando falamos do espaço escolar e da identidade do Colégio consideramos que as dificuldades dos alunos do

<sup>160</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *El Espacio y El tiempo escolares como objeto histórico*. In. Contemporaneidade e Educação. Ano V. nº 7. 1º Sem/2000. p. 98.

período noturno, no caso do Comercial, eram de maior proporção que as das crianças que frequentavam as escolas no período diurno.

Ainda na discussão quanto à sede do Colégio, na lei de sua criação<sup>161</sup> havia a previsão da contrapartida a ser dada pelo município, nesse caso, no Art. 3º da lei estava previsto que “são condições essenciais para a instalação dos Colégios Comerciais Oficiais criados [...] a comprovação da existência de corpo docente legalmente habilitado e a prévia doação ao Estado de prédios adequados ao seu funcionamento.”<sup>162</sup> Com o Colégio Comercial isso não aconteceu, pois o poder público municipal não doou o prédio ou mesmo alugou o aluguel de um. Mesmo assim foi autorizado o funcionamento do colégio por meio da Portaria nº 132, em que “atendendo a que foram cumpridas as exigências estabelecidas [...] resolve: Art. 1º - É concedida autorização para o funcionamento do colégio Comercial Oficial de Ituiutaba [...]”<sup>163</sup> datado de 23 de fevereiro de 1966. Portanto, a escola foi criada, instalada, e funcionou bipartida, na condição de anexos, às escolas citadas.

Em uma ata de reunião do corpo docente de 1968, o diretor “falou sobre a possibilidade de aluguel ou compra do prédio onde funcionava o Colégio Minas Gerais para instalação deste estabelecimento e que o caso seria decidido em ocasião oportuna na secretaria de Educação.”<sup>164</sup> Contudo, tal possibilidade nunca foi concretizada, o prédio foi adquirido pela Prefeitura Municipal e no local foi instalado a Escola Municipal Machado de Assis.

Em outra ata, de 1969, encontramos informações sobre a tentativa de melhoria das instalações do Colégio, com a criação de novas salas. Na reunião, o diretor falou sobre verba destinada a tal construção e que ela (a verba) foi desviada para a reforma do Grupo Escolar Clóvis Salgado:

[...] a quantia concedida pelo Prefeito Municipal, ao Colégio e ao grupo onde funciona uma parte de classes deste estabelecimento, que foi o valor de NCr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos), para que se fizessem as salas para a unificação do Colégio. Mas que as mesmas não seriam mais construídas dado ter sido desviada aquela quantia, que foi gasta em reforma do grupo onde funciona nossas classes, ou seja, o Grupo Escolar Gov. Clóvis Salgado. Mas que se está fazendo o possível para conseguir outro local para o funcionamento do Colégio.<sup>165</sup>

<sup>161</sup> Cf. anexo A.

<sup>162</sup> MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 3.878, de 20 de dezembro de 1965. *Cria Colégios Comerciais Oficiais nas cidades de Santa Luzia, Rio Novo e Ituiutaba*. 1968.

<sup>163</sup> Portaria Estadual nº 132, de 23 de fevereiro de 1966, publicada no “Minas Gerais” de 25 mar. 1966. p. 6.

<sup>164</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 2 de novembro de 1968. p. 18.

<sup>165</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 20 de setembro de 1969. p. 24.

A respeito da situação das salas, foi relatado na ata de reunião de docentes do dia 12 de fevereiro de 1970, da “mudança de outras classes para o grupo escolar Rotary, ficando o Grupo Clóvis Salgado as duas 1<sup>as</sup> (primeiras) séries. E que o futuro prédio para o funcionamento do Colégio [prédio da Escola Rotary] que está em fase de planta; [...]”<sup>166</sup> As mudanças das salas de aulas foram gradativas até que em 1973, quando a Escola Rotary se mudou para nova sede e levou integralmente o Colégio Estadual de Ituiutaba, o “Comercial”. Apesar da mudança para o novo prédio, amplo e com estrutura projetada para o espaço escolar, ter integrado o colégio Comercial – que antes funcionava em duas escolas – e melhorado as condições de ensino, o uso compartilhado com a Escola Rotary perduraria até o ano de 1979.

---

<sup>166</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 12 de fevereiro de 1970. p. 28.

### CAPÍTULO III

## SUJEITOS HISTÓRICOS, CURRÍCULOS E PRÁTICAS AVALIATIVAS.

*Art. 1º - O Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, [...] destina-se a: [...] d) preparar o indivíduo e a sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades de vencer as dificuldades do meio;*<sup>167</sup>

Neste Capítulo, pretendemos inicialmente, por meio do uso de fontes documentais, esclarecer dúvidas e agregar mais informações sobre a gênese e desenvolvimento do colégio, descrevendo os sujeitos históricos: diretores, professores e alunos, currículos dos cursos, suas alterações em virtude das políticas expansionistas do governo militar e a repercussão em relação às reformas do ensino de 1971 (Lei 5.692) no ambiente escolar. Paralelo à análise quantitativa dos dados encontrados na documentação, fazemos inserções de relatos obtidos de fontes orais. Nossa intenção é de resgatar fatos, dificuldades encontradas, rotinas, conflitos, seus públicos (alunos, professores e diretores) e sua condição social, e outras situações não descritas em documentos e papéis, mas sim restritas à memória. Afinal, segundo Meihy, a “História oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.”<sup>168</sup> Portanto, devido as características da história do colégio, como trajetória, identidade, seus personagens, contexto político, social e econômico local, não podemos abrir mão de tão importante fonte de informações.

<sup>167</sup> Item d) do Artigo 1º que trata das finalidades do Colégio, inserido no primeiro regimento escolar aprovado e transcrito, na íntegra, na Ata de reunião do corpo Docente do Colégio realizada no dia 14 de maio de 1968. p. 5. Cf. COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973.

<sup>168</sup> MEIHY, José Carlos Seibe Bom. *Manual de história oral*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 13.

### III.1 Diretores professores e alunos.

Dando continuidade à discussão sobre a instalação do Colégio iniciada no capítulo anterior, o primeiro Diretor designado foi o vereador de Ituiutaba entre 1964 e 1967, Jurandir Inácio Moreira, contudo, conforme afirma o colaborador Cícero Barros Júnior, “por questões políticas, [troca do governo mineiro de 31/01/1965, e do partido que governava] ele foi retirado já no início. Ele [Jurandir Inácio] não chegou nem a implantar a escola direito”<sup>169</sup>. Em substituição, foi designado o Bacharel em Direito Cícero Barros Júnior, de apenas 25 anos de idade, contratado inicialmente como professor de História. A comunicação foi feita na reunião do corpo docente de 9 de agosto de 1966, em que:

Compareceu o Prof. Cícero Barros Júnior, comunicando que recebera do Departamento de Ensino Médio e Superior, um radio-grama datado de 8-8-66, que foi apresentado ao Srs. Professores, contendo a comunicação que este Prof. deveria assumir a Direção do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, respondendo pelo mesmo até segunda ordem.[sic]<sup>170</sup>

Na mesma ata, o diretor disse “aos demais que faria todo o possível para manter a continuação e a vivência escolar deste estabelecimento, que ora se iniciava em nossa urbe.”<sup>171</sup> Dos presentes, “todos receberam a nova direção sem nenhum constrangimento.”<sup>172</sup> Indagado sobre sua nomeação e as circunstâncias, o colaborador Cícero Barros Júnior informou que “as nomeações de cargos comissionados sempre foram políticas, tanto para o diretor como o secretário. Naquela época não era como hoje, por eleição.”<sup>173</sup> O professor Cícero Barros Júnior permaneceria no cargo pelos próximos dezessete anos.

A partir da nomeação, o diretor se encarregou da contratação de mais funcionários e professores. Pela lei da criação da escola estava autorizada a contratação, além do diretor, de uma secretária, quatro inspetores de alunos, um porteiro, dois serventes e dezesseis professores. É interessante apontar que uma análise do livro de termo de exercício revelou que, nos primeiros anos, poucos professores tomaram posse como efetivos, a primeira foi a professora primária Oneida Maria Borges, nomeada no ano de 1967. A segunda, professora foi Lícia Maria Carvalho Mendes Barbosa, empossada somente no ano de 1978. A análise também indica que a professora Oneida foi empregada na função de auxiliar de secretaria do estabelecimento a partir do mesmo ano, lavrando Atas e demais documentos do colégio até o

<sup>169</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

<sup>170</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 9 de agosto de 1966. p. 1.

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. op. cit. p. 1.

<sup>173</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

ano de 1970, quando assumiu a secretária Agnes Chaves. Na tabela a seguir estão relacionadas as pessoas que tomaram posse no período do recorte e suas respectivas áreas de atuação:

**Tabela 4** – Relação de gestor e professores e nomeados: 1966–1979.

NOME	FUNÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ANO DA POSSE
Oneida Maria Borges	Professora primária	Secretaria	1967
Lícia Maria Carvalho Mendes Barbosa	Professora P3A	Ciências e Programa da Saúde	1978
Cícero Barros Júnior	Regente de ensino	Direito	1979
Laci Vilela Andrade	Professora	Português	

**Fonte:** Livro de Termos de posse do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba – 12 Ago. 1966. Arquivo da escola

O livro de posse revela ainda que o corpo docente da escola nos seus primeiros anos de existência era composto em sua maioria por professores contratados temporariamente para prestar serviços naquele estabelecimento. Essa afirmação se comprova por meio da análise dos anexos ao Ofício nº 13/70, datado de 20 de maio, que encaminha a Delegada de Ensino de Uberlândia, Sra. Carmelita Vieira dos Santos, entre outros relatórios, o “Quadro de Orçamento - Modelo 2” que consta as despesas do estabelecimento daquele ano, sendo relacionados os gastos com 17 professores extranumerários<sup>174</sup>, Cr\$ 222,35 por professor; uma professora primária designada, salário de Cr\$ 274,03 por mês; e um Diretor com salário de Cr\$ 670,00 por mês. No ano seguinte, o mesmo relatório foi enviado anexo ao Ofício s/nº, protocolado em 2/11/71, onde constam as despesas do estabelecimento com a contratação de 15 professores extranumerários, com salário de Cr\$ 311,98 por professor/mês; um professor nomeado com o salário de Cr\$ 462,00 por mês; um secretário, Cr\$ 356,40 por mês e um Diretor com salário de Cr\$ 763,80 por mês. Os orçamentos revelam que a contratação de professores variava em virtude da necessidade. Outro dado revelado é o aumento salarial ocorrido nesse período para a categoria. A respeito do aumento no valor das aulas dadas, consta na ata de reunião de professores de fevereiro de 1971, a fala do Diretor de “[...] que os preços das aulas foi aumentado para CR\$ 5,04 [1º Grau] e CR\$ 8,40 [2º Grau] para

<sup>174</sup> Categoria que existiu, antes da Constituição de 1988, de funcionário público não concursado.

professores nomeados.”<sup>175</sup> A fala do diretor corrobora as diferenças salariais, encontradas no orçamento entre os professores extranumerários e os nomeados, nesse caso uma só professora, configurando, pelos números, a falta de isonomia e de paridade salarial entre profissionais de uma mesma categoria.

Quanto ao grande número de professores contratados e os poucos concursados, o colaborador Cícero Barros Júnior informou que Ituiutaba não possuía escolas de nível superior para formar professores e quando

[...] nos começamos, na verdade não existia ninguém em condições, assim, de registro de professor. Ituiutaba não tinha escola superior, a região em si não tinha escola superior. O pessoal não tinha registro de professor. Então a gente contratava aqueles que tinham certas práticas, um certo nível de estudo. Às vezes advogados, para dar aula de português; alguns professores das escolas normais. Nós aproveitamos o que Ituiutaba oferecia de pessoal ligado à área de ensino, então foram aproveitados. Tanto é que posteriormente, esse pessoal passou a estudar, muitos fizeram pedagogia, letras, aqui na faculdade, posteriormente, pós-graduação e criaram titularidade dentro da área educacional. [...] mas naquela época todos estávamos carentes. [...] principalmente na área profissional, que foi muito difícil, pois o professor tinha que conseguir a autorização de professor em Belo Horizonte, ter curso superior e só depois poderia conseguir o registro de professor. Caso não possuísse curso superior teria que se submeter a exame de suficiência.<sup>176</sup>

A fala do colaborador reflete o momento de grande expansão da rede pública de ensino, promovida pela ditadura, mas em condições precárias, já que não havia professores qualificados<sup>177</sup> para assumirem as novas escolas e salas de aula que cresciam em número. Para o contrato de professores, além do exame de suficiência a ser realizado após o primeiro ano de contrato, eram necessários os seguintes documentos: “a) Requerimento ao Inspetor do Departamento de Ensino Comercial; b) Atestado de dois professores registrados; c) quitação militar; d) quitação eleitoral; e) diplomas de cursos realizados; f) atestado de vacinas e atestado médico; g) folha corrida.”<sup>178</sup>

O colaborador Cícero Barros Júnior narrou que a situação da formação de professores só foi amenizada a partir de 1971, com a criação das escolas superiores na cidade, Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI) e a Fundação Educacional de Ituiutaba

<sup>175</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 8 de fevereiro de 1971. p. 31.

<sup>176</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

<sup>177</sup> No Censo demográfico de 1970, em Ituiutaba (MG), foram recenseadas apenas 258 pessoas com ensino superior no município, sendo, desse total, apenas 48 do sexo feminino. Cf. IBGE. *Censo demográfico* (1970). Rio Janeiro: IBGE. CD-ROM. 1970. p. 235.

<sup>178</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. Ata de reunião do dia 9 de março de 1968. p. 3.



(FEIT), que possibilitaram a muitos dos professores e, também ex-alunos do colégio, cursar o ensino superior e evoluir profissionalmente. Isso evidencia que a política de contenção da demanda por educação superior no Brasil, por parte do governo militar não logrou efeito, já que as pessoas saíam dos cursos técnicos e continuavam demandando oportunidades educativas no 3º grau, o que fica claro até mesmo em cidades menores distantes dos grandes centros, como em Ituiutaba.

Depois de contratados professores, a partir do ano de 1966, o colégio deu início às atividades escolares oferecendo o ensino médio profissionalizante dividido em dois ciclos, o ginásial de Comércio e o Técnico em Contabilidade em nível colegial. O ingresso na escola era por meio de exame de admissão, a que eram submetidos os ingressantes no 1º ciclo (1ª série antes da Lei 5692/71). Os interessados no curso Técnico de Contabilidade só disputavam a vaga em exame de seleção quando o número de candidatos ingressantes do segundo ciclo, que não eram egressos do primeiro ciclo da escola, superava o número de vagas. A respeito da inclusão dos “alunos estranhos ao Colégio”<sup>179</sup>, segundo o colaborador Cícero Barros Júnior,

sempre procurou colocar os candidatos. [...] nós tínhamos um problema de carteiras, então eu falava: você faz a carteira que eu te ponho. E foi um negócio assim, para ajudar mesmo, por que eram trabalhadores. Pessoas que trabalhavam no comércio de Ituiutaba e queriam fazer Contabilidade. O sujeito chegava lá pedindo de toda maneira, implorando para estudar, por que não tinha onde estudar. Eu acabava apertando um pouco, fazendo uma carteira e colocando o aluno.<sup>180</sup>

Essa demanda acentuada, tinha relação com o movimento de urbanização do país, invertendo as estatísticas entre rural e urbano no que se refere a população. A respeito da procura por vagas no Colégio, buscamos identificar, com intuito de validar – ou refutar – nossa hipótese, qual foi a motivação que o pretense aluno tinha ao escolher o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba e, ainda, se a formação em Técnico de Contabilidade era garantia de emprego ou mesmo de ascensão social. Nosso colaborador, Iderlindo Joaquim Luzia, ex-aluno do Instituto Marden, e formado na primeira turma de Técnicos em Contabilidade do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba (1967), narrou que:

<sup>179</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1968. Cf. COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do Corpo Docente, 14 de maio de 1968. 1968. p. 7.

<sup>180</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

Na época ela era o único curso gratuito profissionalizante que tinha na cidade, então, basicamente, eu fui obrigado a fazer o curso, pois era o único que existia. Não tinha nenhuma expectativa de mercado de trabalho. O curso foi feito mesmo porque eu queria fazer o curso profissionalizante para tentar entrar no mercado, pois tinha experiência na área de Contabilidade e escrituração. O formado não tinha garantia de emprego.<sup>181</sup>

A fala de Luzia revela certo paradoxo: a crença na escolarização como forma de ascensão social, porém o colaborador afirmou que o profissional formado não tinha garantia de emprego, ao que tudo indica, o diploma poderia representar mais uma possibilidade de empregabilidade.

Ampliando a discussão com os colaboradores sobre a origem social dos alunos, o ex-diretor descreveu que o aluno do Comercial

era médio pobre, para pobre, muito depois e que eu recebi alguns alunos que tinham condições financeiras, chegamos a ter filhos de pais ricos que vinham fazer o curso Técnico de Contabilidade, mas isso foi mais para frente. O grosso mesmo foram pessoas de poucos recursos.<sup>182</sup>

Disse ainda que o pobre procurava a escola técnica por que era a

única escola que nós tínhamos gratuita. E que os alunos que podiam, filhos dos pais que tinham condições financeiras, eram mandados para fazer o científico e a faculdade em Belo Horizonte, Uberaba e São Paulo. Os pais faziam esse esforço, gastavam dinheiro... Em Ituiutaba, eram mais comuns os cursos Normal e Contabilidade, aí não tinha opção, ou ele [o candidato] era Normalista ou era Contador. O Normal era para as mulheres, não tinham homens, quando tinham eram muito poucos. O que tinha mais eram os alunos para o curso Técnico de Contabilidade.<sup>183 184</sup>

As narrativas dos colaboradores confirmam que o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba tinha como público jovens trabalhadores e das classes mais populares, contudo, não provam discriminação ou marginalização do curso e, ou, do Colégio. Da análise, podemos deduzir que existia um sistema dual de ensino, mas mesmo fazendo parte dele, os cursos do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba tinham suma importância na formação dos jovens da

<sup>181</sup> LUZIA, Iderlindo Joaquim. Ituiutaba, 19 de janeiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós. Iderlindo era aluno do Colégio Barão de Mauá do Instituto “Marden”, e por falta de recursos financeiros se transferiu para o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba no ano de 1967, onde se formou na 1ª turma, em 1968. No ano de 1971, somente com o ensino técnico, foi aprovado no 1º vestibular para o curso de Administração de Empresas na recém-criada Escola Superior de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI). Ele se formou Administrador e foi convidado a ministrar aulas no Colégio Estadual de Ituiutaba (Comercial), onde havia cursado o técnico. O professor Iderlindo permaneceu no Colégio “Comercial” ministrando aulas de Contabilidade até o ano de 2010, quando se aposentou. Além de professor do ensino técnico, também se aposentou como professor universitário e, atualmente, é proprietário de uma empresa contábil.

<sup>182</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

<sup>183</sup> Ibidem.

<sup>184</sup> Luzia também afirmou que os filhos dos ricos iriam cursar o ensino científico e a faculdade fora da cidade.

cidade e da região<sup>185</sup>, no contexto da Ituiutaba da década de 1960, em que não havia o ensino superior e nem a oferta de outros tipos de cursos profissionais. O problema não estava nos cursos e nem no Colégio, mas na desilusão da grande maioria dos jovens de não poderem ir além do que a cidade oferecia.

A oferta de apenas esses dois cursos mostra, também, as questões de gênero inerentes à formação profissional. Na fala, o ex-diretor relata que, em geral, as moças cursavam o Normal, enquanto os moços o Técnico em Contabilidade, muito embora, houvesse moças nesse último. Portanto, como vimos anteriormente, esses cursos eram de investimento barato e de grande tradição em nosso sistema educativo, despertando, nos jovens, boa procura.

Ainda, quanto à discussão sobre as condições financeiras dos alunos, o colaborador Natal dos Santos Soares, informou que ingressou no curso Técnico em Contabilidade do Colégio Comercial em 1973, oriundo do Colégio Barão de Mauá do Instituto Marden que encerrou as atividades e transferiu as turmas, inclusive a dele, para o Colégio Estadual de Ituiutaba (Comercial). O colaborador relatou que no período em que estudou, existiam alunos muito pobres, mas que eles não eram maioria. O colaborador informou que escolheu o curso porque já trabalhava em um escritório, buscando e entregando documentos e papéis. Justificou a escolha do curso da seguinte forma:

Naquele momento, eu enxergava nos Contadores, e enxergo até hoje, como uma forma de ascensão social e uma forma de ter o emprego garantido não só dentro de escritórios, mas também em empresas. [...] enxergava ainda, que toda empresa tinha que ter obrigatoriamente seu Contador, fosse de escritório, fosse um profissional liberal, atuando dentro da empresa e mais os seus auxiliares; que não eram poucos, dentro das empresas eram vários auxiliares e dentro dos escritórios também.<sup>186</sup>

A narrativa do colaborador provém da expectativa que ele tinha em relação a empregabilidade, portanto, refletindo a campanha do governo militar que buscava encaminhar os jovens a uma profissão que não exigisse ensino superior, portanto, uma formação rápida e terminal. O colaborador convivia com outros profissionais que atuavam na área e almejava chegar a condição de empresário contábil, para ele, naquele contexto, a formação técnica era garantia de realização profissional e de ascensão social. Soares via, no futuro, o ambiente

<sup>185</sup> Os colaboradores, Barros Júnior e Luzia, declararam que o Colégio recebia alunos não só da cidade, mas também das cidades de Capinópolis e Santa Vitória. Os grupos de alunos vinham de “Kombi” e ônibus.

<sup>186</sup> SOARES, Natal dos Santos. Ituiutaba, 19 de janeiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós. Natal é empresário contábil, formado Técnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba e Contador pela Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba (ESCAII); é professor universitário na mesma instituição, que atualmente se chama Faculdade Triângulo Mineiro.

propício para o profissional formado no curso Técnico de Contabilidade e por isso, conforme disse, escolheu o curso técnico.

Independentemente da origem social dos alunos do Colégio, todos deveriam se envolver com as atividades culturais e esportivas que eram importantes no cotidiano da escola. A esse respeito o colaborador Cícero Barros Júnior narrou que sempre primou por três aspectos na escola: “o educacional, o social e o esportivo. Não existe uma escola sem esses três aspectos. Que viu diretores que se preocupavam somente com a educação; o esporte muito pouco e o social, então, se omitiam.”<sup>187</sup> O colégio comercial organizava festas “sadias”, participava dos jogos estudantis com times de futebol de salão formados por moços e de vôlei pelas moças. E isso era muito importante para a formação do indivíduo.<sup>188</sup>

Além dos jogos e outras festas, os alunos do Colégio eram assíduos nos desfiles de 7 de setembro – comemoração da independência do Brasil – e do dia 16 de setembro, em comemoração da emancipação político-administrativa da cidade de Ituiutaba. Encontramos no arquivo da escola uma foto do desfile do dia 16 de setembro de 1967, em que os alunos participaram da parada, em um carro que carregava o símbolo do colégio.



**Figura 7** – Participação dos alunos do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba no desfile de 16 de setembro de 1967. Nota-se o grande público presente na parada e a peculiar mascote do colégio, um cifrão que carregava no braço direito o Caduceu, símbolo dos Contabilistas e no esquerdo uma roda dentada, que representa o trabalho, e faz parte da simbologia da economia. A mascote também utilizava o capacete com asas do Deus Mercúrio, da mitologia romana, que é associado às relações comerciais e à venda.

**Fonte:** Arquivos do Colégio

<sup>187</sup> BARROS JÚNIOR, 2012

<sup>188</sup> Ibidem.

Ao ser interpelado, o ex-diretor sorriu e disse que a mascote que estava no carro do desfile (Figura 7) era uma criação sua. Segundo ele, “o cifrão estava ligado à economia e à contabilidade, e na criação utilizou toda uma simbologia [enunciado da Figura 7] para criar o cifrão personalizado.”<sup>189</sup> A mascote entrou para a história do colégio e recebeu o apelido de “Zé Cifrão”. A mascote teve tanta importância que foi inserida dentro de um triângulo e deu origem a logomarca da Escola, que é utilizada nos documentos e uniformes dos alunos da Escola até nos dias de hoje. A imagem é bastante reveladora e provoca a associação entre o estudo e renda, ideia bastante propalada nos anos de 1950, como vimos, pela teoria do “Capital Humano”, a ilustração iria além, transformando o próprio indivíduo em dinheiro.



**Figura 8** – Logomarca da Escola Estadual Professora Maria de Barros, um triângulo, rodeado pelo nome da escola e com a mascote apelidada de “Zé Cifrão” no centro.

**Fonte:** Arquivos do Colégio

Essa associação, aliada a expectativa de ascensão social, via escola, refletiria no aumento do número de alunos dessa instituição ao longo do tempo. Vejamos a análise de dados numéricos e de índices percentuais de matrículas efetivadas e canceladas, alunos ingressantes, reprovados em 1ª e 2ª época e evasão escolar. Começaremos com os dados dos alunos do Ginásio Comercial em que o número de ingressantes está descrito na tabela a seguir. Os dados são oriundos da tabulação dos livros de Atas de resultados da escola que contemplam, além das notas e da quantidade de alunos, as reprovações e desistências.

<sup>189</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

**Tabela 5** – Quantidade de matrículas no curso de Ginásial de Comércio: 1966–1979.

			Ano	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Legislação	Série	Turma															
LDB 1961	1ª	A		42	46	55	53	47	47	52							
		B					52	46	49	49							
	2ª	Única		34	41	38	55	49	55	52							
	3ª	Única		26	37	42	46	48	48	52							
	4ª	Única		14	26	32	37	39	43	33							
Lei 5692/71	5ª	Única									47	45	50	57	58	59	61
	6ª	A									46	43	50	49	49	57	61
		B															62
	7ª	A									43	43	47	46	53	55	56
		B															53
		C															53
	8ª	A									41	42	42	46	44	48	60
		B															60
TOTAL DE ALUNOS				116	150	167	243	229	242	238	177	173	189	198	204	219	466

**Fonte:** Livros, nº 1 e 2, de Atas de resultados dos alunos do curso Ginásial de Comércio: 1966-1979.  
Atas disponíveis nos Arquivos do Colégio.

Nota-se que no ano de 1966, no primeiro ano de funcionamento do colégio, o número de matrículas do Ginásio foi expressivo. Foram formadas quatro turmas, uma de cada série do ensino primário que totalizaram o número de 116 alunos. A turma de maior quantidade foi a 1ª série, ou seja, os ingressantes, com 42 alunos. Todavia, a formação de turmas de 2ª, 3ª e 4ª séries já no primeiro ano de criação do colégio denota que se teve grande procura pelo curso e indica mais ainda, que tais alunos eram oriundos de outras escolas. Levando em consideração que, na época, somente o Educandário Ituiutabano oferecia ensino Ginásial de Comércio gratuito, um curso ainda não autorizado, podemos inferir que a maioria desses alunos da 2ª, 3ª e 4ª séries eram oriundos do ensino privado. A respeito da absorção de alunos do ensino privado, o ex-diretor do Comercial, nosso colaborador, esclareceu que:

[...] houve realmente a absorção de alunos de outras escolas, inclusive das privadas. O Marden começou a entrar em uma situação difícil, por falta de alunos, houve uma carência de alunos, então naquela época o Dr. Álvaro estava tendo dificuldades de manter o curso técnico. E nós absorvermos, também, vários alunos, quer dizer, ampliamos as nossas salas e conseguimos dar uma... Uma solução nessa problemática do Instituto Marden, então nós engrossamos a escola com um pouco mais de alunos em função também dessa... Dessa falha da, da.... Evolução, das... Coisas. Não sei se porque era estadual, não cobrava, ensino era gratuito, lá o pessoal não queria pagar talvez seja esse um dos elementos, mas a escola tava tendo dificuldades com os alunos e os alunos que estavam na escola eram muito poucos, poucas as salas de aula, então vieram nos solicitar se tinha condição de receber aqueles alunos e aí nos fomos recebendo esses alunos, engrossando as fileiras e preparamos para orientá-los.<sup>190</sup>

<sup>190</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

Retornando com a análise dos dados das matrículas, até o ano de 1968, comparando o primeiro ano letivo com esse, verificamos um aumento de 44% no número de alunos matriculados. Após esse período, o número de alunos cresceu até 1972, momento em que a escola já contava com mais que o dobro de alunos em relação aos matriculados no primeiro ano de existência da escola, contado com duas turmas de 1ª série, A e B, desde o ano de 1969. Os números demonstram que o ensino profissionalizante gratuito era muito procurado e se consolidava como alternativa para conclusão dos estudos.

A partir de 1972, com o advento da Lei 5692/71 que unificou o ensino primário passando o 1º grau para oito anos de estudos obrigatórios, de forma que as séries de 1ª a 4ª do ginásio, transformaram-se em 5ª a 8ª séries do 1º grau. As Atas do Colégio a partir de 1974 não trazem mais a formação do aluno como de “Ginasial de Comércio”, mas sim a denominação geral de ensino de 1º grau.

Nos arquivos pesquisados, verificou-se que as reformas no ensino introduzidas pela citada lei acabaram por refletir na carga horária das aulas e rotinas do colégio, sendo adaptada aos currículos dos cursos a partir do ano de 1974. Sobre esse tema descreveremos mais especificamente no próximo item.

Com relação ao número de alunos, um fenômeno que observamos foi a estabilidade no número de matrículas, no intervalo de 1969 até 1972, quando se manteve uma média de 200 alunos por ano. Contudo, a partir de 1973, ocorre um decréscimo de 25,6% no número de matrículas interrompendo o crescimento de matrículas e deixando a média, entre os anos de 1973 e 1978, abaixo do período inicial com queda de matrículas especialmente entre os anos de 1973 a 1975. Quanto a tal fenômeno, podemos considerar como fato motivador da diminuição no número de alunos a transferência, no ano de 1973, do Colégio Estadual de Ituiutaba, o “Comercial”, para o novo prédio da escola Rotary, situado no bairro Ipiranga, num conjunto habitacional conhecido como Núcleo da COHAB. A região onde estava situada a Escola Comercial era conhecida à época como “Capão”<sup>191</sup> da Lagoa”, por estar muito próxima de uma lagoa cercada por uma mata fechada, numa região periférica da cidade e, na época, de difícil acesso. Ao que indica tal mudança também pode ter influenciando na quantidade de alunos, pois a escola ficava mais longe do centro e de outros bairros da cidade, dificultando o acesso dos alunos à escola. Sobre essa questão, o colaborador Natal dos Santos Soares relatou que a mudança da sede do colégio realmente dificultou o acesso aos alunos,

<sup>191</sup> Pequena extensão de vegetação, de volume e composição variados, e aspecto diverso do que circunda [Origem: do Tupi *ka'a pu'ã* ‘mato redondo’ ou *kaa'pa-u* ‘mato isolado’] Cf. HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário da língua Portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Moderna. 2008.

pois a cidade chegava naquela época até o bairro progresso [onde se situava a antiga Escola Rotary e a escola Governador Clóvis Salgado]. Como a nova sede era em um bairro construído afastado da cidade, existia uma lacuna entre os bairros Progresso e Ipiranga. As ruas ainda estavam em construção e eram de terra, não tinha rede fluvial e todos esses fatores dificultavam o acesso “da cidade” até a nova Escola Rotary.<sup>192</sup>

O colaborador Iderlindo Joaquim Luzia disse que iniciou como professor no Colégio Comercial do bairro Ipiranga e que “o acesso era muito difícil, se dava pela Avenida 7; que os alunos tinham que passar pelo cemitério da cidade, por ruas de terra, a pé ou de bicicleta, até chegar no colégio. Tudo isso à noite.”<sup>193</sup> Todos esses fatores acabaram por influenciar a procura pelo ensino comercial ginásial e a partir de então as turmas Ginásiais passaram a ter média inferior a 50 alunos por sala, excetuando-se a dos ingressantes, a 5ª série.

Quanto aos dados do ano de 1979, discutiremos junto com os das matrículas dos alunos ao curso de Técnico em Contabilidade expressos logo à frente.

---

<sup>192</sup> SOARES, 2012.

<sup>193</sup> LUZIA, 2012.



**Tabela 6** – Quantidade de matrículas canceladas no curso Ginásial de Comércio: 1966–1979.

<div></div> <div>Anos</div>		Séries e turmas	Matrículas Canceladas				%				Total de alunos da turma				TOTAL GERAL
			1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1º	2º	3º	4ª	
LDB 1961	1966	única	6	4	2	2	14,3	11,8	7,7	14,3	42	34	26	14	116
	1967	única	6	4	5	0	13,0	9,8	13,5	0,0	46	41	37	26	150
	1968	única	6	4	9	3	10,9	10,5	21,4	9,4	55	38	42	32	167
	1969	A	3	8	4	3	5,7	14,5	8,7	8,1	53	55	46	37	243
		B	7				13,5				52				
	1970	A	0	2	1	1	0,0	4,1	2,1	2,6	47	49	48	39	229
		B	1				2,2				46				
	1971	A	2	1	1	2	4,3	1,8	2,1	4,7	47	55	48	43	242
		B	1				2,0				49				
	1972	A	3	2	2	0	5,8	3,8	3,8	0,0	52	52	52	33	238
B		2				4,1				49					
			5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Lei 5692/71	1973	única	1	4	1	1	2,1	8,7	2,3	2,4	47	46	43	41	177
	1974	única	0	4	1	0	0,0	9,3	2,3	0,0	45	43	43	42	173
	1975	única	4	5	0	1	8,0	10,0	0,0	2,4	50	50	47	42	189
	1976	única	7	3	1	0	12,3	6,1	2,2	0,0	57	49	46	46	198
	1977	única	6	7	8	1	10,3	14,3	15,1	2,3	58	49	53	44	204
	1978	única	5	4	4	1	8,5	7,0	7,3	2,1	59	57	55	48	219
	1979	A	6	6	8	1	9,8	9,8	14,3	1,7	61	61	56	60	466
		B		5	11	0		8,1	20,8	0,0		62	53	60	
C				18				34,0				53			
TOTAL.....			66	63	76	16	7,2	8,5	10,2	2,6	915	741	748	607	3011

**Fonte:** tabela elaborada pelo autor a partir das atas de notas finais dos discentes do Curso Ginásial de Comércio, disponíveis no acervo do Colégio.

**Nota:** fórmula utilizada para o cálculo do percentual: MC são as Matrículas Canceladas e TA o Total de Alunos da turma.

$$\frac{MC}{TA} * 100$$

A tabulação dos dados constantes das atas de resultados dos alunos do curso Ginásial de comércio possibilitou que elaborássemos a tabela acima e que pudéssemos descrever e visualizar, numa análise quantitativa, os números e percentuais de alunos que cancelaram matrículas no curso durante todo o período delimitado pela pesquisa. Verificamos pela tabela que o percentual de cancelamento de matrículas foi mais expressivo nos primeiros anos de existência da escola, e nas 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino ginásial. Nos percentuais gerais, de 1966 a 1979, o cancelamento de matrículas foi maior nas turmas da 3º série: 10,2% dos 748 alunos matriculados; seguido da 2º série: 8,5% dos 741 alunos matriculados; depois da 1ª série: 7,2% dos 915 matriculados e, por último, o menor número de cancelamentos, os da 4ª série, com 2,6% dos 607 alunos. Se considerarmos proporcionalmente, a incidência de cancelamento de matrículas foi maior nas turmas da 3ª série. Os dados mostram o afunilamento do sistema:

além de dual, quem se inseria na escola enfrentava as dificuldades para se manterem nelas, de maneira que o maior grau de desistência estava até a 3ª série, quem chegava ao fim do curso parecia concluí-lo.

**Tabela 7** – Quantidade de alunos desistentes do curso Ginásial de Comércio: 1966–1979.

Anos	Séries e turmas	Desistentes				%				Total de alunos da turma				TOTAL GERAL	
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1º	2º	3º	4ª		
LDB 1961	1966	única	7	4	2	1	16,7	11,8	7,7	7,1	42	34	26	14	116
	1967	única	13	8	5	3	28,3	19,5	13,5	11,5	46	41	37	26	150
	1968	única	13	13	6	2	23,6	34,2	14,3	6,3	55	38	42	32	167
	1969	A	15	14	4	2	28,3	25,5	8,7	5,4	53	55	46	37	243
		B	14				26,9				52				
	1970	A	15	12	5	2	31,9	24,5	10,4	5,1	47	49	48	39	229
		B	14				30,4				46				
	1971	A	5	12	3	4	10,6	21,8	6,3	9,3	47	55	48	43	242
		B	13				26,5				49				
1972	A	9	8	8	5	17,3	15,4	15,4	15,2	52	52	52	33	238	
	B	6				12,2				49					
		5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
Lei 5692/71	1973	única	13	12	8	5	27,7	26,1	18,6	12,2	47	46	43	41	177
	1974	única	9	4	5	0	20,0	9,3	11,6	0,0	45	43	43	42	173
	1975	única	6	9	2	4	12,0	18,0	4,3	9,5	50	50	47	42	189
	1976	única	15	13	13	3	26,3	26,5	28,3	6,5	57	49	46	46	198
	1977	única	15	7	8	6	25,9	14,3	15,1	13,6	58	49	53	44	204
	1978	única	5	16	13	8	8,5	28,1	23,6	16,7	59	57	55	48	219
	1979	A	20	23	10	19	32,8	37,7	17,9	31,7	61	61	56	60	466
		B		22	9	21		35,5	17,0	35,0		62	53	60	
		C				6				11,3			53		
TOTAL.....		207	177	107	85	22,6	23,9	14,3	14,0	915	741	748	607	3011	

**Fonte:** tabela elaborada pelo autor a partir das atas de notas finais dos discentes do Curso Ginásial de Comércio, disponíveis no acervo do Colégio.

**Nota:** fórmula utilizada para o cálculo do percentual: *DE* são as quantidades de alunos desistentes e *TA* o total de alunos da turma.

$$\frac{DE}{TA} * 100$$

Ao analisarmos os dados da Tabela 7, que trata dos números individuais, por séries/turmas, e absolutos de todo o período delimitado pela pesquisa (1966-1979), verificamos um alto índice de desistência nas séries iniciais do Curso Ginásial de Comércio, de 1ª a 4ª série (LDB de 1961), 5ª a 8ª séries (Lei 5692/71). Os índices variam, mas chegam ao pico de 31,9% de desistentes na primeira série no ano de 1970 e o máximo registrado, 37,7%, na 2ª série, no ano de 1979, da turma que englobava os alunos recebidos da fusão com o Educandário Espírita Ituiutabano, extinto naquele ano. A ocorrência de desistentes é

expressiva em todas as séries, contudo com tendência de redução do índice nas séries finais, 3ª e 4ª, exceto no ano de 1979, em que as duas turmas (A e B) da 2ª e 4ª séries, registraram os mais altos percentuais de desistência registrados até então. A turma “A” da 2ª série teve um índice de desistência de 37,7% – o mais alto registrado nos quatorze anos tabulados – dos alunos regularmente matriculados. A turma “B” não ficou muito atrás, 35,5%. Os números também indicam uma alta incidência de desistência, em todas as séries, nos anos de 1972 e 1973, na 4ª série o índice foi de 15,2% e 12,2%, respectivamente. As incidências dessas taxas de desistência indicam que a mudança do local da escola, somado a outros fatores, influenciou na quantidade de alunos matriculados e também nos índices de evasão escolar.

**Tabela 8** – Quantidade de alunos reprovados diretamente, na 2ª época e recuperação do curso Ginásial de Comércio: 1966–1979.

<div></div> <div>Anos</div>		Séries e turmas	Reprovados em 1ª época				2ª Época Recuperação				Reprovados em 2ª Época e recuperação				Total de alunos da turma				TOTAL GERAL
			1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1º	2º	3º	4º	
LDB 1961	1966	única	11	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	42	34	26	14	116	
	1967	única	12	10	5	0	10	12	14	2	6	4	4	0	46	41	37	26	150
	1968	única	12	7	0	2	17	5	10	6	8	0	3	2	55	38	42	32	167
	1969	A	8	4	3	0	14	17	19	14	8	10	11	5	53	55	46	37	243
		B	17				12				10				52				
	1970	A	12	12	4	4	8	11	17	13	5	2	6	2	47	49	48	39	229
		B	12				12				7				46				
	1971	A	7	9	12	4	25	19	23	16	14	4	8	3	47	55	48	43	242
		B	13				12				5				49				
	1972	A	13	5	5	1	14	20	23	13	9	6	6	1	52	52	52	33	238
B		13				10				8				49					
			5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Lei 5692/71	(1) 1973	única	4	1	0	0	15	14	21	18	4	4	3	1	47	46	43	41	177
	(1) 1974	única	1	1	0	0	20	16	16	12	4	0	0	0	45	43	43	42	173
	1975	única	12	7	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	50	47	42	189
	1976	única	10	7	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	57	49	46	46	198
	1977	única	8	5	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	58	49	53	44	204
	1978	única	17	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	59	57	55	48	219
	1979	A	5	5	8	9	0	0	0	0	0	0	0	0	61	61	56	60	466
		B		12	7	8		0	0	0		0	0	0		62	53	60	
C				2				0					0			53			
TOTAL.....			187	96	58	36	169	114	143	94	88	30	41	14	915	741	748	607	3011

**Fonte:** tabela elaborada pelo autor a partir das atas de notas finais do discentes do Curso Ginásial de Comércio disponíveis no acervo do Colégio.

**Notas:**

- (1) Em 1973 e 1974 os alunos tiveram o benefício da recuperação. Antes disso era somente a 2ª época. De 1975 até o ano de 1979 não foram encontrados registros de atas com resultados de recuperação e 2ª época. Portanto, nesse período, caso os alunos não obtivessem as notas mínimas as reprovações eram diretas.

Os dados da Tabela 8 são a base para a discussão dos índices apurados na Tabela 9, inserida a seguir. Na tabela acima, podemos ver, em números, as quantidades de alunos reprovados em 1ª época, a quantidade de discentes que ficaram de 2ª época e recuperação e aqueles que, mesmo após o serem submetidos a exames de 2ª época e recuperação, não conseguiram ser aprovados, engrossando os índices de repetência escolar.

**Tabela 9** – Quantidade total de alunos reprovados no curso Ginásial de Comércio, excluindo-se as matrículas canceladas e os alunos evadidos: 1966–1979.

		Séries e turmas	Soma de Mat. Canceladas e Desistentes				Total de Reprovados em 1ª e 2ª época e Recuperação				% de Reprovados <sup>(1)</sup>				Total de alunos da turma			
			1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1º	2º	3º	4ª	1º	2º	3º	4ª
Anos																		
LDB 1961	1966	única	13	8	4	3	11	5	2	0	37,9	19,2	9,1	0,0	42	34	26	14
	1967	única	19	12	10	3	18	14	9	0	66,7	48,3	33,3	0,0	46	41	37	26
	1968	única	19	17	15	5	20	7	3	4	55,6	33,3	11,1	14,8	55	38	42	32
	1969	A	18	22	8	5	16	14	14	5	45,7	42,4	36,8	15,6	53	55	46	37
		B	21				27				87,1				52			
	1970	A	15	14	6	3	17	14	10	6	53,1	40,0	23,8	16,7	47	49	48	39
		B	15				19				61,3				46			
	1971	A	7	13	4	6	21	13	20	7	52,5	31,0	45,5	18,9	47	55	48	43
		B	14				18				51,4				49			
	1972	A	12	10	10	5	22	11	11	2	55,0	26,2	26,2	7,1	52	52	52	33
		B	8				21				51,2				49			
			5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Lei 5692/71	(2) 1973	única	14	16	9	6	8	5	3	1	24,2	16,7	8,8	2,9	47	46	43	41
	(2) 1974	única	9	8	6	0	5	1	0	0	13,9	2,9	0,0	0,0	45	43	43	42
	1975	única	10	14	2	5	12	7	4	0	30,0	19,4	8,9	0,0	50	50	47	42
	1976	única	22	16	14	3	10	7	4	5	28,6	21,2	12,5	11,6	57	49	46	46
	1977	única	21	14	16	7	8	5	2	2	21,6	14,3	5,4	5,4	58	49	53	44
	1978	única	10	20	17	9	17	6	0	1	34,7	16,2	0,0	2,6	59	57	55	48
	1979	A	26	29	18	20	5	5	8	9	14,3	15,6	21,1	22,5	61	61	56	60
		B		27	20	21		12	7	8		34,3	21,2	20,5		62	53	60
C				24				2				6,9				53		
TOTAL.....			273	240	183	101	275	126	99	50	42,8	25,1	17,5	9,9	915	741	748	607

**Fonte:** tabela elaborada pelo autor a partir das atas de notas finais dos discentes do Curso Ginásial de Comércio disponíveis no acervo do Colégio.

**Notas:**

- (1) Percentual de reprovados em 1ª e 2ª época e recuperação, excluídos os Desistentes e Matrículas Canceladas;
- (2) Em 1973 e 1974 os alunos tiveram o benefício da recuperação. Antes disso era somente a 2ª época. De 1975 até o ano de 1979 não foram encontrados registros de atas com resultados de recuperação e 2ª época. Portanto, nesse período, caso os alunos não obtivessem as notas mínimas as reprovações eram diretas.
- (3) Fórmula utilizada para o cálculo do percentual de reprovados:  $TR$  é o Total de alunos Reprovados, dividido pelo resultado da subtração do Total de Alunos matriculados ( $TA$ ) menos a soma de matrículas Canceladas e dos Desistentes ( $CD$ ), o resultado, multiplica-se por 100 para se obter o índice percentual.

$$\frac{TR}{TA - CD} * 100$$

A Tabela 9 demonstra, em números e índices, os discentes reprovados no Ginásio Comercial, tanto os que foram reprovados de forma direta (1ª época), quanto os que foram reprovados em 2ª época e recuperação. A nota mínima para aprovação era a média calculada por uma fórmula específica, com pesos diferentes para arguições, trabalhos práticos e exame

final, tal fórmula e o método de cálculo será descrita no item três deste capítulo. O resultado do cálculo da fórmula não podia ser menor que 50, pois o aluno seria reprovado, ou ficaria de 2ª época ou recuperação, se não tivesse conseguido aprovação no máximo em duas disciplinas. A 2ª época foi adotada pela escola a partir do ano de 1967 – em 1966 as reprovações foram diretas – para quem obteve resultados abaixo da média. A 2ª época e recuperação eram benefícios que tinham por finalidade diminuir os índices de repetência escolar, contudo ao analisarmos os números e índices, verificamos que, mesmo com esses recursos, os índices de reprovações eram muito altos. Nas atas de resultados, verificamos que nos anos de 1973 e 1974 foi implantada a recuperação escolar em substituição à 2ª época, todavia, após esses dois anos, no período pesquisado, as reprovações passaram a ser diretas e os alunos não tiveram mais o recurso da avaliação em 2ª época e recuperação.

Vamos aos índices. Nossa análise não podia partir dos números absolutos de alunos matriculados nas séries para se calcular os índices de reprovação, pois tais números contemplam também os alunos que cancelaram suas matrículas e aqueles que evadiram da escola no decorrer do ano. Dessa forma, optamos por excluir os evadidos e as matrículas canceladas do total de alunos para que pudéssemos ter índices mais confiáveis. E assim, considerando a soma de reprovados em 1ª época com os reprovados em 2ª época e recuperação, encontramos altos índices de reprovação escolar no curso Ginásial, conforme se vê na tabela. As incidências mais expressivas foram verificadas na 1ª série, seguida das demais séries em que os índices vão diminuindo, mas continuam altos. Encontramos picos elevadíssimos de reprovação, Turma “B” de 1969, em que 87,1% dos alunos que concluíram o ano escolar foram reprovados. A Turma única de 1967 teve 66,7% de alunos reprovados e a “B” de 1970, 61,3%. Os índices mantêm, em média, 55% de reprovação na primeira série no período de 1966 a 1972. Um ponto positivo encontrado é que no período de 1973 a 1979, o índice de reprovação da 1ª série caiu para a média de 24% de reprovação. No geral, 1966-1979, os índices permaneceram altos, puxados, principalmente, pelo elevado número de reprovações identificadas em todas as séries no período de 1966 a 1972.

Mas o que revela esses índices? Uma resposta às reprovações se relaciona a condição social dos alunos que em muitos casos paravam de estudar para colaborar com o sustento da família, um panorama perceptível em quase todo o país nesse momento. Mas também é indício do seletivo sistema educacional que o Brasil insistia em adotar, expulsando dele, por meio de educação tradicional, aqueles indivíduos que não portavam uma cultura escolar ligada às famílias mais tradicionais.

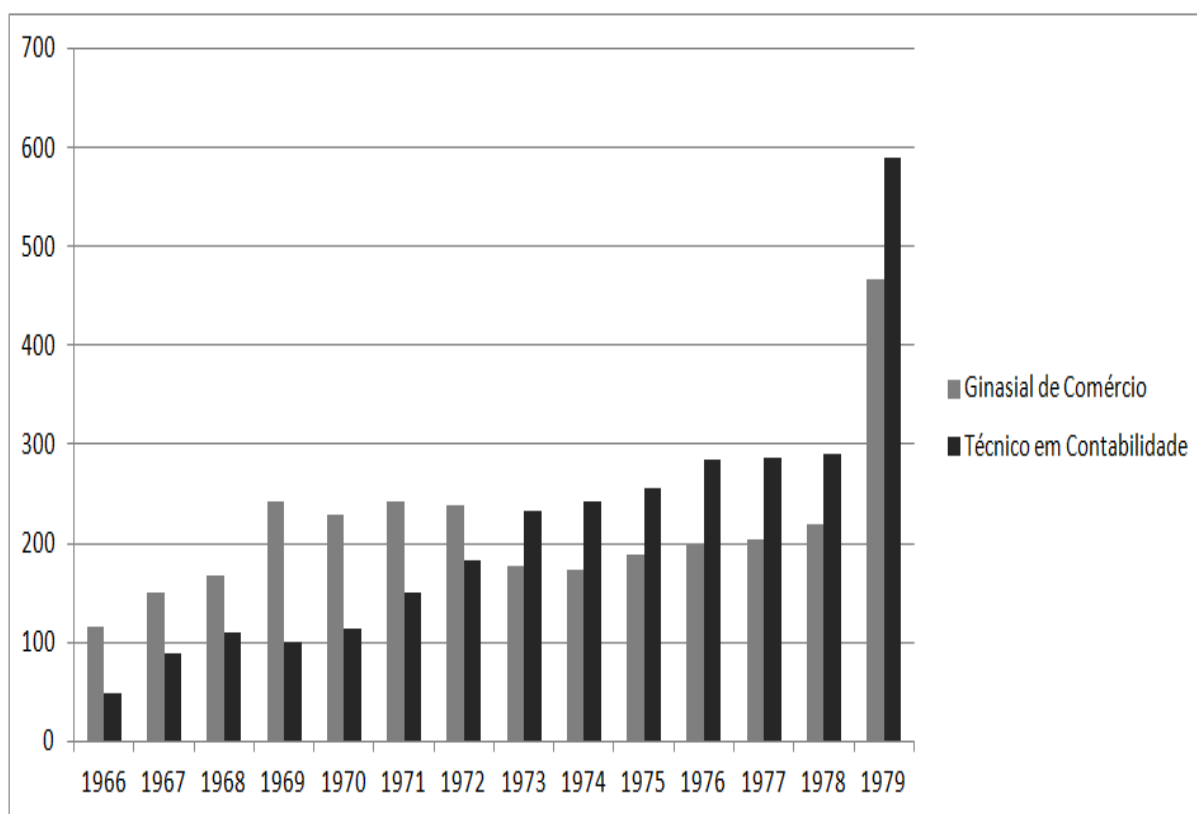
Partiremos agora para a análise dos dados das quantidades de matrículas do curso Técnico em Contabilidade. Todavia, não desenvolveremos a mesma análise realizada no curso ginásial, em virtude da falta de fontes que propiciassem o agrupamento de tal quantidade de dados e informações.

**Tabela 10** – Quantidade de matrículas no curso de Técnico em Contabilidade: 1966–1979

<div>Ano</div> <div>Série Turma</div>		1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
1ª	A	33	37	43	38	51	47	43	40	46	50	55	63	58	60
	B						33	44	38	50	50	56	55	53	57
	C														59
	D														59
2ª	A	15	36	29	33	36	34	31	42	40	43	46	50	50	28
	B							30	41	40	45	49	51	49	59
	C														59
	D														56
3ª	A		15	38	30	26	37	35	37	33	32	39	34	40	52
	B								35	33	35	40	34	40	51
	C														49
TOTAL		48	88	110	101	113	151	183	233	242	255	285	287	290	589

**Fonte:** Livros, nº 1 e 2, de Atas de resultados dos alunos do curso Técnico de Contabilidade: 1966-1979. Atas disponíveis nos Arquivos do Colégio.

Dos dados da Tabela 10, podemos inferir que o número de ingressantes no curso de Técnico em Contabilidade para o ano de 1966 não foi tão expressivo como os apresentados no ginásial, mas nem por isso menos significativo. Logo no primeiro ano foi constituída uma turma de 2ª ano, indicando o mesmo fenômeno acontecido com o Ginásial, a absorção de alunos de outras escolas. No curso Técnico não verificamos a mesma incidência ocorrida no Ginásial a partir de 1973, ou seja, não houve a redução no número de matrículas, pelo contrário, ocorreu um aumento nas turmas a partir de 1972, chegando ao ponto de se ter duas turmas, A e B, em cada série até o ano de 1978. A diferença percentual no número de alunos matriculados de 1966 até 1978, em 13 anos de existência, demonstrou um aumento de 504% no total de alunos matriculados, ou seja, cinco vezes mais alunos. O gráfico abaixo, com dados das somas de alunos das tabelas 5 e 6, demonstra a evolução no número de alunos.



**Figura 9:** gráfico da evolução na quantidade de alunos matriculados nos dois cursos do Colégio Comercial.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos totais de alunos matriculados exibidos nas Tabelas 5 e 10.

O gráfico acima (Figura 9) engloba os totais de alunos matriculados na escola em cada curso, por ano, e demonstra o crescimento no número de alunos matriculados no curso Técnico de Contabilidade. Por outro lado, demonstra também o declínio nas matrículas do curso Ginásial nos anos de 1973 a 1974, período em que, pela primeira vez, o número de matriculados no Curso Técnico de Contabilidade ultrapassa o número de alunos do Ginásio comercial. Acreditamos que, além da mudança do local da escola, questão já analisada, o declínio está intimamente ligado às reformas na Educação que ocorreram com a Lei 5692/71. O curso deixou de se chamar Ginásio de Comércio e foi generalizado como ensino de primeiro Grau, mantendo em seu currículo apenas duas disciplinas afins ao Comércio, Práticas Comerciais e Práticas de Escritório.

Finalmente, em 1979, um acordo propiciou a transferência do Colégio Estadual de Ituiutaba, o “Comercial”, para as instalações do Educandário Ituiutabano. Conforme descreve o colaborador Cícero Barros Júnior, ex-diretor do estabelecimento, na época:

Nós permanecemos na Escola Rotary durante muitos anos, até que nós transferimos para o Educandário Ituiutabano. Quando a escola lá teve problemas, e na época o prefeito me chamou, me convidou, para participar da problemática que eles estavam passando; que a prefeitura não poderia assumir o controle da escola que estava quase, vamos dizer assim, indo a falência por questões internas, deles, da entidade. E o que nos podemos fazer, nos abraçamos a causa juntamente com o prefeito, Acácio, e a entidade UMEI, que era a dona da Escola e conseguimos, através também de políticos, nós conseguimos transferir a nossa escola para o prédio, alugar o prédio, e adquirir, o... Absorver os alunos, todos, que estavam estudando nós absorvemos para a Escola Professora Maria de Barros que eram do antigo Educandário. Então não houve perda nenhuma, houve uma fusão das duas escolas, permanecendo a orientação da escola Estadual, que era a nossa, que era a Professora Maria de Barros. Com isso fechou a outra, em termos educacionais, a outra desapareceu, ficando apenas o prédio.<sup>194</sup>

O acordo possibilitou a conquista do espaço que não tinha e daí para frente construir sua identidade. Possibilitou também a extinção do Educandário e de seu Colégio Comercial sem prejuízo à comunidade adjacente e a da cidade, pois todos os alunos que mostraram interesse em permanecer foram absorvidos pelo Colégio Estadual. O prédio era muito bem estruturado, imponente e de arquitetura que merece discussão, constando com amplas salas de aula, sanitários, sala de professores, secretaria, área de convivência com quadra de esportes e até mesmo um auditório (Figuras 10 e 11). A proprietária e mantenedora do Educandário a União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI) recebeu, em contrapartida, o aluguel pelo prédio. A despesa passou a ser custeada pelo Estado. A seguir temos duas fotos do prédio do Educandário do início da década de 1960, anexadas ao processo de pedido de reconhecimento do Curso de Técnico em Contabilidade enviado a Diretoria de Ensino Comercial, que constava, além das fotos, a planta e outros documentos exigidos.

---

<sup>194</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.





**Figura 10** – Vista frontal do prédio do Educandário Espírita Ituiutabano – situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, 2940, bairro Independência – foto do início da década de 1960. Atualmente o bairro onde está situada a escola é considerado como nobre, mas, à época, era um bairro afastado do centro, sem infraestrutura e cercado de chácaras. A imagem revela que o prédio do Educandário – extinto em 1979 e absorvido pela Escola Estadual de Ituiutaba, “o Comercial” – tinha boa estrutura física, amplas salas de aula, auditório e pátio de convivência com quadra de esportes. Todavia, a imagem demonstra pouco desenvolvimento em volta do moderno prédio. O prédio era cercado com arame farpado e o acesso à escola era feito através de portões de madeira. Não havia calçada e nem pavimentação.

**Fonte:** Arquivos da 16ª Secretaria Regional de Educação de Ituiutaba.

As duas imagens são do mesmo período. A Figura 10 mostra a parte frontal da escola e a 11 mostra a lateral esquerda do Educandário, atualmente a Rua 24. Ambas as figuras são reveladoras e demonstram o quão isolado era, na época, o local onde foi construído e funcionou o Educandário Ituiutabano. Não havia pavimentação e por estar instalado na periferia da cidade o acesso era difícil para a maioria dos alunos. Portanto, como na sede do Grupo Escolar Rotary, onde funcionou o “Comercial”, a nova sede do Colégio continuou isolada do centro da cidade. Assim, a nosso ver, a mudança pode ter influenciado nos altos índices de desistências apurados nas séries iniciais do ginásio (Tabela 7), no ano da transferência, 1979, com pico de 37,7% numa das turmas da 2ª Série, e 35,5% na outra.



**Figura 11** – Prédio do Educandário Espírita Ituiutabano – Vista lateral da escola no cruzamento da Rua 24 com Avenida Cláudio Manoel da Costa, bairro Independência – foto do início da década de 1960. A imagem mostra o isolamento do local onde funcionava a escola, a inexistência de calçamento e pavimentação. A Rua que se vê é a 24 que, a época, se assemelhava a uma estrada rural, traçada pelo mato e de terra batida.

**Fonte:** Arquivos da 16ª Secretaria Regional de Educação de Ituiutaba.

Dessa forma, em 1979, o Colégio Estadual de Ituiutaba dobrou o número de alunos existentes no ginásio, passando a atender 466 jovens. No Técnico em Contabilidade, o número também dobrou, passando de 290 alunos em 1978 para 589 em 1979. O Colégio matriculou, naquele ano, 1.055 alunos. O Colégio, com sede própria, passou a atender em tempo integral, criando imediatamente salas no turno vespertino, o que era impossível antes por conta do uso compartilhado do espaço escolar. Era o início de uma nova fase para a educação profissional na cidade de Ituiutaba, tanto para o Colégio Estadual de Ituiutaba, quanto para o alunado e a comunidade.

### III. 2 Os currículos dos cursos

Goodson busca a etimologia da palavra currículo para ilustrar o sentido da palavra: “[...] currículo vem da palavra latina *Scurrere*, correr, e refere-se a curso [...]. As implicações etimológicas são que, com isso, o currículo é definido como um curso a ser seguido, ou mais especificamente, apresentado.”<sup>195</sup> Silva questiona o sentido da palavra currículo e descreve que o sentido que damos a ele atualmente só passou a ser utilizado em países europeus recentemente, sob a influência da literatura educacional americana. O termo surge para designar um campo profissional especializado, originado em torno dessa literatura e da institucionalização da educação de massas, o que estabeleceu a educação como um objeto próprio de estudo científico.<sup>196</sup>

O autor descreve sobre Bobbitt e seu livro, “*The Curriculum*”, de 1918, publicado num período em que a educação de massas estava em discussão nas diversas forças políticas, econômicas e sociais daquele país e cada grupo tinha o interesse de moldar a educação conforme o seu interesse. É nesse momento que se busca responder as questões cruciais sobre as finalidades e os contornos da escolarização de massas:

Quais os objetivos da educação escolarizada: formar o trabalhador especializado ou proporcionar a educação geral, acadêmica, à população? O que se deve ensinar: as habilidades básicas de escrever, ler e contar; as disciplinas acadêmicas humanísticas; as disciplinas científicas; as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais? Quais as fontes principais do conhecimento a ser ensinado: o conhecimento acadêmico; as disciplinas científicas; os saberes profissionais do mundo ocupacional adulto? O que deve estar no centro do ensino: os saberes “objetivos” do conhecimento organizado ou as percepções e as experiências “subjetivas” das crianças e dos jovens? Em termos sociais, quais devem ser as finalidades da educação: ajustar as crianças e os jovens à sociedade tal como ela existe ou prepará-los para transformá-la; a preparação para a economia ou para a democracia?<sup>197</sup>

A resposta de Bobbitt era radicalmente voltada para a economia. Ele focava as técnicas da eficiência propostas por Frederick Taylor<sup>198</sup>, para ele a escola deveria ser tão eficiente como uma empresa. A orientação dada por Bobbitt iria constituir uma das vertentes dominantes da educação estadunidense no restante do século XX.

<sup>195</sup> GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. 4ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 31.

<sup>196</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 21-22.

<sup>197</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>198</sup> Autor de um conjunto de princípios e técnicas para tratar da eficiência no trabalho. Esses princípios e técnicas procuravam aumentar a eficiência da produção por meio da racionalização do trabalho, para evitar o desperdício e promover a prosperidade entre patrões e empregados.

No Brasil, a prática escolar no modelo tecnicista teve sua influência em virtude dos acordos do MEC/USAID e incluiu como finalidade adequar o sistema educacional brasileiro à proposta econômica e política do regime militar, preparando, assim, mão-de-obra para ser aproveitada pelo mercado de trabalho. Os reflexos desse modelo ficaram evidentes com o advento da Lei 5692/71, que institucionalizou e profissionalizou o ensino e inclui no currículo, além das profissionalizantes, disciplinas obrigatórias como Educação física, Educação Artística e Educação Moral e Cívica.

No município de Ituiutaba/MG, o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba foi criado após o golpe e em decorrência da expansão do ensino oficial característica nesse período. Apesar de já ser uma escola profissional, com a nova lei, seu currículo, carga horária e rotina escolar, em virtude das mudanças, foram alteradas. Pela falta de informações a respeito, as alterações foram introduzidas no ano de 1974 em diante.

Aproveitando dados disponíveis acerca dos colégios profissionais de Ituiutaba que ofereciam o curso colegial de Comércio nos anos de 1969 e 1970, realizamos uma comparação do currículo do Colégio Barão de Mauá, anexo ao Instituto Marden, e o Colégio comercial de Ituiutaba, do Educandário Ituiutabano. Da análise, notamos que o currículo dos cursos colegiais de Comércio dos três colégios era comum (Tabela 11). O currículo era dividido em três partes: disciplinas obrigatórias e optativas, disciplinas específicas do ensino de Comércio e Práticas Educativas que englobavam, antes da Lei de 1971, disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

Em 14 de janeiro de 1971, o Decreto nº 68.065 regulamentou o Decreto-Lei 869, de 12 de Setembro de 1969, que dispunha sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país. Em agosto do mesmo ano, a LDB incluiu a educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo, conforme se vê:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativas constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.<sup>199</sup>

<sup>199</sup> BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.

Para ilustrar, buscamos nos arquivos, condensamos e a apresentamos uma tabela comparativa dos currículos dos cursos de Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial de Ituiutaba, do Educandário Espírita Ituiutabano; do Colégio Barão de Mauá, do Instituto “Marden”; e do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba:

**Tabela 11** – Grade curricular dos cursos de Técnico em Contabilidade de Ituiutaba: 1969 e 1970.

Colégios  Séries	Educandário Ituiutabano “Colégio Comercial de Ituiutaba”			Instituto Marden “Colégio Barão de Mauá”			Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
<b>Obrigatórias e Optativas do ensino secundário</b>									
Português	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Matemática	x	x		x	x		x	x	
Inglês	x	x		x	x		x	x	
Geografia Econômica			x			x			x
Ciências físicas e Biológicas	x			x	x		x		
História	x			x			x		
<b>Específicas do ensino de Comércio</b>									
Legislação Aplicada			x			x			x
Contabilidade Industrial e Agrícola			x			x			x
Contabilidade Pública									x
Contabilidade Geral e Aplicada	x			x			x		
Contabilidade Bancária		x							
Contabilidade Comercial		x						x	
Direito Usual		x			x			x	
Análise de Balanços			x			x			x
Economia				x					
Organização e Técnica Comercial		x			x			x	
Estatística			x			x			x
Técnicas mecanográficas e processo mecânico de Contabilidade						x			
Técnicas Orçamentárias e Contabilidade Pública						x			
<b>Práticas Educativas</b>									
Educação Moral e Cívica		x	x	x	x		x	x	x
Organização Soc. e Política Brasileira (OSPB)	x								

**Fontes:** Educandário Ituiutabano: plano Curricular e Carga Horária: curso colegial de Comércio ano 1970 (16ª SER – Ituiutaba -MG); Instituto Marden: plano Curricular e Carga Horária: curso colegial de Comércio ano 1969 (16ª SRE – Ituiutaba -MG); Colégio Comercial Oficial: Atas de resultados finais: ano 1970 (Arquivos da escola)

Além de outras alterações, a LDB previa um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais, expressas na forma de disciplinas optativas. Uma análise da Tabela 11 demonstra que, mesmo antes da Lei, os

colégios já tinham em seu currículo disciplinas voltadas para as peculiaridades locais. Como exemplo a disciplina Contabilidade Industrial e Agrícola, comum nos três colégios, e voltada para a formação técnica de profissionais em uma região predominantemente agrícola como era a de Ituiutaba na década de 1960.

Uma análise da grade curricular dos colégios, exceto o Colégio Barão de Mauá que encerrou suas atividades em 1970, mostrou que os outros dois adequaram seus currículos ao novo cenário, ou seja, incluíram as disciplinas de Educação Física e Artística em todas as séries.

Até 1973, o plano curricular do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba não teve significativas alterações, a disciplina Educação Moral e Cívica, do 1º grau, foi mantida nas duas primeiras séries com uma aula por semana<sup>200</sup>. No 2º grau, ela foi reduzida, deixando de ser oferecida nas três séries para existir somente com uma aula na 3ª série. Nas disciplinas específicas do ensino comercial, a disciplina de Contabilidade Industrial e Agrícola, focada nas particularidades locais, deixou de dar ênfase ao “Agrícola” e ficou somente como Contabilidade Industrial.<sup>201</sup> Tal adequação no currículo demonstra a tendência de industrialização do município e a adequação do ensino a tal necessidade.

Todavia, a partir do ano de 1974, foram implantadas as reformas educacionais previstas na Lei 5692/71 e o primeiro impacto foi na carga horária das disciplinas que foi elevada semanalmente de 20 para 25 horas. As atas de reuniões do Corpo Docente de novembro e dezembro do ano de 1973 descrevem a preocupação da direção com elevação da carga horária e com a mudança nos currículos dos cursos, para o próximo ano, conforme descreve o diretor:

os problemas gerais da reforma com relação a carga horária: a) Primeiro Grau, com setecentas e vinte horas [ano], abrange: Práticas Comerciais, Práticas Agrícolas, Práticas Industriais. B) O Segundo Grau, com duas mil e duzentas horas, com duração de três ou quatro anos. [...] [novas] disciplinas técnicas: 1) Economia e Mercado, 2) Direito e Legislação. 3) Organização Técnica Comercial, 4) Estatísticas, 5) Processamento de Dados e Mecanografia, 6) Contabilidade e Custos.<sup>202</sup>

As alterações no currículo, ao término das adaptações, elevaram a carga horária total do curso Ginásial para 3.000 horas e do Técnico para 2.340 horas. O Ginásial tinha que ser diluído no decorrer de quatro anos, ou seja, 750 horas por ano, e ao Técnico, facultava-se ao

<sup>200</sup> Cf. anexo C.

<sup>201</sup> Cf. anexo E.

<sup>202</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 3 de novembro de 1973. p. 36.

estabelecimento a opção de integralizar o currículo em três ou quatro anos. No Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, optou-se por três anos, com carga horária de 780 horas por ano letivo.<sup>203</sup>

O impacto também foi grande para os alunos, principalmente quanto aos horários das aulas, pois antes da alteração dos currículos e da elevação da carga horária, os horários das aulas tinham a duração de 40 minutos e se restringiam a quatro por noite, assim distribuídos: 19h05; 19h45; 20h35 e 21h15. Após a lei, os horários passaram para cinco por noite, de 50 minutos cada, com o primeiro às 18h45, o segundo às 19h35, o terceiro às 20h25, o quarto às 21h30 e o último às 22h20.<sup>204</sup> O aluno do colégio deixava a escola, depois do último horário, às 23h10. Dessa forma, acreditamos que aliado aos fatores já citados sobre a localização da escola, que era em local isolado e de difícil acesso, a alteração da grade curricular e carga horária do curso acabou por desestimular a procura pelos cursos e contribuiu para a evasão e desistência, conforme os dados já apresentados nas respectivas tabelas 5, 6, 7 e 9.

Quanto aos livros utilizados nas disciplinas da escola, o colaborador Cícero Barros Júnior informou que, no período em que esteve à frente da escola, não recebeu livros didáticos do Governo, seja ele Federal ou Estadual, de disciplinas afins ao currículo dos cursos comerciais do Colégio.<sup>205</sup> Com a finalidade de esclarecer um dos objetivos específicos desta pesquisa, que também pode ser entendido como um problema, questionamos ao ex-diretor se a escola sofreu interferências do Estado ditatorial nas práticas e currículos, além, é claro, das alterações impostas pela Lei 5692/71. O colaborador disse que não sofreu nenhum tipo de interferência, “lembra-se da supervisão de uma comissão de militares às faculdades, no início da década de 70, no entanto tal fiscalização ficou restrita ao ensino superior.”<sup>206</sup>

Na procura por livros didáticos, encontramos junto com o livro que sondava aptidões, distribuído pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, exemplares de livros técnicos distribuídos pela COLTED. Um dos livros: *Prática de Administração de Empresas*, do escritor austríaco Peter Drucker<sup>207</sup>, ostenta em uma de suas páginas um carimbo “PROPRIEDADE DA BIBLIOTECA COLTED – 1967 - LIVROS PARA O PROGRESSO.” O livro faz parte de uma coleção intitulada “Biblioteca do homem moderno” que engloba obras de escritores, em sua maioria, dos Estados Unidos da América. Também foram

<sup>203</sup> Cf. anexos D e F.

<sup>204</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de ponto de professores e horários de aulas*. 1973-1974.

<sup>205</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

<sup>206</sup> Ibidem.

<sup>207</sup> Cf. anexo G.

encontrados exemplares sobre temas como “Eletricidade Básica”, distribuído pela COLTED em 1969<sup>208</sup>; “Iluminação Elétrica” (1974) e “Estruturas Metálicas na Prática” (1974) editados pela editora interamericana MCGRAW-HILL DO BRASIL.<sup>209</sup> Os livros não estavam na biblioteca e sim no “arquivo morto” da escola e, conforme catalogação e carimbos existentes nos exemplares, pertenceram ao acervo da biblioteca da escola, contudo foram descartados, em virtude de não serem de áreas afins dos cursos ministrados no Colégio Comercial e nem constarem como material de apoio para nenhuma das disciplinas do currículo da escola. É importante descrever que o Colégio Comercial nunca ofertou cursos nas áreas das bibliografias encontradas e não foram localizados projetos e, ou, documentos requisitando a criação de cursos em tais áreas, todavia, mesmo assim, foram enviados pelo governo vários exemplares dos livros acima descritos.

### III. 3 As práticas avaliativas.

Em nossas buscas não encontramos nos arquivos da escola, secretaria ou mesmo com nossos colaboradores, cadernos, provas, ou outro tipo de documento que pudesse subsidiar de informações os métodos e formas de avaliações desenvolvidas pelos professores da escola. Todavia, dispúnhamos do livro de atas de reuniões de professores que se mostrou no decorrer da pesquisa uma importante fonte documental, pois continham em seus textos as mais variadas discussões, entre muitas, sobre as rotinas escolares; problemas e dificuldades encontrados no ambiente escolar; adaptações de cenários e inquietações, como as dos professores sobre, por exemplo, a “aplicação dos novos métodos pedagógicos e didáticos”<sup>210</sup> decorrentes da reforma do ensino de 1971, entre outras. O livro também consta o primeiro regimento do Colégio, lavrado a mão com caneta de tinta permanente<sup>211</sup>, que regulamentou as práticas avaliativas do colégio até o ano de 1973, quando foi criado um novo regimento, como uma outra proposta de avaliação e distribuição de pontos. O regimento de 1973 vigoraria até 1975, quando foi substituído por outro. Neste tópico, não temos somente a intenção de descrever, mas também de discutir e problematizar o processo avaliativo do Colégio e para

<sup>208</sup> Cf. anexo H.

<sup>209</sup> Cf. anexo I.

<sup>210</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 7 de fevereiro de 1973. p. 38.

<sup>211</sup> As canetas de tinta permanente são canetas tinteiro que contém um reservatório de tinta que pode ser recarregado. As canetas tinteiro eram muito utilizadas até o final da década de 1960, quando caíram em desuso por conta da popularização das canetas esferográficas.



isso, se faz necessário, recorrer a Luckesi sobre a origem do processo de avaliação que conhecemos nos dias de hoje e também das diferenças essenciais em avaliar e examinar. Para o autor:

O modelo de exames escolares hoje praticados, foi sistematizado no decorrer do século XVI, com o nascimento da escola moderna, caracterizada pelo ensino simultâneo, em que um professor sozinho ensina, ao mesmo tempo, a muitos alunos. A sistematização das pedagogias produzidas pelos católicos (Companhia de Jesus) e pelos protestantes (John Amós Comênio) deram forma aos atuais exames escolares. Nesses quatrocentos anos, nós educadores nem nos perguntamos se essa é a melhor forma de acompanhar e orientar o aprendizado dos nossos alunos; simplesmente, exercitamos essa prática. Hoje, de forma automática, por herança histórica, examinamos, sem verdadeiramente tomar consciência do que fazemos. A essa prática damos o nome de avaliação.<sup>212</sup>

Segundo Luckesi<sup>213</sup>, há distinções entre exames e avaliação: “avaliação é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”. Por outro lado, “o ato de examinar [...] é classificatório e seletivo; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado.” Conclui dizendo que “o ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos.”

Realizada essa breve introdução sobre as distinções entre avaliação e exames, recorreremos ao regimento do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba aprovado em 14 de maio de 1968, para descrever o método de avaliação (ou exames) a que eram submetidos os alunos do colégio. O regime de promoção e os métodos de avaliação foram descritos no Capítulo II do regimento, que contém a redação nos principais artigos sobre o tema:

Art. 30º será considerado aprovado na série o aluno que alcançar a média final de cinco (5) em cada disciplina – Parágrafo 1º– serão consideradas, para efeito de apuração da média final de aprovação do aluno, em cada disciplina, a média anual das **arguições** e **trabalhos práticos** [grifo nosso], que terá valor preponderante, e o resultado do exame final em 1ª ou em 2ª época – Parágrafo 2º– O cálculo para apuração da média final far-se-á dando-se o peso 2 (dois) à média das arguições e trabalhos práticos e de 1 (um) ao exame final e dividindo-se a soma por 3 (três) – Parágrafo 3º – Na disciplina em que tiver alcançado a média anual nas arguições e trabalhos práticos igual ou superior a sete e meio (7,5) e frequência mínima [...] será o

<sup>212</sup> LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. In.: *Eccos Revista Científica*, vol. 4, n. 2, Universidade Nova de Julho, São Paulo, 2002. pp. 79-88.

<sup>213</sup> Ibidem.

aluno dispensado do exame final, considerando-se esse grau como média final na disciplina para efeito de aprovação. Art. 31 – Para computo da meda anual de arguições e trabalhos práticos o ano letivo será dividido em 4 (quatro) bimestres. Art. 32 – Deverão ser dadas aos alunos notas nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Parágrafo 1º – A média de cada bimestre resultará de **arguições orais ou escritas e trabalhos práticos** de verificação realizados durante o seu transcurso. – Parágrafo 2º – O professor após haver apurado, no diário de classe, as médias de cada bimestre entregará à secretaria do Colégio a relação das mesmas, dentro do prazo que será determinado pelo Diretor. Art. 33º – O exame final de cada disciplina, prestado perante comissão examinadora constituída de professores nomeados pelo Diretor, será escrito e versará toda a matéria lecionada durante o ano letivo. Parágrafo 1º– O Diretor poderá conceder ao aluno o direito de prestar exame final em segunda chamada desde que o requeira e o justifique até 48hs após a realização da última prova. Parágrafo 2º – A nota do exame final será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora. [...] [grifos nosso] <sup>214</sup>

Observa-se que a forma de avaliações eram três no colégio Comercial: arguições (que podiam ser orais ou escritas), trabalhos práticos e o exame final para aquele que não alcançasse média igual ou superior a 7,5 (sete e meio) na média anual das avaliações. A nota mínima para ser aprovado era 5 (cinco). O regimento também contempla uma fórmula de cálculo da nota para que os professores seguissem o mesmo padrão, conforme a expressão matemática descrita abaixo.



$$MF = \frac{M.A.T.(2) + E.F.(1)}{3}$$

**Figura 12** – Fórmula de cálculo das médias, por disciplina, para promoção do aluno de série em que: MF é a média final; MAT é a Média das Arguições e Trabalhos que será multiplicada por dois (peso), e EF o resultado do exame final, que tem peso um e portando não se altera o produto.

**Fonte:** Regimento Escolar de 1968.

Para exemplificar, faremos uma suposição quanto à aplicação da fórmula no cálculo das notas dos alunos. Supondo que um aluno realizasse dez trabalhos e arguições no decorrer do ano, com valor de dez pontos cada e obtivesse as notas 8; 7; 9; 8; 7; 8; 10; 8, 7, 10,

<sup>214</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1968. Aprovado na reunião do Corpo Docente do dia 14 de março de 1968. Cf. COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. p. 9.

respectivamente. A média extraída seria 8,2 pontos e esse aluno não precisaria ser submetido ao exame final e, portanto, também não teria sua média calculada pela fórmula descrita na Figura 12. Todavia, se o mesmo aluno, em sua última avaliação obtivesse nota 2, ele teria uma média final de 7,4 e necessitaria, dessa forma, de ser submetido ao exame final. O exame final, conforme o regulamento, era elaborado por uma comissão de professores e versava sobre todo o conteúdo da disciplina ministrado durante o ano. Nesse caso, a média final (MF) do aluno seria obtida aplicando-se a fórmula. Continuando a análise do caso do aluno que obteve ao término do ano letivo a média de 7,4, suponhamos que esse aluno tenha realizado o Exame Final (EF) no valor de 10 e tenha obtido nota 5, conforme descrito no cálculo da fórmula 1.

$$MF = \frac{(7,4 \times 2) + 5}{3} \quad (1)$$

$$MF = 6,6$$

Nesse caso, o aluno seria aprovado com a Média Final de 6,6 (seis vírgula seis), convertida, nos diários para 66 pontos.

Faremos agora o mesmo cálculo de um aluno numa situação um pouco mais preocupante. O aluno obteve média de arguições e trabalhos (MAT) de 4,5 (quatro vírgula cinco) e, nesse caso, teria que obter no mínimo a nota 6 no Exame Final para conseguir ser aprovado com nota mínima na disciplina, conforme descrito na fórmula 2.

$$MF = \frac{(4,5 \times 2) + 6}{3} \quad (2)$$

$$MF = 5$$

Essa forma de avaliação se aproxima muito do conceito descrito por Luckesi para o ato de examinar e não avaliar. A fórmula é seletiva e tem a finalidade de classificar, não se observa no processo o ato de diagnosticar uma experiência, muito característico num processo de avaliação mais amplo. Todavia, ao colaborador Cícero Barros Júnior, na entrevista concedida a nós, foi perguntado sobre o processo avaliativo do colégio, a forma, os métodos, o quanto eram rigorosas as arguições, trabalhos e demais atividades. Ele respondeu que:

No início, é lógico, tinha como as outras escolas: tinha as provas, sabatinas. Agora a orientação que eu dei para os professores e que veio de uma ideia antiga, por exemplo, eu não permitia, por exemplo, que o professor desse zero por indisciplina. Expliquei para ele [o professor]: o aluno requer à escola sua matrícula ele tinha o direito de ser arguido. E você pode não pode dar zero, porque o zero representa falta de conhecimento. O professor tem que conhecer se o aluno conhece. Se o aluno apreendeu. [...] Eu não aceitava dar nota aleatoriamente, tinha que ter conhecimento. Então o aluno não levava zero, lá não havia a expressão de que o aluno levou zero por que faltou a prova ou por outro fator. Nós esgotávamos todos os recursos. [...] Se o professor tiver conhecimento que o aluno sabe pode dar nota total. Estávamos tentando extinguir a figura do “se faltou à prova” leva zero. O aluno faltou à prova, mas ele sabe então se chamava o aluno e fazia-se a arguição. Não existia a punição taxativa.<sup>215</sup>

A fala do diretor demonstra uma preocupação com o aprender do aluno, com o conhecimento que ele havia adquirido e que, no ponto de vista dele, não poderia ser quantificado em números. Nessa visão, de acordo com os conceitos de Luckesi, o Diretor estava avaliando os alunos e não os examinando. Contudo, essa forma de pensar não era compartilhada por todos, a exemplo o professor descrito na citação do colaborador.

A respeito das arguições orais, o colaborador Iderlindo Joaquim Luzia, aluno da primeira turma (1966) relatou que se lembrava bem delas: “o aluno era chamado na frente da sala e perguntado individualmente perante os colegas. O Diniz [Professor Hilton Diniz da disciplina de Português] chamou um aluno para fazer a arguição e perguntou para ele se jiló era com “g” ou com “j”. Isso jamais saiu da minha cabeça.”<sup>216</sup>

O colaborador Natal dos Santos Soares, aluno ingressante na escola em 1973 relatou que as avaliações eram mais corriqueiras na forma de provas, só havia um ou outro professor que fazia arguições, mas que elas não eram tão frequentes.<sup>217</sup>

Também havia uma fórmula para cálculo da nota final dos alunos que iriam prestar o exame de 2ª época, nesse caso o MAT tinha peso seis (6) e o resultado do Exame de 2ª época peso quatro(4), dividindo-se a soma dos produtos por dez (10). Esse modelo de cálculo perduraria até o regimento de 1973, que adequou a escola às reformas do ensino de 1971 e deu outras providências.

O uso das fórmulas, de 1ª época e 2ª época, para cálculo das médias de aprovação, em nossa análise, pode ter contribuído com os altos índices de reprovação de alunos ocorridas nos

<sup>215</sup> BARROS JÚNIOR, 2012.

<sup>216</sup> LUZIA, 2012

<sup>217</sup> SOARES, 2012.

anos de 1966 a 1972, tão evidentes em todas as séries do ensino Comercial, conforme descrito na Tabela 9 deste trabalho. Podemos confirmar essa análise, ao descrevermos a fala do diretor na reunião do corpo docente de 22 de novembro de 1968, em que ele “participou aos senhores professores que não precisariam ser rígidos quanto às provas, pois o próprio critério de nota já satisfaz esta parte e que poderiam dar provas normalmente.”<sup>218</sup>

O regimento de 1973 contemplava a avaliação do aluno de forma mais ampla, objetivando resultados mais qualitativos ao invés de quantitativos, conforme descrito nos objetivos da avaliação:

Art. 90 – A avaliação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade. § 1º – Na avaliação contínua do trabalho escolar a ser expressa em nota e conceitos preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. § 2º – Além dos conhecimentos e habilidades intelectuais avaliados deverão também ser consideradas as mudanças de comportamento e atitudes decorrentes. § 3º – Pela avaliação verificar-se-á a adequação do currículo ou a necessidade de reformulação. [...] Art. 95 – A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa para conhecimento dos alunos e responsáveis, no mínimo duas vezes por semestre.<sup>219</sup>

Verifica-se, no novo regimento, uma maior preocupação com a avaliação qualitativa, contudo a mensuração do conhecimento por pontos e conceitos continuou existindo. As fórmulas de cálculo de médias finais foram deixadas de lado e em seu lugar deu origem o modelo existente até os dias de hoje, um sistema de pontos cumulativos, num total de 100 créditos, distribuídos ao longo de quatro bimestres: 20 créditos no primeiro; 20 no segundo, 30 no terceiro e 30 no quarto.

Outra mudança importante foi a exigência de 60 créditos para promoção de ano e a frequência mínima exigida por lei. Contudo, foram inseridos dois artigos controversos, o 106 de difícil entendimento:

Art. 106 – Considerar-se-á também aprovado o aluno que alcançar em cada área de frequência igual ou superior a 50% e inferior a 75% e com aproveitamento igual ou superior a 80% da escala adotada. Art. 107 – O aluno que não conseguir aprovação dentro das normas estabelecidas no artigo anterior, mas com frequência igual ou superior a 50% em cada área poderá ser aprovado desde que obtenha em estudo de recuperação o aproveitamento mínimo estabelecido na escala adotada. *[sic]*<sup>220</sup>

<sup>218</sup> COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973. Ata de reunião do dia 22 de novembro de 1968. p. 18.

<sup>219</sup> ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1973. pp. 21-22.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 23.

O último regimento escolar encontrado no período delimitado na pesquisa foi o de 1975 e seguiu a mesma linha do anterior. Foram realizadas alterações relevantes no que tange aos créditos necessários para aprovação que passaram a ser de 50 (cinquenta), com frequência mínima de 75%. Notamos, no regimento, que o Artigo 106, que não estava claro no regimento anterior, teve seu texto descrito minuciosamente no Artigo 90, conforme se lê:

Art. 90 – Será considerado aprovado, por meio de pontos cumulativos, o aluno que alcançar: I – frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), e aproveitamento mínimo de 50 (cinquenta) pontos acumulados em cada conteúdo específico. II – Frequência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento mínimo de 81 (oitenta e um) pontos acumulados, em cada conteúdo específico. Parágrafo único – O aluno que não alcançar os mínimos estabelecidos nos itens I e II, mas com frequência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) será submetido a estudos de recuperação.

Em suma, o aluno que não obtivesse a frequência mínima de 75%, mas que ficasse acima dos 50% e obtivesse o aproveitamento mínimo de 81 pontos em cada disciplina seria aprovado. Dessa forma a escola facilitava ao aluno que tivesse assimilado o conhecimento – ou mesmo que tivesse facilidade de raciocínio, inteligência – que fosse aprovado sem ter frequentado 75% das aulas, conforme a legislação. Entendemos que tal medida é excludente e favorecia um pequeno grupo de estudantes, e excluía grande parte deles que, se não tivesse “facilidade” nos estudos e por ventura não frequentasse 75% das aulas, estariam automaticamente matriculados na recuperação isso, é claro, se não tivessem sido reprovados em mais de duas disciplinas, o que garantiria a reprovação direta, sem direito a recuperação.

Entendemos, por fim, que no período delimitado pela pesquisa o Colégio inter-relacionou as duas formas de avaliação, uma quantitativa e outra qualitativa, todavia com predominância da primeira, arraigada no nosso sistema educacional há muitos anos, conforme descrito por Luckesi.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a origem e o desenvolvimento do ensino profissional a partir de uma instituição educacional como o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, considerando o contexto político, social e econômico em que ela está inserida, deu-nos a ideia da importância desse tipo de pesquisa para as produções historiográficas da educação. Não esgotamos nosso tema, longe disso, pois nossas conclusões são parciais e quem sabe transitórias. Sem sermos pretensiosos, contribuímos com as pesquisas para a história da educação, tanto local quanto regional, quando nos propomos a discutir as origens da educação profissional na cidade de Ituiutaba, levando em consideração a relação singular entre o indivíduo, a escola e o mercado de trabalho.

Dessa forma, buscamos, nas origens, nos documentos e em personagens, entender o ensino oferecido e o cotidiano escolar, sempre procurando responder qual foi a importância e o papel do colégio na formação dos jovens tijucanos. Agora, ao final, evidenciamos que a gênese do colégio Comercial Oficial de Ituiutaba teve grande importância no contexto do desenvolvimento econômico pelo qual passava a cidade de Ituiutaba e região, a partir da década de 1960. Reforça nossa assertiva a inexistência do ensino superior na cidade antes do início da década de 1970, portanto, exceto pela elite urbana e rural que podia enviar seus filhos para estudar noutras cidades, as demais classes da sociedade tijucana recorriam ao ensino local.

O ensino profissional oferecido pelas escolas de Ituiutaba, tanto públicas quanto privadas, restringia-se a dois cursos: o Normal, geralmente para as moças; e o Técnico em Contabilidade, procurado por ambos os gêneros. Em suma, naquela conjuntura, não havia muitas opções aos jovens. Aqueles que não tinham como continuar os estudos em nível superior viam como garantia de empregabilidade os cursos que lhes proporcionasse uma profissão. Como Ituiutaba passava por desenvolvimento comercial, em geral, os moços escolhiam o curso de Técnico em Contabilidade, nivelado em funções e generalizado pelos egressos com a profissão de Contador.

Verificamos também que com a assunção do militares no poder alterou o cenário da educação no Brasil, em especial o ensino profissional que passou a ser o visto como uma solução rápida e barata para o desenvolvimento econômico e industrial do país, ao mesmo tempo em que atendia as expectativas das massas, carentes de educação, dando-lhes o ensino

técnico, de caráter final, que garantisse uma atividade ocupacional e evitasse a marginalização do indivíduo.

Verificamos, por fim, que, apesar de participar de um sistema excludente e dual de ensino secundário, o Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba não tinha seus cursos discriminados. É certo que recebia alunos pobres, mas não era procurado só por eles.

Acreditamos que a nossa pesquisa possibilitou a melhor compreensão sobre as origens da educação profissional no município de Ituiutaba e as contribuições do ensino oferecido pelo Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, o “Comercial”, aos alunos da cidade e região. Todavia, entendemos que é necessário ampliar as pesquisas específicas sobre a educação profissional, pouco exploradas, mas necessárias para se compreender a educação como um todo.



## REFERÊNCIAS

### • Bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 15 Nº 42. São Paulo: ANPOCS. 2000. p. 124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2011.

BESSA, Gessilaine de Almeida; et al. *As pequenas cidades da microrregião de Ituiutaba (MG): análise das estruturas espaciais, econômicas e socioculturais de Ipiacú e Santa Vitória*. FACIP/UFU. Uberlândia, 2008.

BUSINO, Giovanni. *Elites et élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil Colônia. In.: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_099.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_099.html). Acesso em: abril de 2011.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba: Edição do Autor, 1984.

CUNHA, Luis Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. nº 14. mai/jun/jul/ago, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacir de. *O Golpe na Educação*. 5ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. *A profissionalização do ensino na lei nº 5692/71: trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação*. Brasília, 1982.

CURY, Cláudia Oliveira Cury. *Escola noturna “Machado de Assis”*: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba. 141 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

DELPHINO, Fátima Beatriz de Benedictis. *A educação profissional: contrapondo entre as políticas educacionais e o contexto produtivo*. São Paulo: Ícone, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpes de classe*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, XXV volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERREIRA, A. A. *Caminhadas para o amanhã história de Vila Platina, cidade de Ituiutaba e sua Câmara Municipal (anos de 1901 a 1976)*. Uberaba: Vitória, 1980.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola João Pinheiro – Ituiutaba (MG)*. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 1, 1961.

\_\_\_\_\_. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional. v. 2, 1962.

FRANCO, Isaura Melo, SOUZA, Sauloéber Társio. *O universo escolar representado na imprensa de Ituiutaba-MG (anos 50 e 60)*. 2009. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2009/PDF/IC2009-0080.pdf>>. Acesso em: 21 Jan. 2012.

FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

FRATTARI NETO, Nicola José; CARVALHO, Carlos Henrique. *O Professor Paulo dos santos: aulas de moral espírita entre a inovação das práticas e o conservadorismo Social*. Ituiutaba, Minas Gerais (1960-1973). 2009.

FRIGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 8ed. São Paulo: Ática, 2001.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis [orgs.]. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. 2ed. Barueri, SP: Malone, 2009.

\_\_\_\_\_. *História da educação brasileira*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. *Educação para a escolha profissional: programas de informação profissional*. São Paulo: Atlas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Educação para o trabalho: cursos, profissões, sondagem de aptidões, projetos*. São Paulo: Atlas, 1979.

GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. 4ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo, *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário da língua Portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Moderna, 2008.

IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

\_\_\_\_\_. *Censo (1970)* Rio Janeiro: IBGE. CD-ROM, 1970.

\_\_\_\_\_. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Estatísticas do século XX*, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SOBRINHO, Vicente Batista de Moura. A massificação do ensino em Uberlândia: imprensa como fonte e objeto e investigação histórica (1940-1960). *Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*. UFOP. 200. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1714.htm>> Acesso em: julho de 20011.

ITUIUTABA, Secretaria de Educação e Cultura de Ituiutaba. *2001 ano do centenário*. Ituiutaba: Egil, 2001.

KUENZER, Acácia. *O ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

KURY, Mario da Gama, 1997, apud ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da pedagogia: geral e do Brasil*. 3ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 21ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (orgs). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. In.: *Eccos Revista Científica*, vol. 4, n. 2, Universidade Nova de Julho, São Paulo, 2002.

MAGALHÃES, Justino. A História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP, Autores Associados. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MEIHY, José Carlos Seibe Bom. *Manual de história oral*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Sondagem de Interesses e aptidões no currículo de 1º Grau*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação. v. II, 1975.

MORAES, Vera Cruz de Oliveira. *Tudo pela Pátria: a história do Instituto “Marden” (1933-1945)*. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 1997.

NASCIMENTO, Osvaldo Viera do. *Cem anos de ensino profissional no Brasil*. Curitiba: Ibepex, 2007.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-358, jul./dez. 2005.

NOVAIS, Aloísio Silva. *História antiga de Ituiutaba*. Ituiutaba. Edição do Autor, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 5ed. São Paulo: Ática, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. *História e memória educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba – Triângulo Mineiro –MG – 1930, 1942*. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatizados em Ituiutaba - MG (1940-1971)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PAIVA, Vanilda. Sobre o Conceito de “Capital Humano”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.113, p. 185-191, jul. 2001.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Ensino Noturno a travessia para a esperança*. São Paulo: Global, 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação brasileira: a organização escolar*. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960). 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: março-64*. São Paulo: Três. 1975. v. 19.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. “O Universo Escolar nas páginas da imprensa tijucana (Ituiutaba-MG, anos de 1950 e 1960)” In.: *Cadernos de História da Educação*, v. 09, n. 02, julho-dezembro/2010.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org). *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares de Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: Edufu, 2009.

VALLE, Nelson do; BARBOSA, Maria Ligia O. População e estatísticas vitais. In: *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. DVD-ROM.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VINCENTE, António Pedro. Marquês de Pombal: um governante controverso. In: *Revista Camões*. Portugal. nº 15/16. 2003. p. 19-20. Disponível em <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=913&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=913&Itemid=69)> Acesso em maio 2011.

#### • Jornais e revistas

CIDADE DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 13 jan. 1966. Ano I. N. 4.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 3 jun.1966.

ISTO É ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), set. 1973.

ITUIUTABA EM REVISTA. *Edição comemorativa do sexagésimo nono aniversário de Ituiutaba*. Ituiutaba, 1970.

ITUIUTABA ILUSTRADA. *Edição comemorativa do sexagésimo sexto aniversário de Ituiutaba*. Ituiutaba, 1967.

REVISTA ACAICA. Belo Horizonte: *Acaiaca*, 1953.

- **Fontes orais**

BARROS JÚNIOR, Cícero. Ituiutaba, 27 de fevereiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

LUZIA, Iderlindo Joaquim. Ituiutaba, 19 de janeiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

SOARES, Natal dos Santos. Ituiutaba, 19 de janeiro de 2012. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

- **Documentos**

COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas das Reuniões do Corpo Docente*. 1966-1973.

COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas de registro de notas finais do Curso de Ginásio de Comércio*. 1966-1979.

COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de Atas de registro de notas finais do Curso de Técnico em Contabilidade*. 1966-1979.

COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Livro de professores nomeados*. 1966-1979.

COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1968.

COLÉGIO COMERCIAL DE ITUIUTABA (Educandário Espírita Ituiutabano). *Relatório de Cadastro Escolar da Diretoria de Ensino Comercial*. 1966.

ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA. *Livro de ponto de professores e horários de aulas*. 1973-1974.

ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA. Ofício nº 13, 20 de maio de 1970.

ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1973.

ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA. *Regimento escolar*. 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Ofício nº 002067, de 30 de setembro de 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Ofício nº 121, 5 abril de 1967.

## • Leis e Decretos

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4780 de 2 de março de 1903. *Aprova o regulamento para a Escola correcional “Quinze de Novembro”*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4780-2-marco-1903-515922-norma-pe.html>> Acesso em 20 Jul. 11.

\_\_\_\_\_. Lei nº 947 de 29 de dezembro de 1902. *Reforma o Serviço Policial no Distrito Federal*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-republicacao-107075-pl.html>> Acesso em 12 Jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm>> Acesso em maio de 2011.

\_\_\_\_\_. República Federativa. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em 12 Jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7. 501 - de 12 de agosto de 1909. *Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro. 1909. disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7501&tipo\\_norma=DEC&data=19090812&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7501&tipo_norma=DEC&data=19090812&link=s)> Acesso em: 5 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto 59.355, de 04/10/1966. *Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66*. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, 05/10/1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75564&norma=102363>> Aceso em: 1 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. *Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências*. Rio de Janeiro. 1946.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958. *Dá nova denominação à profissão de guarda-livros*. Rio de Janeiro. 1958

BRAZIL. Constituição política do império do. 25 de março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em maio de 2011.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 3.878, de 20 de dezembro de 1965. *Cria Colégios Comerciais Oficiais nas cidades de Santa Luzia, Rio Novo e Ituiutaba.* 1965.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.941, de 12 de setembro de 1968. *Fixa normas para designação de estabelecimentos de ensino médio, mantidos pelo Estado.* 1968.

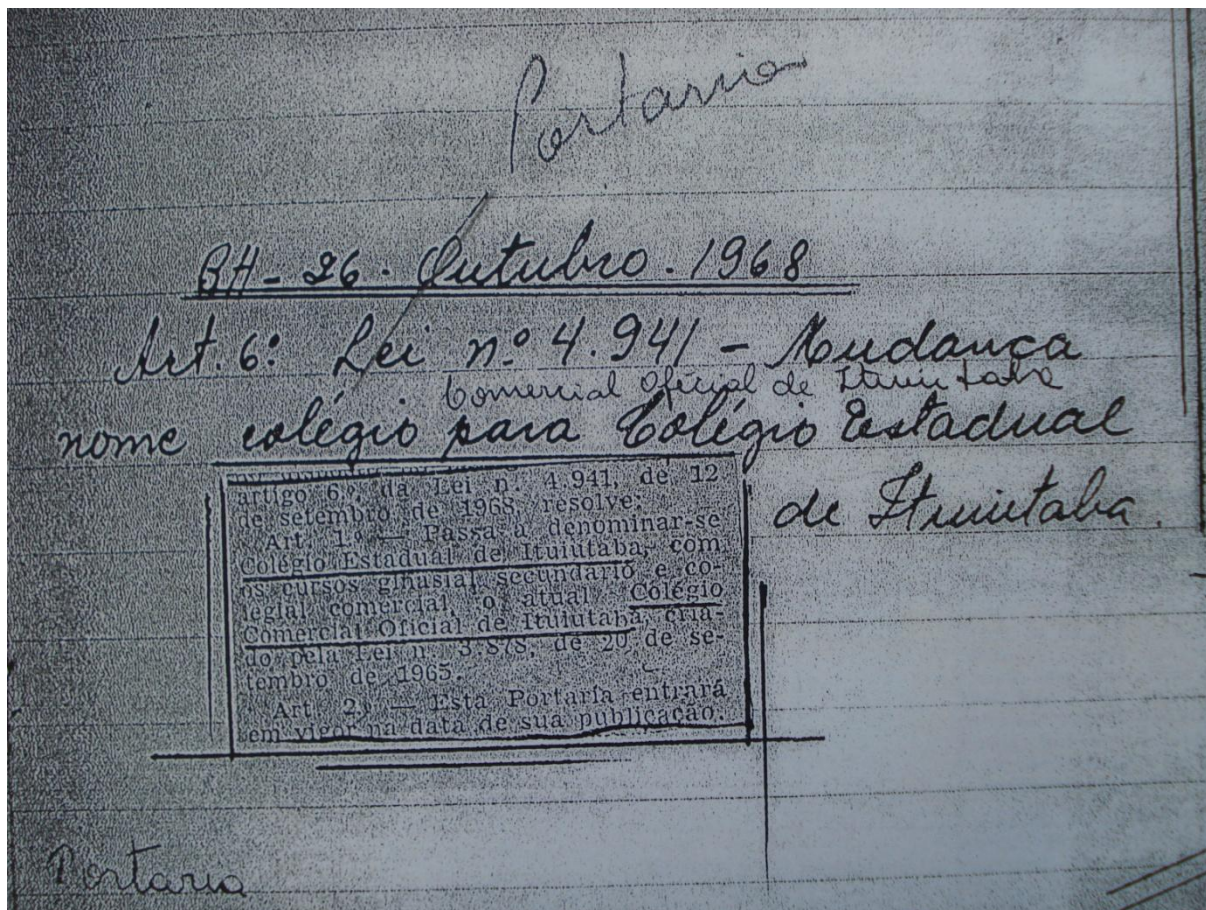


## ANEXOS

ANEXO A – Lei 3.878, de 20 dezembro de 1965, cria os Colégios Comerciais Oficiais nas cidades de Santa Luzia, Rio Novo e Ituiutaba.

<p>SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2ª GRADE SUPERIOR</p> <p>LEGISLAÇÃO</p>		<p>57 57/77 Chaves</p>
<p>Lei nº 3.878 de 20 de dezembro de 1965</p>		<p>MINAS GERAIS 21 DE dezembro DE 1965</p>
<p>PÁGINAS:</p>		<p>COLUNAS:</p>
<p>DIÁRIO OFICIAL</p>		<p>DE DE 1 977</p>
<p>PÁGINAS:</p>		<p>COLUNAS:</p>
<p>LEI N. 3.878, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1965 Cria Colégios Comerciais Oficiais nas cidades de Santa Luzia, Rio Novo e Ituiutaba, e dá outras providências.</p> <p>decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:</p> <p>Art. 1º — Ficam criados os Colégios Comerciais Oficiais nas cidades de Santa Luzia, Rio Novo e Ituiutaba.</p> <p>Art. 2º — Os Colégios Comerciais Oficiais de que trata o artigo anterior terão os seguintes cargos, que ficam criados nos Anexos da Lei n. 3.214, de 10 de outubro de 1964:</p> <p>I — no Anexo III, III: 3 (três) cargos de Diretor de Estabelecimento de Ensino Médio, símbolo C-5, e 3 (três) cargos de Secretário de Estabelecimento de Ensino Médio, símbolo C-4, todos de provimento em comissão;</p> <p>II — no Anexo II, 48 (quarenta e oito) cargos de Professor de Ensino Médio, nível XV, de classe singular, 16 (doze) cargos de Inspetor de Alunos I, nível III; 3 (três) cargos de Porteiro I, nível III e 6 (seis) cargos de Continuo-Servente I, nível II.</p> <p>Art. 3º — São condições essenciais para a instalação dos Colégios Comerciais Oficiais criados por esta lei a comprovação da existência de corpo docente legalmente habilitado e a previsão de recursos ao Estado de prédios adequados ao seu funcionamento.</p> <p>Art. 4º — Uma vez criados os Colégios Comerciais Oficiais de que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a manter, anexos aos mesmos estabelecimentos, Colégios Normais Oficiais.</p> <p>Parágrafo único — Para atender ao disposto neste artigo, ficam criados, no Anexo II, da Lei n. 3.214, de 10 de outubro de 1964, 21 (vinte e um) cargos de Professor de Ensino Médio nível XV, de classe singular; 6 (seis) cargos de Inspetor de Alunos I, nível III e 6 (seis) cargos de Continuo-Servente I, nível II.</p> <p>Art. 5º — As despesas resultantes desta lei correrão pelas verbas próprias do Orçamento do Estado.</p> <p>Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Art. 7º — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.</p> <p>Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.</p> <p>Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 1965.</p> <p>JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO Bonifácio José Tamm de Andrade</p> <p>Rio Novo - F Sta Luzia - F Ituiutaba - F</p>		

ANEXO B – Portaria de mudança do nome do Colégio, referente ao do Artigo 6º da Lei nº 4.941, de 12 de setembro de 1968. Fixa normas para designação de estabelecimentos de ensino médio, mantidos pelo Estado. 1968.







ANEXO D – Plano Curricular e Carga Horária do Curso Ginásial de Comércio – ano letivo de 1976. Legendas das siglas: CR – Créditos (nº de aulas p/ semanal) – 25 ; CH – Carga Horária Anual – 3.000; Módulos: 50 minutos – 36 semanas.

0114

ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA (COMERCIAL)

CURRÍCULO DE 1º GRAU

CURRÍCULO PARA O ANO LETIVO DE: 1976

Delegado Regional  
de Ensino  
- 17-5-76  
Vitoriano A. S.

MATERIAS	disciplinas	5ª Série		6ª Série		7ª Série		8ª Série		TOTAL HORAS
		CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Portuguesa	5	150	5	150	4	120	4	120	540
	Educação Artística	1	30	1	30	1	30	1	30	120
										660
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	3	90	3	90	2	60	2	60	300
	História	3	90	3	90	3	90	3	90	360
	Educ. Moral e Cívica OSPB	1	30	1	30	2	60	2	60	180
										840
CIÊNCIAS	Matemática	5	150	5	150	4	120	4	120	540
	Ciências e Prog. de Saúde	4	120	4	120	3	90	3	90	420
										960
FORMAÇÃO EMPRESARIAL	Práticas Comerciais	-	-	-	-	-	-	3	90	90
	Práticas Industriais	-	-	-	-	3	90	-	-	90
										180
ENSINO RELIGIOSO		1	30	1	30	1	30	1	30	120
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	2	60	2	60	2	60	240
TOTAL		25	750	25	750	25	750	25	750	3.000

ANEXO E – Plano Curricular e Carga Horária do Curso Colegial de Comércio – ano letivo de 1966. Carga Horária Semanal: 20

<b>Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba</b> ITUIUTABA – MINAS GERAIS <b>PLANO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA</b> <b>CURSO COLEGIAL DE COMÉRCIO</b> Ano Letivo de <u>1966</u>						
DISCIPLINAS	NÚMEROS DE AULAS SEMANAIS					
	Séries Diurnas			Séries Noturnas		
	1a.	2a.	3a.	1a.	2a.	3a.
PORTUGUÊS	-	-	-	3	3	-
MATEMÁTICA	-	-	-	3	3	-
INGLÊS	-	-	-	2	2	-
CIÊNCIAS	-	-	-	2	-	-
HISTÓRIA ADMINISTRATIVA	-	-	-	2	-	-
ELEMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA	-	-	-	2	-	-
CONTABILIDADE GERAL	-	-	-	5	-	-
ORGANIZ. TÉCNICA COMERCIAL	-	-	-	-	2	-
PRÁTICA JURÍDICA (D.USUAL)	-	-	-	-	3	-
CONTABILIDADE COMERCIAL	-	-	-	-	3	-
CONTABILIDADE INDUSTRIAL	-	-	-	-	3	-
EDUCAÇÃO CÍVICA	-	-	-	1	1	-
- -	-	-	-	-	-	-
OBS: NÃO PUNCIIONOU A 3ª. SÉRIE NOTURNA NO ANO LETIVO DE 1.966						
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	-	-	-	20	20	-

DISCIPLINAS OBRIGATORIAS:

a - de ensino secundário

b - específicas de ensino técnico

DISCIPLINAS OPTATIVAS:

PRÁTICAS EDUCATIVAS:

Secretário

*Cícero Barros Júnior*

Diretor

Cícero Barros Júnior

Gráfica Editora São S. A. - Belo Horizonte

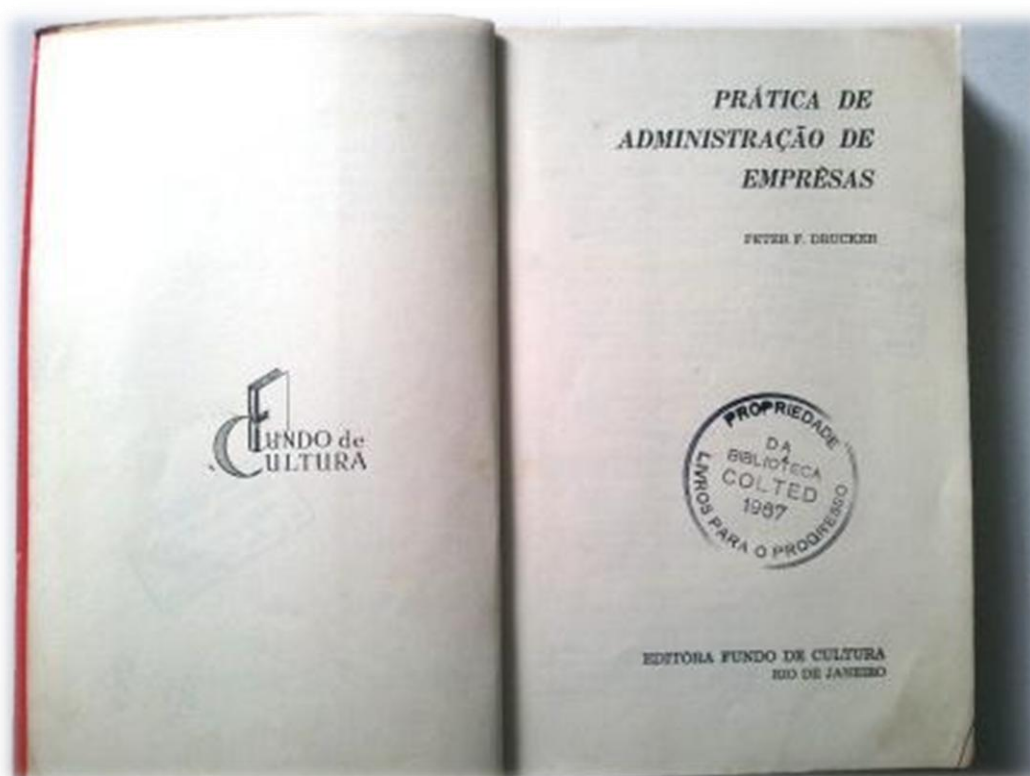
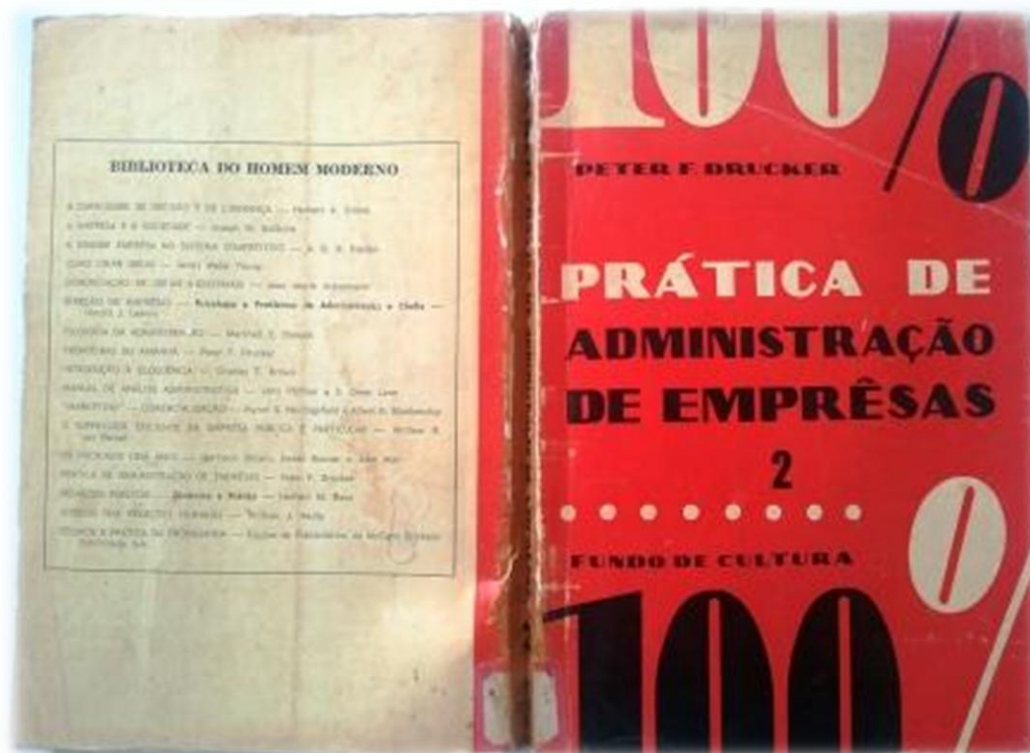
Mod. 4 Port. 339 - N. N. C-88

ANEXO F – Plano Curricular e Carga Horária do Curso Colegial de Comércio – ano letivo de 1976. Legendas das siglas: CR – Créditos (nº de aulas p/ semanal) – 26 ; CH – Carga Horária Anual – 2.340; Módulos: 50 minutos – 36 semanas. Total de 180 dias letivos

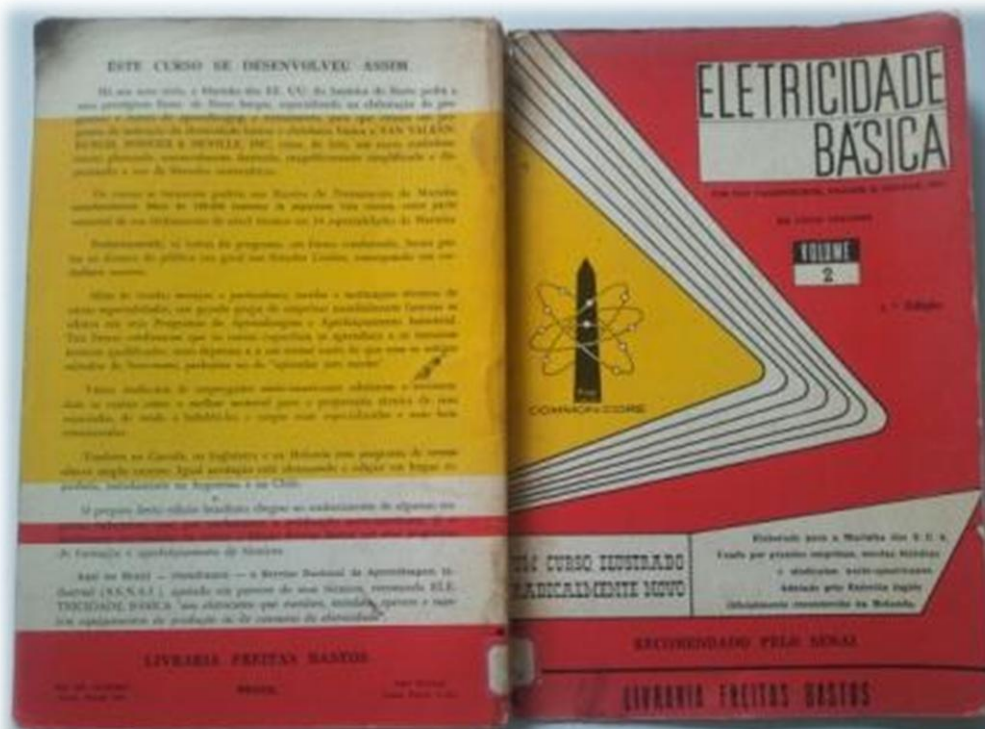
ESCOLA ESTADUAL DE ITUIUTABA (COMERCIAL)											
CURRÍCULO DE 2º GRAU - TÉCNICO DE CONTABILIDADE											
CURRÍCULO PARA O ANO LETIVO DE 1976/1977 e 1978											
MATERIAS		disciplinas	1ªSérie		2ªSérie		3ªSérie		TOTAL		
			CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	HORAS
EDUCAÇÃO GERAL	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	Ling. Port. e Lit. Bras.	3	90	4	120	3	90	-	-	300
		Educação Artística	1	30	-	-	-	-	-	-	30
											-
	ESTUDOS SOCIAIS										330
		Geografia	2	60	-	-	-	-	-	-	60
		História	2	60	-	-	-	-	-	-	60
		Educ. Moral e Cívica	-	-	-	-	1	30	-	-	30
		C.S.P.B.	2	60	-	-	-	-	-	-	60
	CIÊNCIAS										210
		Matemática	4	120	3	90	3	90	-	-	300
		Física	3	90	-	-	-	-	-	-	90
		Química	3	90	-	-	-	-	-	-	90
		Biologia	3	90	-	-	-	-	-	-	90
											570
	Organização técnica Comercial		-	-	3	90	2	60	-	-	150
Mecanografia e Process. de Dados		-	-	2	60	2	60	-	-	120	
Contabilidade e Custos		-	-	5	150	6	180	-	-	330	
Direito e Legislação		-	-	3	90	3	90	-	-	180	
Estatística		-	-	-	-	3	90	-	-	90	
Economia e Mercados		-	-	-	3	90	-	-	-	90	
										960	
ENSINO RELIGIOSO		1	30	1	30	1	30	-	-	90	
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	2	60	2	60	-	-	180	
TOTAL		26	780	26	780	26	780	-	-	2.340	



ANEXO G – Ilustração do exemplar de livro encontrado nos arquivos da escola distribuído pela COLTED em 1967. Havia mais de um exemplar e eles não fazem mais parte do acervo da biblioteca.



ANEXO H – Ilustração do exemplar do nº 20509 do Livro Eletricidade Básica, Volume 2, encontrado nos arquivos da escola. O livro foi distribuído pela COLTED em 1969 e havia mais de um exemplar nos arquivos. Os livros não fazem mais parte do acervo da biblioteca, pois o tema não tem nenhuma ligação com o currículo dos cursos ofertados pelo Colégio Comércio Oficial de Ituiutaba.





ANEXO I – Ilustração de outros livros encontrados nos arquivos da escola. Esses foram impressos pela Editora *McGraw-Hill* do Brasil e também eram de temas sem nenhuma correlação com o currículo dos cursos do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba. O da esquerda, de Rômulo Soares Fonseca, intitulado *Iluminação Elétrica* (1974), pretende dar tratamento introdutório ao estudo da Iluminação elétrica. O da direita, de Carlos Celso Carnasciali, intitulado *Estruturas Metálicas na Prática* (1974), visa cobrir uma faixa de conhecimentos práticos sobre o tema. Os livros não fazem mais parte do acervo da biblioteca e estavam guardados no arquivo “morto” da escola.

